

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

MARIZA RIBAS D'ÁVILA DE ALMEIDA

BATALHAS CULTURAIS DE GÊNERO:
A DINÂMICA DAS RELAÇÕES DE PODER NO CAMPO MILITAR NAVAL

**Dissertação apresentada, sob orientação da Prof.
Dr^a Rita de Cássia Santos Freitas, ao Programa
de Estudos Pós-Graduados em Política Social da
Universidade Federal Fluminense, como requisito
para obtenção do Grau de Mestre em Política
Social. Área de concentração: Proteção Social e
Serviço Social.**

Niterói
2008

**BATALHAS CULTURAIS DE GÊNERO:
A DINÂMICA DAS RELAÇÕES DE PODER NO CAMPO MILITAR NAVAL**

A447 Almeida, Mariza Ribas D'Ávila de.
Batalhas culturais de gênero: a dinâmica das relações de poder no campo militar naval / Mariza Ribas D'Ávila de Almeida. – 2008.
146 f.
Orientador: Rita de Cássia Santos Freitas.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Serviço Social, 2008.
Bibliografia: f. 134-144.

1. Trabalho feminino - Brasil. 2. Forças armadas - Brasil. 3. Representação social. 4. Poder. 5. Cultura. I. Freitas, Rita de Cássia Santos. II. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

MARIZA RIBAS D'ÁVILA DE ALMEIDA

**Dissertação apresentada, sob orientação da Prof.
Dr^a Rita de Cássia Santos Freitas, ao Programa
de Estudos Pós-Graduados em Política Social da
Universidade Federal Fluminense, como requisito
para obtenção do Grau de Mestre em Política
Social. Área de concentração: Proteção Social e
Serviço Social.**

Aprovada em outubro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

**Prof^a Dr^a RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS – UFF
ORIENTADORA**

**Prof^a Dr^a CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA – UERJ
PARECERISTA**

**Prof^a Dr^a NÍVIA VALENÇA BARROS – UFF
PARECERISTA**

DEDICATÓRIA

"Escrever é batermo-nos com tinta para nos fazermos compreender". Esta frase de Jean Cocteau retrata bem o que significou para mim este processo de pesquisa, escrita e conhecimento. A cada análise, a cada observação, foi tornando-se possível minha redescoberta e reavaliação profissional enquanto mulher militar. Reavaliei os acertos e os erros, as dores e as delícias e, assim, hoje posso olhar para o futuro com uma perspectiva renovada. Renovada pelo conhecimento e pela compreensão de que nossos atos não são apenas isso, mas decisões que em seu conjunto ensejam desdobramentos futuros que afetam e formatam o espaço institucional ocupado pela mulher militar. Desejo que este trabalho contribua para o alcance desta compreensão também por outras mulheres e homens militares. Por isso, gostaria muito de dedicá-lo aos homens e mulheres militares que juntos têm construído a história da Marinha do Brasil, inscrita também na dinâmica das relações de gênero desenvolvidas no campo militar. Sujeitos que ao criarem espaços de trabalho conjunto, vêm possibilitando a gradativa redefinição das construções de gênero e poder nesta instituição.

AGRADECIMENTO

Acredito muito, como alguém já disse, que novas conquistas só podem entrar na nossa vida se formos verdadeiramente gratos por tudo que temos. Sou muito grata por tudo que tenho e por tudo que sou e virei a ser. Sou grata ao Universo cujas forças conspiraram a favor da realização de mais esta conquista na minha vida.

Sou grata à minha mãe, Nélie, que entre broncas e elogios, me ensinou valores que desde cedo me ajudaram a construir uma inabalável meta profissional. Sou grata ao meu pai, Armindo, que entre poucas broncas e muito carinho, me ensinou o valor do conhecimento e da independência. Sou grata por nunca terem colocado limites aos meus sonhos, mas sempre terem tido o cuidado de acompanhá-los. Vocês formam uma grande dupla. Queridos pais, muito obrigada.

Sou grata à linda lembrança de força e generosidade que minha avó Anita me deixou.

Sou grata ao meu marido, Jorge, que nos últimos vinte anos tem sido um grande incentivador que sempre soube o quanto poderia ajudar a seguir meus caminhos e alcançar meus objetivos. Com respeito soube acatar as minhas decisões profissionais e pessoais, ajudando a construir muitos caminhos e momentos felizes para nós. Sou grata ao meu filho, Klaus, que desde os dois anos de idade acompanha e vibra com o investimento intelectual da mãe. Vocês são o vento das minhas velas modulando a velocidade para uma travessia tranquila e segura.

Sou grata à minha querida amiga e orientadora Rita de Cássia cuja orientação e incentivo estiveram presentes desde a concepção inicial desta pesquisa até os seus resultados finais. Se nos agradecimentos de minha monografia de graduação ela foi a grande amiga de

curso que prestou sempre muito apoio, nestes agradecimentos ela é a grande mestra e orientadora que me reconduziu ao meio acadêmico de maneira segura e acolhedora. Muito obrigada, amiga.

Sou grata aos professores do mestrado que, com generosidade e paciência, compartilharam e trocaram seus conhecimentos. Obrigada à professora Mônica Senna pela competência e clareza de suas aulas, ao professor André Brandão pelo estímulo permanente ao enriquecimento do nosso conhecimento, à professora Lenaura Lobato pela competência e exigência a querer sempre alcançar o melhor da nossa capacidade, à professora Rita de Cássia Freitas pela desconstrução de certezas que ensejam algumas verdades e algumas inverdades e ao professor João Bosco Góis pelo aguçamento do exame crítico necessário à todo pesquisador.

Sou grata a todos os entrevistados e entrevistadas que prontamente dispuseram do seu tempo e memória, contribuindo de forma valiosa para a realização desta pesquisa. Sou grata às amigas da Marinha, Janaína e Nádia pelo grande incentivo prestado e a todos os amigos que apostaram no meu sucesso.

"Todo o falso dilema da igualdade versus a diferença cai, desde o momento em que já não temos uma entidade homogênea 'mulher' confrontada com outra entidade homogênea 'homem', mas uma multiplicidade de relações sociais nas quais a diferença sexual está construída sempre de diversos modos, e onde a luta contra a subordinação tem que ser estabelecida de formas específicas e diferenciais. A pergunta sobre se as mulheres têm que se tornar idênticas aos homens para serem reconhecidas como iguais, ou se têm que afirmar sua diferença a custo da igualdade, aparece como pergunta sem sentido uma vez que as identidades essenciais estão sendo questionadas".

Chantal Mouffe

SUMÁRIO

RESUMO	09
ABSTRACT	10
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	12
1 IDEÁRIO FEMINISTA, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO: influências da circularidade cultural sobre o processo decisório da Marinha do Brasil	18
1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE CULTURA, CIRCULARIDADE E SINGULARIDADE	19
1.1.1 A construção do ideário feminista brasileiro: as lutas feministas mundiais e a proteção social	23
1.1.2 A primeira fase do feminismo brasileiro e a articulação com protagonistas internacionais do movimento	25
1.1.3 A segunda fase do feminismo brasileiro e as influências dos fóruns internacionais e das feministas anistiadas	29
1.2 A ABORDAGEM DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO	33
1.2.1 Divisão sexual do trabalho: discurso e práticas	35
1.2.2 Características da atividade feminina remunerada	42
2 PROCESSO DECISÓRIO E ESPAÇO INSTITUCIONAL MILITAR	46
2.1 CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO PROCESSO DECISÓRIO SOBRE A ADMISSÃO DA MULHER MILITAR	47
2.1.1 A “conveniência” da mulher militar para o novo papel institucional da Marinha	50
2.2 CULTURA MILITAR, HIERARQUIAS E FRONTEIRAS DE GÊNERO	56
2.2.1 Capital simbólico e tradições militares: o masculino cultuado	59
2.2.2 A construção social das funções militares femininas: troféus, civis fardadas e militares não combatentes	65
2.2.3 A dinâmica das relações assimétricas de poder	68
2.3 A CONVERGÊNCIA DA PROFISSÃO MILITAR COM AS FUNÇÕES SOCIAIS FEMININAS	72
2.4 A PRESENÇA FEMININA NO LUGAR INCOMUM	77
3 RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER NO CAMPO MILITAR: avanços, entraves, saber legítimo e poder condicional	81
3.1 METODOLOGIA E ESPECIFICIDADES DO CAMPO DE PESQUISA	82
3.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	88
3.2.1 Saber genuíno e legitimação dos espaços de poder	92
3.2.2 A lenta e complexa reconstrução das relações de gênero	111

3.2.3 O discurso institucional em perspectiva	129
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
6 APÊNDICE	153
7 ANEXO	154

RESUMO

Este trabalho apresenta dados sobre o impacto nas relações de gênero e poder decorrente do ingresso da mulher militar no território masculino da Marinha do Brasil. A pesquisa qualitativa abrange entrevistas com homens e mulheres militares - praças e oficiais - que testemunham há mais de vinte anos mudanças e permanências nas relações de gênero. A partir da discussão acerca das influências da circularidade cultural do ideário feminista sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, notadamente sobre a feminização da enfermagem, aborda o conjunto de fatores determinantes do processo decisório que culminou na inserção militar feminina. A dissertação trata das características deste espaço institucional enquanto uma cultura de primazia do masculino em articulação às representações sociais esperadas do sujeito feminino e tem como objetivo analisar o processo histórico engendrado no cotidiano das relações de gênero entre os militares inseridos neste universo organizacional. Os resultados indicam variadas percepções sobre os contornos de tais relações, predominando aspectos contraditórios entre o saber genuíno militar e a legitimação dos espaços de poder feminino. Os resultados indicam, ainda, possibilidades, avanços e retrocessos da lenta e complexa reconstrução de subjetividades dos sujeitos envolvidos repercutindo também em ajustes estruturais na instituição.

Palavras-chave: relações de gênero, poder, circularidade cultural, militares, representações sociais.

ABSTRACT

This work aims data on the admission of women military in the territory of male Brazilian Navy and its impact on relations of gender and power. The qualitative research includes interviews with military men and women - squares and officers - who experience over twenty years and stay in these changes in gender relations. From the discussion about the cultural influences of the circularity of feminist ideology on the integration of women in the labour market, notably on the feminization of nursing, addresses the set of determining factors of the decision making process that culminated in the insertion military women. The dissertation deals with the characteristics of this area as an institutional culture of the male primacy in conjunction expected to social representations of the subject women and aims to analyze the historical process devised in the daily lives of gender relations between the military entered into this world organization. The results indicate varying perceptions about the contours of such relations, mainly contradictory aspects between the military and learn genuine legitimacy of the spaces of female power. The results indicate, though, opportunities, progress and setbacks of slow and complex reconstruction of subjectivities of the subjects involved also in reflecting structural adjustments in the institution.

Keywords: relations of gender, power, circularity cultural, military, social representations.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Alte.	Almirante
CAFRM	Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha
ONU	Organização das Nações Unidas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PP	Partido Progressista
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
EMA	Estado Maior da Armada
Gen.	General
CF	Constituição Federal
PLN	Projeto de Lei do Congresso Nacional
CEDI	Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FAB	Força Aérea Brasileira
EAM	Escola de Aprendizes-Marinheiros
EN	Escola Naval
AFA	Academia da Força Aérea
IME	Instituto Militar de Engenharia
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras

INTRODUÇÃO

A idéia inicial que culminou na concepção deste estudo surgiu em fevereiro de 2006 a partir de uma conversa com a professora Rita Freitas sobre o tema para o projeto de pesquisa necessário ao processo de seleção para o curso de Mestrado em Política Social. Dada minha história profissional, comecei a refletir e estudar sobre um tema relacionado à inserção da mulher militar na Marinha. Durante minha trajetória militar¹ sempre refleti sobre o quanto as relações sociais neste campo profissional haviam mudado, buscando observar empiricamente que muitas dificuldades do passado não mais existem hoje e que a mulher militar tem sido cada vez melhor aceita neste território tradicionalmente regido pela masculinidade e pelo modelo de virilidade. Assim surgiu este projeto de pesquisa cujo título revelava uma pretensão inicial de analisar as novas configurações da relações de gênero na Marinha do Brasil.

Em 1980 a Marinha do Brasil (MB) foi a primeira entre as Forças Armadas² do país, a admitir o ingresso das mulheres militares, embora alguns países membros da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) já apresentassem mulheres militares integradas ao seu efetivo desde pelo menos 1946 (Dinamarca) e 1951 (França e Canadá)³. Passaram-se vinte e sete anos desde a assinatura da Lei nº 6.807 de 07/07/80 pelo então Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, fato que nos fez refletir, na condição de sujeito que vivencia esta história há vinte e três anos, também sobre as

-
- 1 A pesquisadora ingressou no Quadro Feminino de Praças da Marinha do Brasil em 1985, fazendo parte desta história. Em 1996 prestou novo concurso ingressando no Quadro de Oficiais da mesma Força. Atualmente ocupa o posto de Capitão-de-Corveta.
 - 2 A Polícia Militar do Estado de São Paulo foi a Força Auxiliar pioneira, que desde 1959 admitiu mulheres civis na Polícia, incorporando-as aos regulamentos militares a partir de 1970 (MUSUMECI, 2004). Foram inclusive algumas destas mulheres militares que integraram as equipes responsáveis pela formação da primeira turma de mulheres militares da Marinha.
 - 3 Dados obtidos no Anexo II do artigo de Maria Celina D'Araujo (2003).

contingências e determinantes históricos que antecederam a assinatura desta lei.

Tal processo decisório ocorreu num contexto histórico de transição democrática do país, após décadas de domínio militar no cenário político nacional. O processo de redemocratização veio acompanhado da vocalização e fortalecimento de novos atores da sociedade civil - incluído o movimento feminista-, bem como de uma crise hegemônica americana e energética mundial que deixou marcas recessivas na economia do nosso país. Neste cenário notabilizaram-se vários marcos importantes para o avanço da negociação de algumas propostas feministas, entre eles: inclusão de estudos sobre a mulher na pauta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1972); realização de Seminário sobre a Condição Feminina na Fundação Carlos Chagas (1974); Ano Internacional da Mulher (1975) e aprovação em Assembléia Geral da ONU da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979). Foi neste contexto permeado por mudanças e exigências da conjuntura nacional e internacional, pelos expressivos eventos que deram visibilidade às propostas feministas e pela necessidade de pessoal da própria Marinha por especialidades majoritariamente femininas, que foi autorizado o ingresso das mulheres na carreira militar naval.

O meu interesse pelo tema foi norteado pela valorização dos avanços obtidos por estas mulheres e homens e pelo alcance de espaços institucionais cada vez mais compartilhados por estes sujeitos. Acredito que se o estranhamento pode gerar a vontade de conhecer uma realidade, também a familiaridade e o desejo de qualificá-la para melhor compreendê-la, valorizá-la e preservá-la podem gerar tal interesse. É uma satisfação a oportunidade de trazer à luz muito da contribuição destas mulheres militares para a construção da história da Marinha, buscando registrar e perpetuar esta memória, que tende ao esquecimento principalmente após a extinção do Quadro exclusivamente feminino em 1997.

Neste sentido nossa investigação insere-se na linha de pesquisa que, subordinada ao Sistema de Proteção Social, propõe-se a estudar os sujeitos sociais que representam segmentos minoritários e tradicionalmente definidos como excluídos (mulheres), no que se refere ao exame do cotidiano e das formas e estratégias de sociabilidade destes grupos. Do ponto de vista histórico há um entrelaçamento entre a nossa pesquisa e a pesquisa *Niterói – cidade das mulheres* desenvolvida pelo NPHPS/CRD da Faculdade de Serviço Social da UFF, que busca resgatar e preservar a memória de mulheres que ajudaram a construir a história do

município de Niterói. O encontro entre essas pesquisas ocorre no cruzamento da história da criação da escola de Enfermagem atrelada às personagens femininas, personagens estas também envolvidas na criação da escola de Serviço Social num período histórico em que a reforma do ensino e as condições sociais (seja pela expansão urbana dos serviços de saúde ou pelo esforço de guerra) demandavam a profissionalização de profissões como enfermeira, professora e assistente social. Conforme abordaremos, a trajetória de feminização da enfermagem foi um dos fatores responsáveis, na década de 80, pelo ingresso da mulher militar na Marinha. Assim, resgatamos e preservamos a participação feminina em alguns importantes aspectos da história da instituição, tais como: alterações nas formas de interação nas relações de gênero na organização, mudanças e permanências no aparato de proteção social ocorridas na reestruturação e ajuste da legislação militar à presença feminina e mudanças na imagem da instituição perante a sociedade.

A importância das investigações sobre as políticas de inserção da mulher no universo organizacional das corporações reside na contribuição articulada a três eixos principais: a) ampliação dos conhecimentos das ciências sociais, na medida em que colabora com os estudos de gênero, enfocando a trajetória destas relações em instituições marcadamente masculinas. Contribui também para a continuidade do resgate da análise a respeito das mulheres enquanto sujeitos sociais, bem como para compreender as evoluções das relações sociais entre homens e mulheres, ampliando a análise das construções do masculino em sua totalidade; b) conhecimento dado à própria instituição a partir do aprofundamento das questões relevantes que perpassam o cotidiano da inserção da mulher militar, podendo contribuir para o planejamento e gestão de políticas de proteção social; e c) estabelecimento de possíveis redes de conexão envolvendo a singularidade do processo de construção das relações de gênero no Brasil.

Na concepção inicial da nossa pesquisa a nossa vivência privilegiava a observação dos aspectos de mudança e transformação nas relações profissionais entre homens e mulheres militares, bem como uma maior acomodação da instituição ao elemento feminino. Mas posteriormente adicionou-se uma postura investigativa madura e crítica a respeito das permanências nestas relações, dada a partir de uma reflexão ancorada nos conhecimentos acadêmicos adquiridos durante o curso de mestrado. Da mesma forma, durante este processo de amadurecimento intelectual pudemos confirmar a nossa hipótese de que havia outros

determinantes, além do festejado pioneirismo da Marinha, a justificar a decisão de incorporação feminina aos seus quadros. Prosseguindo nesta desafiadora caminhada acadêmica, vislumbramos que as mulheres militares, no caso da Marinha, não constituíram uma ameaça tão grande ao território masculino quanto poderíamos supor. Foi então que, ao refletirmos e pesquisarmos sobre as razões desta quase ausência de ameaça, nos deparamos com a intensidade do entrelaçamento das relações de gênero com as relações de poder. Assim ajustamos o enfoque da nossa pesquisa para concebê-la enquanto uma investigação focada no estudo das mudanças e permanências nas estruturas de poder das relações de gênero no campo militar naval.

Uma vez redefinido nosso tema, que na verdade passou por várias definições antes de chegar a este formato, passamos à pesquisa bibliográfica sobre as categorias que nos permitissem analisar a complexidade das relações de gênero na realidade militar. Nosso primeiro capítulo buscou reunir a literatura necessária para contextualizar historicamente as condições sócio-culturais e políticas que possibilitaram o surgimento dos movimentos feministas, cujas idéias ao circularem de forma global e local, ensejaram importantes transformações sociais que abriram caminhos para a profissionalização das mulheres e sua inserção no mercado de trabalho. Ainda neste capítulo tratamos das peculiaridades do mercado de trabalho feminino em relação à década de 80 e comparativamente em relação às suas características mais atuais, para abordar os avanços e entraves desta inserção num mercado ainda baseado nas premissas da divisão sexual do trabalho - e do saber -. Abordamos ainda as singularidades da trabalhadora remunerada em face de sua inserção marcada pela sobreposição de tarefas e responsabilidades na esfera pública e na vida doméstica, cuja interpretação social dominante enquadra as mulheres nos contornos de um papel social estereotipado que se traduz em desvantagens no mercado de trabalho.

O segundo capítulo inicia com a contextualização do período de redemocratização da sociedade brasileira e a respectiva gestão dos determinantes que influenciaram o processo decisório de ingresso da mulher militar na Marinha, buscando articulá-lo à circularidade do ideário feminista e a feminização de profissões como a enfermagem. Procurou-se enfatizar de que modo as características tradicionalmente atribuídas à figura das mulheres contribuiu para flexibilizar a imagem da instituição perante a sociedade, colaborando para a construção de seu novo papel institucional a partir do estreitamento de relações com a sociedade civil. Tal

contextualização foi relevante também para o entendimento da trajetória dos relatos biográficos dos sujeitos entrevistados, dado que esta desenvolveu-se a partir de um conjunto de relações sociais inscritas num determinado espaço social e temporal.

Em continuidade ao segundo capítulo tratamos das qualidades e peculiaridades da instituição militar, da profissão militar e especialmente das mulheres militares, buscando apreender em que medida aplicam-se as peculiaridades do mercado de trabalho abordadas no capítulo anterior, à vida militar. Procuramos compreender os valores e representações sociais que conferem significado à instituição e às suas práticas, bem como a valorização do estereótipo masculino pautado no paradigma de virilidade tradicionalmente atribuindo aos homens a primazia em situações sociais de excepcionalidade, como em momentos de grandes desafios e mortes, cujo limite é a guerra (BOURDIEU, 2005). Enfatizamos ainda a importância do capital simbólico e das tradições da instituição na validação e fortalecimento de um comportamento de culto à virilidade. Para finalizar citamos alguns casos históricos - embora às vezes esquecidos por esta - de exceção a esta primazia da virilidade, relatando alguns episódios isolados de inserção de mulheres fardadas em situações de guerra, não necessariamente de combate.

O terceiro capítulo aborda a metodologia e especificidades do campo pesquisado, bem como a análise dos resultados das entrevistas semi-estruturadas e análise documental de notas oficiais sobre as comemorações anuais concernentes ao ingresso da mulher militar. Buscou-se enfatizar o quanto a pesquisa de campo com militares guarda especificidades cujo domínio é um diferencial importante para o entendimento e decodificação deste complexo universo. É preciso ter conhecimentos acerca das características internas como a segmentação vertical e horizontal deste universo, como o processo de construção da identidade militar a partir de símbolos utilizados para conferir significado à sua própria existência (CASTRO, 2000). Impõe-se ainda ao pesquisador o desafio de considerar a construção da identidade militar sem deixar de analisá-la também em suas relações externas enquanto instituição nacional inserida no contexto político da sociedade (LEIRNER, 1997).

Na seção à respeito da análise dos resultados, procuramos qualificar as mudanças e permanências que a inserção da mulher ocasionou nas relações de gênero no campo militar, utilizando-se o referencial teórico adotado nos primeiro e segundo capítulos. Avaliamos ainda em que medida os valores e comportamentos dos homens militares e da própria estrutura

institucional sofreram alterações – e continuidades – a partir da interação com representações e qualidades tidas como exclusivamente femininas. Neste sentido enfocamos principalmente o movimento masculino pela conservação de sua hegemonia associando-o ao saber genuíno institucional e às dificuldades e possibilidades do lento e complexo processo de reconstrução das relações de gênero.

Nas considerações finais tecemos algumas conclusões provisórias acerca dos condicionantes da continuidade da presença feminina nas forças armadas e da igualdade de gênero enquanto um processo constante de negociação política. Tal negociação tem por arena de resolução uma concepção ampliada do político, da negociação do possível e principalmente do impossível entre sujeitos interdependentes e plurais. Procuramos ainda nesta seção articular a contribuição de nosso estudo para a elaboração de futuros trabalhos investigativos.

Importa ainda registrarmos que na fase de pesquisa bibliográfica sobre a produção acadêmica na área de forças armadas e gênero no Brasil, observamos algo que redimensionou nosso entendimento acerca da importância deste trabalho: a reduzida quantidade de estudos nesta recente área de pesquisas acadêmicas. Assim, é uma satisfação podermos divulgar e compreender um pouco da história da participação feminina na Marinha, enriquecendo não somente o conhecimento acadêmico, mas também a auto compreensão da minha - e das demais - trajetória de mulher militar.

1 IDEÁRIO FEMINISTA, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO: influências da circularidade cultural sobre o processo decisório da Marinha do Brasil

o Brasil e o povo brasileiro, deve portanto se orgulhar de suas enfermeiras, que não trepidaram ao trocar o conforto de seus lares pelo futuro desconhecido e perigoso de um campo de batalha [...].

Major Elza (MEDEIROS, 1955, p. 254).

As significações da cultura mundial exerceram uma relevante influência sobre a construção do ideário feminista brasileiro, enquanto resultado possível em um dado contexto político-cultural. Em grande medida tais significações do feminismo internacional repercutiram em determinadas instâncias de representação da sociedade civil brasileira, vindo a conquistar espaços nas instituições da sociedade como um todo.

O ideário do movimento feminista eclodiu a partir de idéias anteriormente gestadas, que possibilitaram as condições culturais para o seu fortalecimento, aliadas às condições sociais e históricas de cada época em dada sociedade, cuja disseminação pelo mundo ocorreu de várias maneiras possíveis, de acordo com as peculiaridades político-culturais de cada formação societária. Não é o caso de considerarmos o nosso feminismo como mera importação de idéias tomadas acima das demandas coletivas num contínuo processo até o alcance da esfera pública. Trata-se de um processo circular que pode ser entendido como um encontro entre culturas, no qual cada parte sai modificada de maneira singular devido ao aporte da especificidade de cada realidade. É este aspecto das características deste processo de influência sobre a construção do ideário feminista no Brasil que nos interessa.

Para tanto, faz-se necessária a consideração de algumas concepções teóricas acerca da circularidade cultural global e local e seus aspectos subjacentes, para em seguida utilizarmos como referência de análise a trajetória da construção do ideário feminista no Brasil. Nosso enfoque procurou não esgotar a extensão de tal trajetória, mas apresentar suas principais tendências e as influências que as impactaram principalmente na década de 70 e 80, cujos desdobramentos em determinado contexto conjuntural possibilitaram a consideração de uma idéia, até então impensável, que desembocaria na aprovação da lei de criação do CAFRM.

1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE CULTURA, CIRCULARIDADE E SINGULARIDADE

Para conferir sentido à noção de circularidade cultural, importa definirmos o que entendemos por cultura. O conceito de cultura que adotamos inscreve-se na abordagem histórica denominada de Nova História Cultural surgida na década de 60 na Itália e França. Esta perspectiva adotou uma nova forma de entender a cultura enquanto um conjunto de significados compartilhados e construídos pelos homens para dar sentido ao mundo, passando-se a valorizar e considerar a importância histórica de todas as culturas e não somente da cultura erudita dos grandes pensadores e suas escolas.

A abordagem da Nova História Cultural⁴ adotou como seu objetivo "decodificar a realidade do já vivido, por meio de suas representações, desejando chegar àquelas formas pelas quais a humanidade expressou-se a si mesma e o mundo" (LACERDA FILHO, 2005). Carlo Ginzburg, um dos representantes mais importantes da Nova História Cultural, na obra *O queijo e os vermes* editada em 1976, utiliza o conceito de cultura definindo-a num contexto de produção teórica voltada para o resgate da história dos sujeitos anônimos como "o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios da classes subalternas num certo período histórico" (GINZBURG, 1987, p. 16).

No campo da sociologia, coube à Pierre Bourdieu aprofundar a importância das representações sociais como uma das chaves explicativas para a decodificação da realidade em sua obra *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, editada em 1980. Bourdieu teoriza

4 Para aprofundar o entendimento da relação entre a abordagem da História das Mentalidades, da Nova História Cultural e da Micro-História (abordagem surgida do debate historiográfico das décadas de 70 e 80), vide a obra de PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Minas Gerais: Ed. Autêntica, 2004.

conceitos fundamentais, entre outros, de habitus e de capital cultural, este último abordado na obra *La distincion* de 1979. Contrário às idéias prevalecentes na tradição sociológica de que práticas culturais eram objeto de consenso social, o autor defendeu uma postura sociológica e histórica cautelosa evitando transformar em universais determinadas práticas culturais necessárias e intrínsecas a determinado grupo (a cada classe de posição corresponde uma classe de habitus). Tais práticas dizem respeito a estes grupos na medida em que lhes pertencem em um dado momento, em dado espaço social e em dada situação de oferta de bens simbólicos. As práticas culturais, inscritas na composição do habitus, são passíveis de mudança de acordo com o oferecimento de outros bens simbólicos (educação, escola, cultura).

Jessé Souza (2003) em sua análise da teoria sociológica de Bourdieu caracteriza o habitus enquanto conjunto de disposições culturais e institucionais que se inscrevem e expressam na linguagem corporal, transformando escolhas valorativas em carne e osso e produzindo uma subjetividade de representações exteriorizada na ação dos indivíduos e grupos. O conceito de habitus articula-se diretamente às práticas culturais, sendo um "princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas" (BOURDIEU, 1996, p. 21-22). Para Bourdieu o que diferencia a peculiaridade do habitus em cada classe de posição (sem dicotomizá-los, ressaltando o que têm em comum), ou classe social como preferia Marx, é a estrutura de distribuição desigual de capital econômico e capital social entre elas, sendo esta um campo de forças mutável segundo as lutas que podem contribuir para a sua conservação ou transformação. É ainda esta estrutura que comanda as representações simbólicas predominantes em cada sociedade. O autor define capital econômico enquanto constituído pelos diferentes fatores de produção, pelo conjunto de bens econômicos e rendas, e capital cultural enquanto existente em três formas: no estado objetivo de bens culturais de valor financeiro, como disposição durável do corpo inscrita no habitus e no estado institucionalizado como por exemplo no título escolar. Este último tipo de capital serve ao princípio fundamental da reprodução social. O nosso entendimento de cultura perpassa os conceitos abordados para considerá-la enquanto um conjunto de bens simbólicos (crenças, valores, códigos) cujas práticas culturais e institucionais inscritas na mente e na linguagem corporal, produzem um todo subjetivo de representações expressas nas ações dos indivíduos e grupos.

Quanto ao conceito de circularidade cultural, este foi apresentado de forma inicial pelo marxista Mikhail Bakhtin na obra *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*, sendo exposto de maneira mais declarada por Ginzburg, na sua obra anteriormente citada, enquanto uma série dinâmica de trocas entre a cultura popular (subalterna) e a cultura erudita (dominante) existindo uma influência recíproca entre elas, embora em proporções assimétricas. A cultura popular não se caracteriza de maneira excludente como um conjunto simbólico autônomo ou dependente em relação à cultura dominante, mas sim por uma construção dada a partir de um processo de apropriação dos significados hegemônicos revestindo-os de um sentido próprio que os legitima perante estes setores populares, podendo manifestar-se como assimilação, resistência ou ambas perante as representações simbólicas dominantes.

A circularidade reveste-se de uma amplitude globalizante para além da inter-relação entre classes sociais, existindo um movimento circular de influências recíprocas, porém assimétricas, entre sociedades culturalmente hegemônicas (denominado por alguns de imperialismo cultural referindo-se à transmissão cultural imposta) e sociedades de culturas não hegemônicas. Tal abrangência vem sendo constantemente potencializada por adventos como a comunicação de massas, processos migratórios, mercado editorial, intercâmbios científicos, redes virtuais etc. Foi o que ocorreu com a influência das idéias e propostas da Nova História Cultural na própria historiografia brasileira na década de 80, época da abertura política e do fim dos obstáculos do regime militar à política editorial⁵.

Num processo análogo, o ideário feminista, gestado inicialmente na metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX quando o movimento sufragista se espalhou pela Europa e Estados Unidos e, revigorado a partir da política e culturalmente efervescente década de 60, produziu um conjunto novo de significações elaboradas e partilhadas por sujeitos coletivos, carregadas de representações coletivamente produzidas, que ao serem expostas na esfera pública⁶ para o conjunto da sociedade, oportunizaram a circulação destas

5 A primeira autora que renovou a historiografia brasileira foi Laura de Mello e Souza em 1986 com a obra *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*.

6 Referindo-se a Oxford e Habermas, Fleury (2001) confere significado à esfera pública enquanto conexão existente entre sociedade civil e Estado, resultando da participação dos diferentes atores e estruturas organizativas compartilhando informações e conjecturas. Tem ainda por função conferir visibilidade às questões relevantes, gerando alternativas potenciais e obtendo a atenção do aparato institucional para as suas resoluções. Podemos acrescentar que nesta esfera se dá o encontro das subjetividades em suas especificidades, mas como significados comuns de convivência entre sujeitos que estão buscando o mesmo objetivo, o exercício da sua cidadania, sendo a esfera pública o local privilegiado do processo de

significações entre as classes e entre as sociedades. Incluída neste conjunto de novas significações estava a categoria gênero, utilizada pelas teóricas do movimento feminista internacional na década de 70, formulada a partir das relações entre os sujeitos e social e historicamente construída. Gênero foi uma categoria que passou a ser utilizada no meio acadêmico brasileiro a partir da década de 80, dotada de um significado citado por Puppim (2001), em referência à Joan Scott, enquanto conjunto objetivo de referências que estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana. Gênero apresenta-se assim, enquanto categoria constitutiva das relações sociais que influenciadas pelas representações culturalmente estabelecidas, tomam como ponto de partida as diferenças perceptíveis entre os sexos e como ponto de chegada a atribuição de uma gama de significações simbólicas.

Podemos considerar que o marco literário deste "desembarque" de idéias feministas acadêmicas no Brasil tenha sido a tradução em 1986 do texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* de Joan Scott, entretanto, como salienta Castro (2001), não podemos desconsiderar que estamos tratando de um processo de circularidade cultural, que como tal desencadeia-se de forma muito mais complexa e gradual. A autora argumenta que a transnacionalidade de significações não se estabelece somente a partir da assimilação de leituras estrangeiras, uma vez que mesmo mulheres de comunidades rurais já tinham de certa forma noção das idéias feministas mundiais, seja pelo acesso à documentos de fóruns internacionais, participações nestes fóruns ou contato com ativistas internacionais. O próprio acesso ao mercado de trabalho, simbolizando a saída destas mulheres do confinamento doméstico e o início de uma série de mudanças em suas vidas, foi um importante deslocamento facilitador do contato com as novas idéias e valores em movimento. Assim o sentido de gênero, e o ideário feminista como um todo, foi apropriado por vários sujeitos sociais em diferentes sociedades, num processo "dialético de acomodação e resistência às pautas sociais" (SIQUEIRA, 1997, p.16). Tal processo de apropriação implicou a recomposição, e muitas vezes a seletividade, das formas destes conteúdos simbólicos culminando numa diversificação de valores e representações superpostos e contraditórios que engendraram ações e proposições ambíguas.

A diversidade do debate feminista no Brasil e suas várias vertentes estão portanto relacionadas aos vários caminhos trilhados por estas “idéias viajantes” que fazem parte de um complexo processo de circulação de significações inscrito num movimento transcultural de idéias. Longe da simples reprodução passiva, este processos compreendem novas interpretações e ressignificações culturais características procedidas por cada sociedade, oriundas dos grandes centros de influência modernos. São ressignificações que assumem em sua recomposição os contornos do perfil de cada local, suas características e objetivos (CASTRO, 2001). Afinal, "a característica essencial da transmissão cultural é que tudo que se transmite muda", como nos lembra o antropólogo-historiador Michel de Certeau, citado por Peter Burke (2000, p. 248). Tais significações podem circular entre as sociedades por meio de interpretações locais de várias significações, cuja influência pode alcançar múltiplos campos sociais como associações, movimentos sociais, sindicatos, partidos e a academia.

1.1.1 A construção do ideário feminista brasileiro: as lutas feministas mundiais e a proteção social

Desde as primeiras Declarações Universais de Direitos dos Homens, inspiradas no estado de natureza de Locke, os direitos de liberdade referiam-se ao homem abstrato, ao sujeito universal masculino. Foi somente a partir do reconhecimento dos direitos sociais, já no século XX, que surgiram novos sujeitos de direito até então desconhecidos dos direitos de liberdade: a mulher, a criança, o velho, o doente. Em alguns países da Europa, onde os direitos políticos antecederam os direitos sociais, durante séculos somente os homens, e nem todos, tinham o direito de votar (BOBBIO, 1992, p. 72). Apesar dos esforços de algumas literatas e intelectuais precursoras do feminismo⁷ para denunciar a injusta condição de inferioridade da mulher (principalmente no acesso à educação e ao voto), e das lutas mais ou menos organizadas das mulheres desde a Revolução Francesa (século XVIII) pela sua cidadania, até o século XIX configurou-se uma situação de exclusão das mulheres como portadoras de direitos cidadãos.

A partir do final do século XIX a luta das mulheres conquista um novo patamar ao

⁷ Considera-se a francesa Christine de Pisan e seu livro *A cidade das mulheres* (numa época entre o período de 1364-1430), o primeiro grande debate sobre a questão feminina, a "Querelle des Femmes". Sem abordar ainda a igualdade entre os sexos, abordava o acesso das mulheres ao saber legitimado.

repercutir as transformações societárias em progresso nos grandes países industrializados, notadamente afetas ao mundo do trabalho e ao ingresso crescente de mulheres das classes baixas no operariado (em situação de severa precariedade das condições de trabalho e salários), aliando-se aos direitos sociais e políticos, pela cidadania e pela proteção social. Data de 1878 um dos primeiros fóruns a exigir em Paris o auxílio maternidade para mães pobres a ser custeado pelos municípios, o Congresso Internacional dos Direitos das Mulheres.

A pauta sobre a proteção social da maternidade das mulheres trabalhadoras exerceu um relevante papel na composição do ideário dos primeiros movimentos de mulheres, sendo propagada por países como França, Alemanha, Itália, Inglaterra e Estados Unidos. Sobre a difusão do ideário dos movimentos de mulheres, Bock (1991, p. 442) afirma:

Idéias e proposta idênticas surgiram em todos os movimentos de mulheres no Ocidente na viragem do século, mas parece ter sido na França que elas surgiram pela primeira vez e assumiram formas mais pronunciadas e diversificadas. Em todos os países, tais propostas foram defendidas por mulheres socialistas, radicais e conservadoras, embora não por todas elas; e muitas conheciam-se pessoalmente.

Contudo, outros fatores também foram responsáveis pelo avanço da legislação de proteção à maternidade e não somente as reivindicações das mulheres, o principal deles deveu-se ao declínio da taxa de natalidade associado à importância militarmente estratégica conferida à dimensão populacional enquanto representação do orgulho e poder nacionais. De todo modo, importa ressaltar a decisiva contribuição que os movimentos de mulheres e a conquista dos seus direitos cívicos tiveram para a formulação das leis de proteção social às mulheres inscritas nas políticas sociais dos Estados-providência contemporâneos (ou Estados de Bem Estar – EBE), cujo modelo foi gestado e implantado de forma peculiar à realidade de cada país. Nos países de capitalismo avançado, o modelo de EBE foi estabelecido sobre um padrão de desenvolvimento hegemônico do pós-guerra que criou condições para a consolidação do compromisso social característico do modelo fordista/keynesiano de acumulação e produção. No caso do Estado brasileiro, ao "importar" de forma precoce este modelo (sem o amadurecimento de suas instituições e de sua economia características do capitalismo periférico), agravou um quadro de precária estrutura social, política e institucional que não foi capaz de impor "limites aos efeitos socialmente diferenciadores do mercado, às diferenças de salário, renda e consumo, através de um amplo sistema de direitos e políticas

sociais"⁸ (ALENCAR, 2004, p. 72). Este quadro, conforme veremos, levaria à aprovação de leis de proteção à maternidade e à infância, e posteriormente ao trabalho feminino, mais tardiamente em relação aos países avançados.

1.1.2 A primeira fase do feminismo brasileiro e a articulação com protagonistas internacionais do movimento

No Brasil, a primeira vertente do movimento feminista (que ficou conhecido como um feminismo "bem comportado"), em sua primeira fase, foi focada na luta pelos direitos políticos, pela extensão às mulheres do direito de votarem e serem votadas, liderado por uma das pioneiras nas ciências brasileiras, a zoóloga e feminista Bertha Lutz, que após seu retorno da Europa (1918), fundou na década de 20 a Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Figuravam como membros da Federação Brasileira para o Progresso Feminino professoras, advogadas, jornalistas, médica, engenheira e aviadora (Anésia Pinheiro Machado) que compunham um feminismo comportado porque agia no limite da pressão intra-classe, não colocando em risco as bases da organização das relações patriarcais (PINTO, 2003).

A segunda vertente desta primeira fase do movimento feminista caracterizou-se por um feminismo difuso, com múltiplas manifestações na imprensa alternativa feminista, abordando temas como a educação das mulheres, dominação dos homens, sexualidade e divórcio, sem no entanto problematizar sua condição. Em 1830 a escritora Nísia Floresta, considerada a primeira feminista brasileira, realiza seu primeiro protesto e em 1852 funda o "Jornal das Senhoras". A história de Nísia⁹ exemplifica o poder da circularidade cultural sobre a produção do ideário feminista brasileiro. Nascida no Rio Grande do Norte, publica em 1832 seu primeiro livro *Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens*, inspirado na obra de 1792 da filósofa, feminista e escritora britânica Mary Woolstonecraft, *Vindications of the Rights of Woman*, no qual Nísia enfatiza o direito das mulheres à educação e ao trabalho. Em 1849 viaja

8 Complementarmente, Fleury procura entender as peculiaridades da formação do nosso padrão conservador de EBE enquanto uma instituição que se desenvolveu de forma centralizadora e precoce (anterior à constituição da nação), com um sistema político híbrido (superposição de estruturas políticas diferentes) marcado pela apresentação de novas questões sem a correspondente resolução de uma questão anterior, fragilizado politicamente, "estando sempre em um processo de transição inconclusa" (FLEURY, 1994, p. 146).

9 Sobre os resultados de ampla pesquisa sobre a história da intelectual e literata Nísia Floresta, consultar a obra DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: Ed. da UFRN, 1995.

para Paris onde continua seus escritos, sendo publicado em 1850 em Niterói, com a autora ainda residindo em Paris, o romance histórico *Dedicação de uma amiga*. Retornando ao Brasil em 1853, publica no Rio de Janeiro o *Opúsculo Humanitário*, obra que contém um dos temas que lhe são mais caros, a importância da educação feminina como base para o progresso da sociedade. Em 1856 viaja para Europa por 16 anos, viajando pela Itália, Grécia e retornando para Paris. Em 1872 retorna para o Rio de Janeiro para em 1875 novamente viajar para Europa. Entre tantas idas e vindas ao Brasil, Nísia trazia em suas bagagens mais do que roupas, trazia a sua interpretação das idéias e representações acerca da condição feminina nos principais países do mundo, o que lhe permitiu, ao disseminá-las, tornar-se uma das pioneiras a lutar pela aquisição de direitos e da plena cidadania para as mulheres brasileiras. Mais uma vez podemos constatar a relevância histórica deste deslocamento de saída das mulheres do seu confinamento habitual, simbolizando o seu ingresso num novo mundo de idéias e representações (PERROT, 1991)¹⁰.

Em 1873, numa expressão ainda embrionária do que viria a ser a pauta do movimento feminista, Francisca Senhorinha Motta Diniz, registrou no jornal "O sexo feminino" (MG) sua preocupação também com os direitos civis, alertando às mulheres sobre seus direitos no casamento e o perigo de maridos que faziam do casamento uma forma de enriquecer, pregando a emancipação através da educação (tal como Nísia Floresta). Em 1890, outro jornal, "O 15 de novembro do sexo feminino", publicou o seguinte texto numa referência à Olympe de Gouges¹¹: "desejamos que os senhores do sexo forte saibam que se nos podem mandar, em suas leis, subir ao cadafalso, mesmo pelas idéias políticas que tivermos [...] também nos devem a justiça de igualdade de direitos, tocante ao direito de votar e ao de sermos votadas".

Outro exemplo da circularidade do ideário feminista reside na relevante contribuição prestada pela educadora e médica belga Maria Rennotte. Conforme relato de Maria Lúcia Mott (2005), Maria Rennotte chegou ao Brasil em 1878 para lecionar em Piracicaba-SP, onde

10 Perrot (1991) faz um interessante resgate sobre a participação decisiva das mulheres em acontecimentos históricos mundiais como nas revoltas camponesas na Europa, na Guerra Civil inglesa, na queda da Bastilha, na Guerra de Secessão, entre outros, ressaltando a contribuição destas após estes conflitos, que não satisfeitas em retornar ao confinamento do lar, investiram suas energias na filantropia e no feminismo.

11 Mártir guilhotinada logo após a Revolução Francesa, que corajosamente em 1791 escreveu e propôs aos homens da Assembléia do Povo, a Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã como forma de aplicar a Declaração dos Direitos do Homem e sua respectiva filosofia de liberdade à todos os seres humanos. Olympe também escreveu (em 1788) um longo tratado sobre a versão das mulheres para o Contrato Social de Rousseau, propondo várias reformas políticas e sociais.

ensinava ciências para mulheres e defendia a igualdade entre os sexos. Em 1889 viajou para a França e para os Estados Unidos, onde formou-se em medicina (1893). Em seu retorno ao Brasil tornou-se a primeira médica a exercer a profissão na cidade de São Paulo, onde assumiu a direção de uma maternidade local, atuou em pesquisa, filantropia, além de ter patrocinado vários projetos, entre eles o da educadora e sertanista Leolinda Daltro para a defesa da população indígena. Num desdobramento de sua história de lutas pela emancipação da mulher, Leolinda fundaria em 1910 o Partido Republicano Feminino. Também em 1922 Maria recebeu em São Paulo a líder sufragista norte-americana Carrie Chapman Catt¹² e participou da criação da Aliança Paulista pelo Sufrágio Feminino, da qual foi vice-diretora.

Renotte era uma defensora da educação para a mulher, tendo dedicado-se ao projeto de fundação da filial da Cruz Vermelha em São Paulo, ocasião em que criou a Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha (1912), tendo sido uma de suas alunas Anita Malfatti, cuja história caracterizaria a circularidade e propagação social do ideário de renovação cultural. A relevância do marco de criação desta primeira escola de enfermagem para mulheres (posteriormente passou a aceitar homens) reside no fato de que (além de atender aos anseios por educação e emancipação femininas) foi uma resposta à necessidade de mão-de-obra especializada imposta por um contexto principalmente paulista e carioca de expansão dos serviços de saúde aliada à insuficiência do pessoal até então disponível, composto basicamente por religiosas e enfermeiros práticos.

Expressava-se assim o sinal de uma época marcada pela construção da nacionalidade brasileira, figurando neste cenário o processo de feminização de profissões como a enfermagem e o serviço social (e professoras primárias), atendendo e fortalecendo às expectativas e necessidades nacionais, e seus respectivos signos socialmente construídos e naturalizados, da compatibilidade da mulher com as supostas qualidades requeridas por tal profissão: baixo desempenho intelectual, princípios morais elevados, tradicional papel de cuidadora e pudor.

A terceira vertente do movimento feminista ("mal comportado") foi protagonizada por mulheres trabalhadoras e intelectuais anarquistas (sua maior expoente, Maria Lacerda de Moura) que defendiam a liberação feminina da opressão masculina de uma forma radical,

12 Líder sufragista que havia presidido por duas gestões a Associação Americana Nacional do Sufrágio da Mulher (1900-1904 e 1915-1920).

articulando teses feministas ao ideários anarquistas e comunistas. Nesta época, devido ao acelerado processo de urbanização, ocorria o surgimento das camadas médias e operárias, havendo uma grande participação das camadas populares femininas na força de trabalho (tal como ocorreu a partir do final século XIX nos países industrializados). Período em que ocorria uma crescente mobilização dos trabalhadores urbanos devido também à propagação do ideário sindicalista europeu trazido pelo processo de imigração. Os trabalhos femininos das camadas populares ficavam confinados à serviços precários, não especializados, com baixos salários e submetidas à preconceitos e assédio sexual, onde as obrigações domésticas e maternais eram prioridade em detrimento da profissão.

Importa ressaltar que a cada atividade das feministas exposta na esfera pública, corresponde invariavelmente um movimento de reação de oposição masculina, conforme revela Soihet (2000) em sua pesquisa abrangendo o período da segunda metade do século XIX até os anos 1930, quando os homens utilizaram-se de peças teatrais, literatura, crônicas e imprensa para ridicularizar as militantes do movimento, caracterizando-as como masculinizadas, feias, despeitadas e amorais. Tais reações repletas de violência simbólica, têm revelado, em qualquer tempo, a ameaça do discurso feminista à dominação masculina e à correlação de forças e poder inscritas nas relações de gênero.

Os anos 30 foram um divisor de águas na história do país, com grande aceleração das mudanças sociais e políticas motivadas pela preocupação com a consolidação do nosso parque industrial e respectiva manutenção do nível de emprego e consumo, sendo que as mudanças mais espetaculares foram nos avanços dos direitos sociais (CARVALHO, 2006). Neste contexto, mais um importante passo foi dado pelas mulheres em direção à sua cidadania, a aprovação do novo código eleitoral contemplando o direito da mulher votar e ser votada, que foi incorporado à Constituição de 34. Tal incorporação ocorreu juntamente com outros direitos femininos: conservação da nacionalidade e transmissão aos filhos se casadas com estrangeiros, pagamento igual para trabalhos iguais, salário mínimo, limite de 8 horas de trabalho diário, férias remuneradas, licença maternidade, acesso das mulheres às funções públicas e participação das mulheres na direção e administração de programas assistenciais e de bem-estar social relativos à maternidade e infância, configurando a absorção de novas demandas ao sistema de proteção social brasileiro. Entretanto, somente em 1956 foi regulamentado o trabalho noturno feminino e em 1965 foi regulamentada a proteção à

maternidade das trabalhadoras. Contudo, devido ao golpe de governo em 1937, há um certo recuo dos movimentos feministas, seguindo-se um período na história brasileira que Santos (1987) denomina de cidadania regulada (1930-1945) e, após, o período de democracia limitada (1945-1964). Foi um tempo caracterizado também por lutas sociais direcionadas para o paradigma socialista, não havendo um cenário local e global favorável às lutas sobre questões mais específicas.

1.1.3 A segunda fase do feminismo brasileiro e as influências dos fóruns internacionais e das feministas anistiadas

A segunda fase do feminismo brasileiro desenvolve-se a partir da década de 60, em meio a uma grande efervescência política e de revolução de costumes na Europa e Estados Unidos¹³, e um clima de ditadura militar, repressão e morte no Brasil¹⁴. Foi um momento histórico de emergência de vários movimentos sociais na Europa e Estados Unidos: feminismo, revoltas estudantis, movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas e as lutas pelos direitos civis. O ideário feminista foi responsável pela ruptura de vários paradigmas dominantes e construção de novas significações a respeito das relações sociais entre homens e mulheres, significando não somente um movimento social mas também uma crítica teórica.

Passou-se a questionar a clássica polaridade entre dentro e fora, privado e público, ocorrendo uma politização de temas até então restritos à esfera privada - afinal decretou-se: "o pessoal é político" -, a questionar a construção subjetiva da formação dos sujeitos generificados, e sobretudo a questionar a idéia de uma única identidade a ser compartilhada por homens e mulheres fortalecendo a noção de diferença sexual¹⁵. Assim, ao questionar as fronteiras tradicionais do individualismo nas sociedades modernas, os movimentos feministas

13 Betty Friedan lança a obra que inaugurou o movimento feminista norte-americano da década de 60, *A Mística Feminina*. Sem deixar de mencionar Simone Beauvoir que já havia lançado em 1949 a obra *O Segundo Sexo*, considerada por alguns como precursora do feminismo. Nesta fase, também a antropóloga Margaret Mead lança o livro *Macho e Fêmea*.

14 Este "atraso" brasileiro em relação ao processo de constituição da mulher como sujeito político, que nos EUA e Europa já havia surgido desde o início da década de 60, deve-se tanto ao regime militar quanto à oposição da esquerda a ele, pois impediam a manifestação das diferenças e da pluralidade dos sujeitos. A respeito da constituição da mulher enquanto sujeito político durante a ditadura e o importante papel exercido pelos movimentos de mães em busca da liberdade de seus filhos prisioneiros, vide a obra de Colling (1997).

15 A atriz Leila Diniz chocou a sociedade machista brasileira desta década e da seguinte com suas atitudes e comportamentos, simbolizando uma ruptura com os conceitos e tabus da época.

estabeleceram o seu potencial revolucionário (GIDDENS, 1993; HALL, 2002).

O ano de 1975 foi um divisor na mudança de "status" do movimento feminista, com o reconhecimento da ONU ao criar o Ano Internacional da Mulher, que gerou outro marco importante, a Primeira Conferência de Mulheres na cidade do México. A partir de então, o feminismo no Brasil tornou-se visível para a esfera pública, ou mais exatamente, passou a constituir-se em uma demanda potencial a ser legitimamente considerada pela agenda estatal¹⁶. As feministas (notadamente Terezinha Zerbini) aproveitaram o contexto favorável dado pela circularidade do discurso feminista difundido através do Ano Internacional da Mulher para fundar o movimento pela Anistia, cujo retorno das exiladas no início de 1980 também contribuiu para consolidar o ideário feminista brasileiro, pois trouxeram em suas bagagens experiências políticas anteriores e influências dos movimentos feministas atuantes sobretudo na Europa. Iniciou-se também um "feminismo acadêmico" e sua respectiva pesquisa científica sobre a condição da mulher no Brasil.

Também em 1975 inicia-se de forma lenta e gradual, no governo Geisel, o processo de transição democrática brasileiro, enfatizado a partir de 1979 no governo Figueiredo. Tal processo desenvolveu-se num contexto de crescentes restrições impostas pelas transformações da economia internacional evidenciadas num questionamento do sistema político e econômico mundiais. Foi o momento para novas reflexões sobre os contornos dos modelos de proteção social até então adotados, bem como suas restrições e possibilidades. Paralelamente foi uma fase que ofereceu as condições político-culturais propícias para a superação da marginalização das mulheres enquanto atores (atrizes) do cenário político.

Merecem destaque as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro com o ingresso significativo das mulheres também das camadas médias, pois conforme mencionado, as mulheres das camadas populares integravam a força de trabalho desde pelo menos o início século XX, embora de forma precária e não especializada¹⁷. O processo de redemocratização representou uma fase de expansão modernizadora não somente do mercado de trabalho como também do sistema educacional. O período de 1981 a 1990 foi especialmente importante para a consolidação da inserção das mulheres no mercado de

16 Despontaram abertamente movimentos como o Brasil Mulher, o Nós Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia, entre outros (SARTI, 2004).

17 Em 1920 a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro distribuiu um texto intitulado *Emancipação da Mulher*, tido como a primeira manifestação de mulheres próximas ao anarquismo inscrito no período conhecido como a terceira vertente do movimento feminista brasileiro (PINTO, 2003).

trabalho, ainda que de forma excludente, neste período 8 milhões de mulheres assumiram postos de trabalho, num ritmo contínuo de crescimento. Em 1990, 39,2% das brasileiras exerciam atividades laborativas (BRUSCHINI, 1994).

Por volta de 1978 em diante, o movimento feminista brasileiro sofreu um enfraquecimento com a migração de algumas feministas para os partidos políticos e com a ênfase em encontros nacionais voltados para as mulheres operárias e metalúrgicas¹⁸, caracterizando mais uma vez a marca da diversidade. Nesta mesma época o Movimento de Liberação Homossexual brasileiro ao tomar para si alguns itens da pauta do movimento feminista, revigorou-os e os amplificou, enfrentando e problematizando o tabu sobre o prazer.

Neste contexto em que os partidos de oposição obtiveram o direito de disputa eleitoral no Brasil, a relação do feminismo com o campo político ampliou-se em três perspectivas: conquistas de espaços institucionais (conselhos e delegacias), presença da mulher em cargos eletivos e formas alternativas de participação política. Ainda em 1979 foi aprovada em Assembleia Geral da ONU a Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, estando previsto o monitoramento do cumprimento pelos Estados de ações positivas que assegurem os direitos das mulheres. Em 1985, a partir de uma mobilização iniciada na campanha das Diretas-Já, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), posicionado junto ao Ministério da Justiça e presidente com *status* de ministro. Este Conselho tratou de vários temas ligados à luta feminista até 1989, tendo atuação destacada na intervenção junto à Assembleia Nacional Constituinte (1988).

No caminho trilhado por estas transformações encontramos a família patriarcal. Em sua análise do impacto sobre o modelo de família patriarcal¹⁹, causado tanto pelo processo de transformação do mercado de trabalho feminino quanto pelo processo de conscientização das mulheres, Castells (1999, p. 170) destaca o caráter de circularidade global desta conscientização, classificando-a como a mais importante das revoluções por deflagrar mudanças nas raízes das sociedades e no âmago dos seres. O autor enfatiza a dimensão de tais

18 Em 1977 e 1978 ocorreram o *I e II Encontro da Mulher que Trabalha*, no Rio de Janeiro. Em 1978 realizou-se o *I Congresso da Mulher Metalúrgica* de São Bernardo e Diadema (SP).

19 A estrutura patriarcal "caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura" (CASTELLS, 1999, p. 169).

mudanças ao discorrer sobre suas consequências em toda a experiência humana, alcançando desde o poder político até a estrutura das personalidades. Elege como conjunto de elementos detonadores destas transformações desafiadoras do patriarcalismo: o ingresso marcante das mulheres no mercado de trabalho e no campo da educação (cujos detalhes trataremos adiante), as descobertas tecnológicas na biologia, farmacologia e medicina (e respectivo controle sobre a gravidez e reprodução humanas), o desenvolvimento do movimento feminista e a circularidade de idéias numa cultura globalizada.

As consequências destas transformações incluíram a condição masculina que também não ficou imune a este processo de busca por uma identidade capaz de lidar com as modificações no casamento, na família e no trabalho. Faz-se necessário incluímos também como protagonistas os homens e mulheres participantes dos movimentos gays e lésbicos atuantes a partir dos anos 70 que muito contribuíram para a disseminação deste novo ideário. Tais mudanças alcançaram os homens na medida em que questões afetas ao reino da intimidade, antes uma "especialidade" feminina, passou a expor a sua fragilidade e despreparo para relacionamentos pautados na negociação do amor e na discussão das relações.

O ingresso marcante das mulheres no mercado de trabalho impactou diretamente o modelo de organização patriarcal da família. Cada vez menos o casamento e cada vez mais a carreira profissional têm significado para as mulheres um meio para sua emancipação, o que tem condicionado a longevidade daquele quase que exclusivamene à satisfação de ambas as partes envolvidas. De forma similar a migração das mulheres da vida doméstica para a esfera pública do mercado de trabalho impactou as relações de trabalho, ensejando o ingresso não autorizado das questões da vida privada no mundo público do trabalho, denominado de “nó cego” por Rosiska Oliveira (2003). Este movimento migratório das mulheres não tem sido acompanhado pelo correspondente processo masculino, cuja expressão é um dos elementos da pauta de negociação dos relacionamentos contemporâneos: a participação igualitária nas tarefas e responsabilidades domésticas.

Mas os sintomas de enfraquecimento e de crise deste modelo familiar não significam que ele tenha acabado, posto ser o modelo majoritariamente predominante na nossa sociedade (68,3% das famílias brasileiras obedecem a este modelo – PNAD/2004) e contar com a proteção ferrenha de duas instituições basilares: a Igreja e o Estado. Parece significar sim, que este modelo está em processo de modificações na sua estrutura de poder, em busca de uma

renovação que lhe permita coadunar-se às transformações da intimidade.

Importa destacarmos que o processo de apropriação do discurso feminista internacional estabeleceu-se de forma seletiva e parcial, propiciando a negociação de demandas menos polêmicas pelos governos latino-americanos e causando a recusa de outras demandas que ameaçassem o poder patriarcal e sua respectiva premissa heteronormativa, como por exemplo a autodeterminação sexual, estruturas familiares alternativas, direitos das lésbicas e direito de escolha reprodutiva. Assim é que, num exemplo de como as representações podem ser ressignificadas, ou mesmo desconsideradas, de acordo com as características da formação sócio-cultural de cada país e região, muitos governos latino-americanos têm aliado-se ao Vaticano em posições contrárias às reivindicações que ponham em risco os "valores da sagrada família cristã".

Ainda assim, os discursos e práticas políticas dos movimentos feministas alcançaram um nível tal de difusão nas sociedades contemporâneas, que ao permear a formulação de várias políticas públicas, passa muitas vezes de modo invisível pelo todo social, no entanto representa um resultado conquistado por uma longa história de lutas sociais e por um fazer (endo) político de vários atores contituídos por feministas das agências governamentais, coletivos feministas, ONGs, organizações populares de mulheres, igrejas, sindicatos, universidades, parlamentos e outras instâncias da sociedade. Tal invisibilidade é conferida pelo que Burke nomeia de "homogeneização cultural mundial" (o "efeito coca-cola"), ressalvadas as particularidades locais e as demandas mais polêmicas. Contudo, a história mostra que a invisibilidade transforma-se em confronto quando as questões feministas representam uma ameaça ao poder patriarcal e aos valores da "família cristã".

1.2 A ABORDAGEM DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO

A ampliação do contingente feminino no mercado de trabalho nas últimas décadas, foi uma das mais importantes transformações ocorridas no Brasil. O crescimento da força de trabalho nacional tem sido um dos mais altos da América Latina, sendo que a parcela de representação feminina quase dobrou entre os anos 70 e 90. Somente entre 1985 e 1995, ampliou-se de 37 para 53%, enquanto que a parcela masculina ampliou de 76 para 78%, significando 12 milhões de novas mulheres no mercado (BRUSCHINI, 2000).

Um conjunto de fatores tem contribuído para o intenso e contínuo crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, entre eles as mudanças culturais provocadas pelo próprio movimento feminista, tanto nacional como internacional que, dotados de forte organização foram capazes de sustentar suas demandas por igualdade de oportunidades perante os governos e a sociedade. Igualmente contribuíram para este processo, entre outros, o aumento do nível de instrução das mulheres, aumento dos empregos na administração pública, novos comportamentos em relação ao casamento, divórcio e planejamento familiar. A combinação de queda da fecundidade com aumento da escolaridade feminina e com o aumento da participação no mercado de trabalho, alimentam-se mutuamente, potencializando estes resultados. Merece destaque o fato de que a inserção ocupacional diferenciada das mulheres tem dependido historicamente de variantes temporais em relação às diferentes sociedades e segmentos populacionais, já a inserção masculina tem sido determinada predominantemente por variáveis econômicas.

Embora a década de 80 tenha sido de prolongada crise econômica e tenha protagonizado o início de várias edições de planos de estabilização econômica (1986), houve o crescimento de alguns setores como o terciário, que caracterizou um deslocamento da oferta de vagas responsáveis pela absorção de boa parte da mão-de-obra feminina. Aliado a este crescimento, desde 1981, o setor da administração pública²⁰ já vinha num processo de expansão gerando uma grande demanda pela mesma mão-de-obra devido à intensificação dos serviços de atendimento público²¹ (saneamento, água, luz) e do que seria conhecido nas próximas duas décadas como o domínio das elites de planejamento nas agências governamentais, notadamente as economistas²².

O período que nos propomos estudar, abrange o final da década de 1970 à década de 1980, acrescido de algumas comparações com o panorama atual, a conjuntura nacional foi marcada por várias transformações demográficas, sociais, culturais, políticas e econômicas, entre elas: queda das taxas de fecundidade, envelhecimento da população, aumento da

20 Somente entre 1985 e 1995 o percentual de mulheres ocupadas na administração pública cresceu de 3,3% para 4,0%, enquanto que o percentual de ocupação masculina passou de 5% para 5,1%. Entre os economistas, a presença feminina no período de 1980 a 1991 aumentou de 18,5% para 27,3%, fato significativo principalmente porque, no período, houve uma queda de 20% no grupo ocupacional (BRUSCHINI, 2000).

21 Em seu trabalho sobre a ocupação das mulheres nos bancos, inclusive estatal, Segnini (2000) refere-se à intensificação na última década da inserção feminina, caracterizada pela ascensão hierárquica, ocupação de postos diretivos e de supervisão.

22 Sobre o papel dos tecnocratas e feministas na democratização da América Latina, cf. Montecinos (2003).

quantidade de famílias chefiadas por mulheres, expansão da escolaridade, ressignificação do papel das mulheres na sociedade e redemocratização do país (BRUSCHINI, 2000). Ao mesmo tempo, desde os anos 80, aspectos econômicos também foram responsáveis por impulsionar cada vez mais as mulheres para o mercado, tais como: diversificação dos itens de consumo e custos mais elevados de educação e de saúde atrelados à falência destes serviços públicos. Desde há muito o salário feminino perdeu seu caráter de complementaridade (se é que um dia o teve), passando a constituir-se em parcela fundamental da composição da renda familiar, quando não a própria totalidade da renda familiar. Entretanto, este período pode ser caracterizado sinteticamente pela expressão de Strey (1999, p. 41), "sobrecarregadas e mal pagas", que bem resume o panorama do mercado de trabalho feminino que levou a ONU a declarar o período de 75 a 85, como a década da mulher.

1.2.1 Divisão sexual do trabalho: discurso e práticas

A utilização do conceito mais recente de gênero enquanto uma categoria de análise histórica e relacional iniciou-se nas últimas décadas do século XX, até então a maioria das teorias sociais considerava como chave analítica uma oposição bipolar entre masculino e feminino, ignorando na maioria das vezes, a possibilidade do estudo dos sistemas de relações sociais entre os sexos. Seguindo a trilha deixada por Simone de Beauvoir ("não se nasce uma mulher, mas torna-se mulher") e por outros teóricos postulantes da importante distinção entre dimensão cultural e dimensão biológica, coube à antropóloga e feminista Gayle Rubin propor o conceito de gênero tendo por fundamento o paradigma de "sistema-sexo-gênero"²³, contribuindo para o que seria a concepção das diferenças construídas e transformadas em desvantagens sociais.

No Brasil tal conceito teve seu marco literário no mencionado texto de Joan Scott, em sua tradução de 1986, sendo definido conforme relatado por Puppim (2001), enquanto um conjunto objetivo de referências que estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana. Gênero apresenta-se enquanto

²³ Em coletânea editada em 1975 em Nova York, organizada por Rayna Reiter e intitulada *Por uma antropologia das mulheres*.

categoria constitutiva das relações sociais que influenciadas pelas representações culturalmente estabelecidas, baseiam-se nas diferenças perceptíveis entre os sexos, bem como enquanto categoria de representação das relações de poder, uma vez que legitima as relações sociais assimétricas e hierarquizadas, sendo construtor e construído pela política e pelo poder.

Scott (1990) conclui que as identidades sexuais construídas através da assimilação de determinados códigos baseados num processo de socialização que regula a sexualidade e enquadra o ser humano rigorosamente no binômio masculino/feminino (conceitos heteronormativos) repelindo as mesmas funções para homens e mulheres, levam à discriminação destas funções consideradas atípicas para determinado gênero por provocar questionamentos acerca da identidade sexual. Tal dicotomia pode ainda nos induzir a enquadrar as mulheres numa única identidade, quando nada nos indica, muito pelo contrário, que o simples fato de ser mulher seja uma unidade a torná-las homogêneas.

O masculino e o feminino não são socialmente construídos somente como um binômio, mas também como dois pólos em franca oposição, o que provoca, dado que um é construído relacionalmente em oposição ao outro, a reação negativa do masculino às mudanças no feminino (pelo menos de forma inicial e provavelmente de forma final também, porém mais velada), posto que representa uma ameaça aos homens e à sua fortaleza de masculinidade erguida e sustentada em oposição à fragilidade do feminino. Sob esta lógica dos estereótipos femininos em oposição aos masculinos (fragilidade/virilidade, sensibilidade/razão, fraqueza/força), construídos e reproduzidos socialmente nas instituições e marcados pelas lutas de poder, engendraram-se ao longo da história resistências em relação à ocupação de determinados postos de trabalho pelas mulheres (divisão sexual do trabalho), tal como o foi, e em alguma medida ainda tem sido, em relação à ocupação do espaço militar pelas mulheres.

Por outro lado, corroborando com a idéia de que o espaço da submissão feminina também pode ser o espaço da resistência, a despeito de todos os entraves históricos, avanços foram se dando no decorrer do tempo e das lutas feministas, caracterizando a evolução das configurações das relações de gênero e seu atrelamento ao movimento da correlação de forças presentes em cada campo de disputa, ainda que velada, entre os sujeitos sociais envolvidos. Assim, no intuito de afastar o entendimento da categoria gênero vinculado simplesmente aos papéis sexuais bipolares exercidos pelos sujeitos na sociedade, importa sempre destacar o caráter histórico intrínseco às relações entre homens e mulheres (e todos os

seus matizes de papéis/orientações sexuais), que na dinâmica da sociedade, definem e redefinem as construções de gênero e de poder.

Para Yannoulas (2002, p. 10) a divisão sexual do trabalho caracteriza-se enquanto a realização de tarefas distintas por homens e mulheres de acordo com a cultura de cada sociedade e dentro da mesma cultura, variando de uma época para outra. Entende-se que a segmentação ou segregação horizontal do mercado de trabalho sobre o enfoque das relações sociais de gênero refere-se à inserção diferenciada de homens e mulheres neste mercado, ocasionando oportunidades de trabalho em setores específicos para mulheres (notadamente em setores que representam uma extensão das habilidades domésticas de limpar, cuidar, ensinar etc) e num número reduzido de ocupações em relação à estrutura produtiva.

Joan Scott (1991) resgata importantes fatos históricos para entendermos a construção da divisão sexual do mercado de trabalho, demonstrando que tal divisão enquanto algo "natural" é uma fraude fruto das práticas sociais que tentam revesti-la de naturalidade e normalidade, sendo ela mesma uma das expressões das representações construídas pelas estruturas de reprodução e legitimação da ordem social vigente. A autora situa como ponto de partida os debates travados no século XIX nos países de capitalismo industrial da Europa e Estados Unidos em torno do problema das mulheres trabalhadoras e sua transferência da produção em locais privados (ou menos públicos), e não somente no lar (posto que muitas mulheres já trabalhavam fora de casa), para a sua convivência no espaço público masculino do trabalho nas fábricas. Embora muitas mulheres já trabalhassem de forma extenuante desde pelo menos o século XVII (vendedoras ambulantes, amas, lavadeiras etc), cabia a estas resolverem de forma individual o problema dos cuidados com o lar e os filhos, mas no contexto da proliferação dos postos de trabalho com a revolução industrial²⁴, este problema foi intensificado e alçado à esfera pública das sociedades.

Já nas camadas médias as mulheres iniciaram o processo de saída do confinamento

24 A intensificação da mão-de-obra feminina no campo profissional ocorreu também em períodos de afastamento masculino provocado pelas guerras. Nestes momentos de "necessidade", colocaram-se os moralismos e "valores sagrados" de lado, invocando-se o esforço patriótico de guerra. Alguns autores fizeram uso do conceito de Marx de exército industrial da reserva para caracterizar este perfil da mão-de-obra feminina, definido como "setores populacionais que, embora não estejam engajados no processo de trabalho industrial, estão aptos a aderir, quando forem convocados". Autoras como Ruth Milkman e Maria Valéria Pena criticaram a aplicação deste conceito às mulheres por não abranger a articulação com a família, uma particularidade importante da mulher trabalhadora e por ter perdido força após a II Guerra Mundial, quando grande parte das mulheres não aceitaram retornar ao espaço doméstico fixando-se em funções de escritório e serviços (HERCULANO, 2006).

doméstico ao apoderarem-se de alguns espaços de poder a partir das atividades de caridade que lhes eram confiadas (PERROT, 1991). Entretanto, no final do século XIX com o agravamento do pauperismo transformando-se em "questão social", a gestão do social passa a ser da alçada dos médicos, juristas, psicólogos, relegando às mulheres às funções subalternas como enfermeiras, assistentes sociais etc. Deste modo, a questão a merecer a atenção e esforços das mulheres passa a ser a formação profissional e a regulamentação de tais profissões, o que no Brasil só viria a ocorrer a partir do fim do século XIX, início do século XX. Tais práticas filantrópicas propiciaram também o estabelecimento de laços de confiança e apoio mútuo responsáveis pela gestão de uma identidade coletiva que seria fundamental para o surgimento do movimento feminista.

De volta aos debates sobre a questão das mulheres trabalhadoras, as informações e idéias foram organizando-se discursivamente de modo que fortaleceram as diferenças biológicas e funcionais entre homens e mulheres, institucionalizando tais diferenças "naturais" como base para a ordem social. Corroboraram para tal diferenciação as interpretações da comunidade médica, científica, política e moral da época²⁵. Observa-se assim que a segmentação da mão-de-obra feminina foi forjada com base numa correspondência entre os postos de trabalho e as qualidades socialmente construídas, embora tidas como "naturais", atribuídas a cada sexo. Adiante observaremos a reprodução desta divisão sexual do trabalho no mercado interno da Marinha, o que não significa que o espaço que enseja algumas permanências deixe de representar o espaço para a construção de novas possibilidades para a atuação profissional da mulher.

As leis de proteção social foram a resposta ao “problema” da mulher trabalhadora que, de forma paradoxal, ao analisarem a questão privilegiando o ponto de vista social desarticulado do ponto de vista trabalhista, acabaram por aprofundar o abismo entre trabalho feminino e masculino. Ao enfocar o “problema” como originário da violação da diferença funcional "natural" entre homens e mulheres, obscureceu as precárias condições onde a mulher estava inserida, seus baixos salários e a falta de apoio social à criação de seus filhos, deixando de tratá-lo como uma questão afeta às relações trabalhistas.

Tal inserção diferenciada evidencia que o critério do sexo de quem executa a atividade,

25 Buscou-se transformar a esposa não-trabalhadora no ícone de respeitabilidade da classe operária da época. Pierre Hamp escreveu em 1919: "Pela feminização das profissões já espezinhamos os berços" (LAGRAVE, 1991, p. 506).

mais do que o seu conteúdo em si, é que determina a qualificação ou não desta (NEVES, 2000). Determina também uma reação de estranheza e diferença em relação ao indivíduo, e não aos contornos da própria divisão sexual do trabalho, quando há incompatibilidade entre o comportamento profissional e o que se espera do sexo deste. Já em relação ao processo de segregação vertical, várias pesquisas indicam que a mulher precisa possuir um requisito a mais que o homem para ocupar um mesmo posto de trabalho, caracterizando o fenômeno discriminatório da exigência de supercompetência da mulher.

A discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho pode ainda ocorrer de três maneiras: direta, indireta e autodiscriminação. No primeiro caso são estabelecidos códigos e normas para salvaguardar espaços exclusivos de poder, contribuindo para a manutenção de um grupo em situação de desvantagem. Se a discriminação direta é menos tolerada, posto que considerada "politicamente incorreta" graças às proibições internacionais (já citadas), por outro lado resiste de uma forma indireta, velada e sutil, abrindo abismos de desigualdade entre pessoas com competências idênticas. Já a autodiscriminação reside e resiste no que Pierre Bourdieu chama de adesão dos dominados à ordem social dos dominantes. Trata-se de uma disposição interna que assegura um tipo de comportamento (o *habitus*) que reproduz e legitima as estruturas objetivas e subjetivas de dominação, tornando preferências socialmente construídas e modeladas em "escolhas" e "aptidões" profissionais. Apoiados nestas pré-concepções²⁶, ambos os sexos desenvolvem estruturas psíquicas distintas que transformam em verdadeiros desafios a realização de atividades do outro sexo, principalmente por não se acreditarem capazes de realizar tais trabalhos. Tereza de Lauretis, autora citada por Puppini (2001), utiliza de forma similar o conceito de "interpolação", significando o processo de assimilação e aceitação de uma representação social por uma pessoa como se sua fosse, tornando-se real para esta, entretanto não passando de uma representação imaginária socialmente criada.

Podemos observar a ocorrência de discriminação e divisão sexual do saber em profissões dos setores de tecnologia e produção, entre outras²⁷, onde as mulheres estão

26 "O preconceito se produz através da linguagem, em nossos corpos, num processo de reiteração em que somos agentes, mas no qual não reconhecemos nossa agência, já que faz parte desse processo apagar os traços de nossa participação de modo que as palavras e as coisas apareçam como dadas, naturais, mantendo uma relação direta, imediata entre elas, independentes de nós" (AZEREDO, 2007, p. 28).

27 Como por exemplo o campo da medicina, onde as mulheres estão sobrerrepresentadas na pediatria e subrepresentadas na cirurgia (SILVA, 1999).

subrepresentadas, especialmente em relação à engenharia (em situação similar ao contexto militar). Nestas áreas ainda reservadas aos homens persistem idéias estereotipadas sobre o universo feminino²⁸ e sua, às vezes festejada, às vezes condenada, suposta subjetividade em contraposição à frieza e razão dos cálculos matemáticos (BERTOLINO, 2007). Em seu artigo sobre as identidades femininas na engenharia, Saraiva (2005) acredita que o reduzido número de mulheres na engenharia deve-se, num exemplo prático do conceito de interpolação citado, à suspeita que as mulheres possuem sobre sua pouca capacidade (interiorizando pressupostos auto-limitadores), o que requer por parte delas um movimento de reconstrução de suas subjetividades.

Os mecanismos de discriminação indireta aliados aos de autodiscriminação concorrem para o que convencionou-se chamar de "teto de vidro" ou "teto de cristal" (YANNOULAS, 2000), limitando as possibilidades de acesso das mulheres à determinadas qualificações profissionais e promoções, prejudicando uma trajetória profissional construída com base na competência e no desejo. São barreiras de complexa identificação que se erguem obstaculizando melhores remunerações e promoções devido às responsabilidades familiares, que por sua vez dificultam a admissão ou causam a demissão baseadas na maternidade e assédio sexual. As estatísticas mostram que entre as mulheres, embora melhor qualificadas que os homens, a parcela das que ocupam cargos de comando e direção atinge 3,9%, enquanto entre os homens esta parcela sobe para 5,5% (PNAD/2004).

A diferença de rendimentos é um dos quesitos que perduram no perfil da cada vez melhor qualificada mão-de-obra feminina, pois ainda em 2006 as mulheres ganhavam 72% (R\$779,00) do total de rendimentos masculinos (R\$1.081,50), embora trabalhem remuneradamente em média 39,5 horas semanais, ao passo que os homens trabalham em média 44,6 horas semanais (DIEESE, 2006, abrangendo as regiões metropolitanas e o Distrito Federal). Ainda se compararmos a mesma quantidade de horas, como o fez Wajnman (2006) ao considerar que os homens recebem salários 60% superiores do que os das mulheres (PNAD/2002), o diferencial favorável aos homens cai para 33%, subsistindo assim uma significativa discrepância. Mais grave é a situação das mulheres negras que recebem somente

28 Um acontecimento extremo de resistência masculina ao ingresso de mulheres na carreira de engenharia ocorreu em 06/12/1989, quando um homem de 25 anos invadiu a escola politécnica de Montreal gritando que as mulheres eram "feministas" e matando 14 mulheres estudantes. Disponível em: <<http://www.mulheres.org.br/violência/artigos03.html>>. Acesso em: 18 abril 2007.

32% do total auferido pelos homens brancos. A diferença de rendimentos vem reduzindo ano a ano, embora devido também ao achatamento salarial dos homens.

Quanto à cada vez melhor qualificada mão-de-obra feminina, trata-se de um processo de reversão recente de uma tendência histórica. Atualmente as mulheres possuem em média 7,9 anos de estudo, ao passo que os homens ocupados possuem em média 6,9 anos de estudo (SOARES, 2006). Mas apesar de melhor qualificadas, as mulheres permanecem recebendo salários inferiores aos masculinos, evidenciando uma lógica incoerente pautada nas estruturas de produção e reprodução dos papéis de gênero construídas ao longo da história das formações societárias de cada país. Assim, as mulheres precisam de mais credenciais produtivas para disputar um lugar no mercado de trabalho, tentando compensar com grande esforço, os salários inferiores com a recente conquista da escolaridade superior.

Segundo dados da PNAD relativos a 2004, o Brasil possuía 4.707.835 mulheres a mais do que homens, representando 51,3% da população brasileira. Na administração pública, observamos um relativo equilíbrio na ocupação por homens e mulheres, sendo 56% de predominância feminina e 44% de representação masculina, embora ao desagregarmos as atividades encontremos um ainda maior predomínio feminino em atividades como ensino e saúde (PNAD/2004). A significativa parcela feminina no funcionalismo público pode ser atribuída à preferência por relações trabalhistas protetivas e aos mecanismos de ingresso mais igualitários através de concursos públicos. Boa parte dos dados censitários não contemplam os militares nos seus índices de mercado de trabalho e renda²⁹, mas segundo dados obtidos junto ao setor de pessoal da Marinha, as mulheres representam 5,5% do efetivo total de militares.

Porém não é suficiente apenas enfatizarmos as desigualdades entre os sexos, posto que entre as próprias mulheres existem desigualdades similares. Por um lado, apesar dos entraves, avanços importantes vêm sendo obtidos e as mulheres estão gradativamente desempenhando atividades até então exclusivamente masculinas, mas por outro lado a divisão sexual do trabalho persiste, mantendo as desigualdades. Assim como propõe Scott, é preciso refletirmos para um repensar da organização do trabalho feminino e paralelamente do trabalho masculino. Cabe incluir neste questionamento a possibilidade de que, uma vez que tais

29 A Emenda Constitucional nº 18 de 1998, estabeleceu a distinção entre os funcionários públicos e os militares, nomeando-os de forma separada em seu art. 142, §3º: "os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes direitos, deveres, remuneração, e prerrogativas de acordo com a peculiaridade da atividade".

relações foram socialmente construídas, podem ser desconstruídas e construídas de outra forma, extrapolando as relações de trabalho para alcançar o espaço doméstico.

1.2.2 Características da atividade feminina remunerada

O trabalho remunerado da mulher caracteriza-se por peculiaridades advindas da imposição do ideário dominante de privilegiamento da exclusividade do seu papel social familiar. As mulheres sofrem perdas profissionais que não atingem os homens, dado que ainda cabem principalmente à elas as responsabilidades e tarefas da vida doméstica. Daí resulta que a inserção e permanência da mulher no mercado de trabalho depende não somente de suas qualificações e da demanda do mercado, mas está condicionada a um complexo conjunto de fatores pessoais, familiares e econômicos, acrescidos por fatores como idade e escolaridade. Em seu conjunto, tais fatores são responsáveis pela formação deste complexo arranjo que "permite" às mulheres a combinação ou superposição de seus papéis familiares e profissionais, que em sua tradução significa desvantagem no mercado de trabalho. A impossibilidade ou precariedade deste arranjo expõe a mulher à uma condição de vulnerabilidade em relação à mão-de-obra masculina, sendo muitas vezes obrigada a uma "escolha" penosa, dada a pressão social para que privilegie sua função de esposa e mãe.

Rosiska Oliveira (2003) também aborda este importante ponto cego nas relações trabalhistas: a vida privada. Este dilema, mal resolvido desde os debates suscitados no século XIX, apresenta-se à sociedade e ao trabalho (conflito público), e não à mulher e à família (conflito privado), cuja solução depende de uma articulação da vida profissional e privada de homens e mulheres e de mecanismos de proteção social para ambos que não privilegiem um olhar generificado. Não por acaso o setor com maior permanência de mulheres acima de cinco anos no emprego é o setor do funcionalismo público, pois apresenta um regime especial de trabalho com garantia de estabilidade, significando um bônus a mais em relação à proteção trabalhista. No outro extremo, desprovidas de proteção trabalhista, estão as empregadas domésticas sem carteira assinada (BRUSCHINI, 2000).

Segundo Wajnman (2006), referindo-se a uma característica das mulheres trabalhadoras no Brasil que perdura até hoje, e não ocorrente em outros países, estas mulheres, mesmo em épocas em que tal atividade não era prestigiada (entre 1940 e 1960), não

costumam interromper suas carreiras produtivas para terem filhos. Quando se analisa as diversas gerações que ingressaram no mercado de trabalho em diferentes períodos, observa-se que não houve queda nos períodos coincidentes com o ciclo de vida reprodutivo. A autora atribui o fato a dois elementos: a grande oferta a preço baixo de serviços domésticos e a existência no Brasil, principalmente entre as mulheres de baixa renda, de uma rede social de apoio mútuo alimentada por laços de parentesco e vizinhança³⁰. Duas "soluções" que ao caracterizarem a predominância dos arranjos privados denunciam o insuficiente sistema público de proteção social às trabalhadoras. Podemos ainda somar a estes fatores a assimetria da estrutura de distribuição de renda do país, ensejando por parte destas mães trabalhadoras uma "escolha" muito mais compulsória do que opcional.

Tomando por referência a diferença anteriormente mencionada entre o número de horas remuneradas trabalhadas por semana entre homens (44,6 horas) e mulheres (39,5 horas), ressaltamos ser tal diferença bastante ínfima, se considerarmos a sobreposição de tarefas e responsabilidades que se acumulam ocupando as horas do dia da mulher em nossa sociedade. Segundo os indicadores da PNAD/2004, 46,3% dos homens brasileiros declararam realizar trabalhos domésticos, enquanto que entre as mulheres este percentual é de 91,3%. As mulheres inseridas no mercado de trabalho gastam em média 22,1 horas por semana nos trabalhos domésticos, enquanto que os homens ocupados gastam 9,9 horas.

Na década de 80 o crescimento verificado representou um fenômeno novo principalmente para as mulheres das camadas sociais médias e altas, profissionais de alta qualificação cujos postos eram ocupados até então primordialmente pelos homens. Estão entre as ocupações de maior prestígio que passaram a ser ocupadas por um número maior de mulheres: arquitetura e odontologia, incremento de 170%, medicina com 137% (embora algumas especializações como a cirurgia ainda sejam de domínio masculino) e o jornalismo com 146%. Mesmo em áreas exclusivamente masculinas como a engenharia, deu-se um incremento relativo de 126%, mas o setor que mais cresceu foi o jurídico, apresentando um incremento de 144% de advogadas e defensoras públicas, 116% de procuradoras, promotoras

30 Woortmann também chega a esta conclusão em seu estudo sobre as relações de parentesco em famílias pertencentes às camadas populares na Bahia de 1970. Para estas famílias parentesco significa laços com pessoas que podem ajudar, sendo uma de suas principais funções citadas pelas mulheres, o cuidado com as crianças. Tais redes de apoio são sobretudo tecidas e mantidas pelas mulheres, verdadeiras agentes socializadoras da família. WOORTMANN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1987. p. 07-23; 149-222.

e curadoras e de mais de 300% de juízas (em números absolutos de 380 para 1.596 profissionais) (BRUSCHINI, 2000).

Mas neste processo de expansão as oportunidades não se apresentaram da mesma forma para todas, sendo marcado por hierarquias intra gênero, de classe e raça. Dentre as empregadas domésticas, no período de 85 a 95, 56% eram mulheres negras, sendo ainda que, as mulheres negras chefes de família recebiam apenas 55% da renda que famílias chefiadas por mulheres brancas (YANNOULAS, 2002). Incide sobre a mulher negra a chamada tripla discriminação: de raça, de gênero e de classe social. Esta série de mudanças apresentaram-se notadamente em dois extremos da inserção feminina na força de trabalho, por um lado ocorreu a gradativa ascensão das mulheres aos cargos de comando e remuneração elevada (dentre elas as funcionárias públicas), por outro lado ocorreu a concentração de grande parcela da população feminina em postos de maior precariedade (empregadas domésticas e autônomas). Contudo há evidências de uma reversão gradativa desta concentração, provavelmente devido à migração de empregadas domésticas para a ocupação de diaristas, significando jornadas mais curtas e salários melhores (WAJNMAN, 2006).

O salário feminino assumiu maior relevância principalmente em sua articulação com outra característica das famílias contemporâneas: seus novos arranjos. Entre as características deste novos arranjos familiares podemos citar o aumento da proporção de arranjos unipessoais, diminuição da proporção de arranjos nucleares compostos (embora ainda majoritários) e forte aumento dos arranjos monoparentais femininos (29,4%). Considerando os dados da PNAD/2004, do total do universo de famílias brasileiras, 68,3% são formadas por núcleo composto (casal) e 32,7% são formadas por arranjos sem a presença do cônjuge. Ainda sobre esta fonte de dados, observa-se que 26% do total das famílias brasileiras sobrevivem com rendimentos femininos que compõem a maior parte da renda familiar, tendência que vem favorecendo especialmente as famílias de baixa renda (faixa de 10% das famílias mais pobres), onde concentram-se 18% das mulheres chefes de família.

Outra peculiaridade do mercado feminino brasileiro em tempos de economia neoliberal (a partir anos 90), conforme observado por Neves (2000), tem sido a sua flexibilização e precarização sob a roupagem do trabalho em tempo parcial, trabalho em domicílio etc. Este último representa uma nova tentativa de burlar o dilema das trabalhadoras de "conciliação", ou mais exatamente sobreposição, das tarefas da esfera pública e da vida doméstica. A tônica

tem sido a desvalorização profissional das mulheres, que se por um lado forja uma combinação dos dois polos de atividades femininas, casa/trabalho, por outro imprime uma nova configuração na divisão sexual do trabalho, transmutando-a em divisão sexual do tempo de trabalho: aos homens o tempo completo, às mulheres o tempo parcial. Impõem também às mulheres (longe de ser uma escolha, torna-se um constrangimento) a injusta condição de reduzir suas profissões apenas a trabalho, negando-lhes o direito de construir suas profissões em termos de carreiras. Tal flexibilização do trabalho feminino traduz, como denominado por Lagrave (1991), o uso útil da divisão sexual do trabalho, consolidando as práticas distintivas. Conforme observado também por Helena Hirata (2007), a alardeada necessidade de adaptação e flexibilização da mão-de-obra aos novos paradigmas neoliberais da economia e às novas tecnologias, tem dissimulado as relações assimétricas entre homens e mulheres no acesso à qualificação e às novas tecnologias³¹.

31 Paralelamente às transformações no mercado de trabalho, as políticas de proteção social também vêm se modificando. Foi lançado em 2004 pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, cujo capítulo primeiro – Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania, traça um plano de ação com vistas à promoção da equidade de gênero, raça e etnia nas relações de trabalho. Em continuidade, foi lançado em 05/03/2008 o II Plano com seis novos capítulos ampliando as áreas para participação das mulheres nos espaços do poder.

2 PROCESSO DECISÓRIO E ESPAÇO INSTITUCIONAL MILITAR

*No céu se esconde o infinito sagrado
No mar surgiram os heróis do passado
Aqui estamos vivendo conquistas
Conquistas sem guerra, conquistas da era.
Versos do hino "Mulheres em Armas" (anexo)*

A plena ou melhor, a quase plena, integração da mulher militar na Marinha nos dias atuais, constitui entre outros fatores, um dos desdobramentos da longa luta iniciada pelas feministas no século passado em defesa da igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres. Tal desdobramento, a julgar pela opinião da mídia, demorou um demasiado tempo em relação aos anseios da sociedade: "Enfim, a Marinha abriu vagas para mulheres"³². Vale observar que tal influência repercutiu no governo como um todo, tornando-o o grande empregador de mão-de-obra feminina em plena "década da mulher". Entre 1981 e 1983 foram abertas 760 mil vagas para mulheres, o que representou o oferecimento de 98% de suas vagas para ocupação feminina. Em 1980 o governo empregava 1/4 das trabalhadoras, passando a empregar 1/3 em 1983 (HERCULANO, 2006).

Ao relembrarmos do conjunto de fatores que levaram ao processo de criação das primeiras escolas de enfermagem no país (1912), salta a nossa observação que quase sete décadas mais tarde (1980), o ingresso da mulher militar na Marinha ocorreria por meio de um processo semelhante, orientado para o atendimento de uma grande necessidade de mão-de-obra de enfermagem que, em sua maioria, era constituída por mulheres. Para além da leitura

32 Cf. DE VOLTA à caserna. *Revista Veja*. São Paulo, 31 dezembro 1980.

tradicional dos aspectos negativos da feminização de algumas profissões, foi exatamente esta feminização que contribuiu para o ingresso das mulheres no ambiente masculino militar.

Como diria Marta Lopes (1996), se o enaltecimento de qualidades tidas como femininas foram responsáveis pelo direcionamento das mulheres para a enfermagem, foram as suas qualificações como enfermeiras que as conduziram ao militarismo. Vários fatores em seu conjunto beneficiaram o processo de decisão política sobre o ingresso da mulher na Marinha, entre eles a humanização e modernização do papel institucional e a necessidade de mão-de-obra em postos ocupados majoritariamente por mulheres. Contudo, um dos fatores responsáveis foi a propagação de um consolidado ideário feminista por quase todas as instâncias da sociedade e sua capacidade de sustentar tal alteração na agenda governamental, provocando o ingresso feminino numa instituição de domínio exclusivamente masculino.

2.1 CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO PROCESSO DECISÓRIO SOBRE A ADMISSÃO DA MULHER MILITAR

Nesta seção analisamos o processo em torno do contexto político-institucional que desenhou um quadro favorável à presença da mulher na Marinha. Assim, torna-se relevante analisarmos o processo de decisão política que resultou na aprovação da lei nº 6.807 de 07/07/80 possibilitando o ingresso da mulher militar na Marinha, a fim de compreendermos a extensão dos elementos que levaram a tal decisão, bem como seus desdobramentos nos contornos iniciais da inserção desta mão-de-obra. Faz-se necessário caracterizar alguns elementos inerentes a tal processo decisório, como sua dimensão histórica, condições de emergência da demanda, mecanismos de inclusão desta na agenda estatal, dinâmica do seu desenvolvimento, contradições e tendências, desdobramentos políticos institucionais e atores envolvidos (FLEURY, 1994).

Analisaremos algumas características do funcionamento do governo militar, a sua conjuntura política, grupos de interesse e forças políticas (favoráveis e contrárias), que levaram à decisão do ingresso da mulher na carreira militar. Efetuaremos também uma aproximação das características do novo papel dos militares enquanto instituição, no momento histórico da chamada abertura política lenta e gradual. É preciso identificar em que medida este novo papel está correlacionado ao ingresso das mulheres militares enquanto elemento

construído e construído neste processo de rearranjo institucional da Marinha.

Alfred Stepan (1988) analisa o período da abertura política engendrado pelos militares de forma inicial a partir de 1974 e intensificado durante o governo do General Figueiredo (1979-1985). Este considera como motivação mais crítica para a abertura do regime militar, as contradições do próprio aparelho estatal, onde a organização de inteligência militar, contrária à abertura política (que significava uma ameaça à sua posição privilegiada no processo de intermediação do poder), fragmentava os militares enquanto governo e enquanto instituição. Em concordância, o Almirante (Alte.) Maximiano da Fonseca (Ministro da Marinha no governo do General Figueiredo) afirmava que: "tendo assumido a responsabilidade do poder, as Forças Armadas se mantiveram à frente do mesmo, lamentavelmente por um período de 21 anos, esquecendo-se [...] que o Poder desgasta e corrompe" (FONSECA, 1999, p. 392). Em outras palavras, os militares haviam perdido o controle político sobre eles mesmos no jogo regulamentado do poder. Skidmore (1988) avalia que os militares tinham como preocupações imediatas o desgaste de seu prestígio público e de sua unidade interna. Havia uma opinião majoritária entre os militares de que estes deveriam concentrar-se no seu fortalecimento como instituição, ou seja, precisavam "voltar aos quarteis", atentos à política (pois deixar a direção política do país não significa deixar o cenário político), mas voltados para sua reorganização e reequipamento.

As medidas tomadas para condução do processo de transição democrática³³, favoreceram a vocalização de demandas de novos grupos de interesse no cenário político, articulando-se também um forte elo entre dois dos principais grupos de interesse emergentes no final dos anos 70, o novo sindicalismo e o clero católico³⁴. O movimento feminista encontrava-se no que se convencionou chamar de sua segunda fase ao passo que os movimentos de mulheres continuaram a sua atuação diferenciada de lutas. No próprio movimento pela Anistia, fundado pelas feministas, ocorreu uma articulação ao movimento de mulheres, além de a outros segmentos da sociedade (PINTO, 2003).

Destacaram-se dois outros importantes atores políticos: a Associação Brasileira de

33 Stepan (1986) diferencia democratização de liberalização. A primeira remeteria a uma disputa aberta do governo e eleições livres. Já a segunda significou um abrandamento da censura, maior espaço para organização da classe trabalhadora, libertação de quase todos os presos políticos, reforma partidária e tolerância à oposição política.

34 Também neste período começam a existir, ainda de forma pouco visível, entidades dedicadas sobretudo à educação popular, as atuais Organizações Não-Governamentais (ONG).

Imprensa e a Ordem dos Advogados do Brasil (STEPAN, 1986). Em 1979, foram aprovadas as leis da Anistia e da Reforma Partidária, extinguindo os antigos partidos MDB e ARENA e reagrupando-os no PDS (governo), PTB, PDT, PP e PMDB (oposição). Em 1980 foi fundado o Partido dos Trabalhadores e em 1982 realizaram-se eleições gerais para vereadores, prefeitos, deputados, senadores e governadores. A emergência destas novas demandas ocorreu devido a uma nova correlação de forças presentes na sociedade, com capacidade de inserção destes novos sujeitos sociais no debate político. Como diz Stepan (1986), a abertura política foi um processo dialético tanto de concessão por parte do regime quanto de conquista por parte da sociedade³⁵ (capacidade de criação de uma base social de sustentação de suas demandas).

Outra dimensão não menos importante neste contexto, foi a profunda recessão econômica que o país atravessava, conforme retratam alguns dos seguintes indicadores: crises mundiais do petróleo em 1974 e 1979, recessão mundial e consequente redução das exportações brasileiras, queda de 5% do PIB (1983), queda da atividade industrial em 7,9%, queda de 7,3% da renda per capita, de 1978 a 1983 queda de 15% taxa de empregos do RJ e SP e aceleração da inflação para 211% em 1983. A crise energética de 74 e 79 afetou sobretudo os Estados Unidos, inscrita num momento histórico de acontecimentos de acirramento da Guerra Fria, como por exemplo: derrota deste país na Guerra do Vietnã, guerras civis de Angola e Moçambique, fracassos diplomáticos no Laos, Camboja, África, América Central, Oriente Médio, Irã, Afeganistão etc.

Tal acirramento, embora tenha suscitado, como um esforço para preservação da liderança mundial, massivos investimentos em tecnologia militar, culminou na “crise de hegemonia” americana evidenciando a relação conflituosa entre democracia e capitalismo. Neste panorama de tensões, países como EUA, Alemanha, Bélgica, França e Noruega também reformularam suas políticas de recrutamento militar em busca de uma maior profissionalização do seu efetivo, passando a admitir em caráter de voluntariado mulheres no serviço militar. Foi um período marcado por um aprofundamento do questionamento de todo um sistema político e econômico ameaçado, evidenciando-se a desaceleração dos gastos com os programas sociais americanos e a respectiva crise do Estado de Bem Estar Social (FIORI,

35 Em complemento, Lindblom (1980) enfatiza que as autoridades governamentais só concedem a participação no processo decisório político de líderes de grupos de interesse que pelas regras do jogo, devem ser levados em consideração num dado momento histórico.

2004; FLEURY, 1994).

Neste mesmo período, em 1975, as Forças Armadas brasileiras elaboraram um projeto de lei para abertura da carreira militar às mulheres, tendo sido vetado pela Presidência da República. Em 1979, ao defender projeto de lei de sua autoria propondo o ingresso voluntário das mulheres nas escolas militares de nível superior, o senador Orestes Quércia julgava ser este acesso mais “justo” em comparação ao acesso via serviço militar obrigatório proposto por estudos em andamento nas Forças Armadas³⁶. O senador justifica a inconveniência do serviço obrigatório para as mulheres, “dado à nossa condição, àquilo que somos hoje como Nação”, que podemos interpretar como uma ausência de amadurecimento e de políticas de proteção da nossa sociedade para aceitar a obrigatoriedade do serviço militar para mulheres, embora como ele mesmo cite, em “países mais avançados” isso já ocorresse. A importância do projeto, coadunando-se com o movimento mundial de profissionalização das Forças Armadas, bem como os desdobramentos da efervescência dos movimentos feministas, é atribuída a uma tentativa de “contribuir no sentido de resguardar um direito que julgamos seja legítimo das mulheres brasileiras, e, ao mesmo tempo – quem sabe – contribuir, através da participação das mulheres, para o aperfeiçoamento das academias militares e das Forças Armadas do nosso País”. Entretanto, mais uma vez este projeto seria rejeitado até finalmente a aprovação da lei de criação do Quadro Feminino nos moldes que interessavam à Marinha.

2.1.1 A "conveniência" da mulher militar para o novo papel institucional da Marinha

A instituição militar caracteriza-se como instituição política dada a influência objetiva e subjetiva das suas normas burocráticas e racionais no processo de socialização dos seus membros. Stepan (1975) considera que não se deve fazer deduções políticas baseadas num tipo ideal de instituição militar, como por exemplo organização altamente unificada com códigos e valores particulares e isolada das pressões políticas em geral. Mas afirma que, através de uma série de interações políticas (jogo do poder), o subsistema militar é também uma instituição política (o Estado impõe suas regras). E como tal, assim como os partidos políticos e os grupos de interesse, usualmente desempenha uma série de funções políticas:

³⁶ Conforme discurso do Senador Orestes Quércia em plenária do dia 24/10/79, no qual faz referência à matéria publicada em jornal de São Paulo não identificado.

articulação de reivindicações específicas, regulação das relações entre grupos e formulação e implementação de políticas.

Em seu relatório *Cinco anos na pasta da Marinha* (s/d), o Alte Maximiano da Fonseca discorre sobre vários feitos da administração de sua gestão, citando de forma breve o pioneirismo da criação em 07/07/1980, por meio da lei nº 6.870, do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha. Menciona a idéia como uma demanda antiga, desde a época da gestão do Vice-Almirante Renato Guillobel à frente do Ministério da Marinha (1951 a 1954). Atribui a retomada desta demanda à agenda da Marinha, à proposta inicial encaminhada em 1979 pelo Estado Maior da Armada (EMA), órgão de assessoria superior do Ministério, na pessoa de seu então Chefe, o Almirante-de-Esquadra Carlos Auto de Andrade. Nesta oportunidade foram expostas as vantagens da admissão da mulher militar, destacando particularmente o fato de ser uma solução para o problema de falta de pessoal nas áreas administrativas e de saúde.

No entanto, até onde pudemos pesquisar, esta proposta ficou em espera no Gabinete do Ministro da Marinha até que uma demanda externa (extra Marinha) transformasse o que era apenas uma possibilidade em uma legislação que lhe desse o *status* de realidade. A demanda externa que acelerou tal processo decisório, foi o citado Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 323 de 24/10/79, de autoria do Senador Orestes Quércia. O projeto, invocando o § 1º do art. 153 da Constituição vigente (CF 67)³⁷, dispunha sobre o ingresso voluntário das mulheres nas escolas militares de nível superior (Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras, Academia da Força Aérea, entre outros institutos militares).

Após o parecer (nº 20 de 28/11/79) da Comissão de Constituição e Justiça do Senado julgando o projeto inconstitucional por tratar-se de matéria de competência privativa do Presidente da República, o mesmo foi rejeitado em plenária do dia 26/05/80. Entretanto, gerou uma solicitação de parecer sobre o assunto do Ministro da Marinha ao Diretor-Geral do Pessoal da Marinha (mensagem R-291636Z de 29/11/79). Em 31/12/79 foi expedido o Ofício nº 0760 ao Ministro da Marinha julgando o projeto “inconveniente, inoportuno e inaceitável” sob várias alegações, buscando articular uma suposta incompatibilidade de algumas características da profissão militar à uma interpretação socialmente construída das diferenças da “constituição biotípica do sexo feminino” e à priorização da função social feminina. Foram

37 O seu parágrafo 1º previa "todos são iguais perante a lei, sem distinção, de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas", embora tal suposta igualdade já existisse desde a CF de 1891, de inspiração oriunda da Revolução Francesa.

utilizados argumentos tais como a necessidade de disponibilidade “contínua e inteiramente devotada às finalidades precípua das Forças Armadas”, as “condições árduas e adversas da vida do mar” e a exigência de esforços físicos “incompatíveis com a constituição da mulher”. Por outro lado, o documento cita a existência de estudos para a criação do Corpo Auxiliar Feminino - como vimos desde pelo menos julho/79 -, como de “maior valia” do que o projeto em pauta, pois “visa a colocação da mulher em serviços auxiliares, compatíveis com a constituição biológica do sexo feminino”.

Tais argumentos são merecedores de uma análise norteada pelo pensamento de Laqueur (2001), o qual também abordaremos adiante, sobre a invenção do sexo e da “estética da diferença anatômica” em algum momento do século XVIII. A ênfase na distinção entre homens e mulheres, representa uma cilada ao pretender legitimar com explicações biológicas e naturais culturalmente forjadas, comportamentos inscritos no âmbito sócio-cultural. Para o autor, o interesse em tal distinção surgiu historicamente quando estas diferenças se tornaram politicamente importantes, representadas pela clivagem da política de poder do gênero, sendo invocadas a cada episódio envolvendo lutas pelo poder. Desde então este tem sido o eixo analítico privilegiado na construção cultural da cilada da diferença sexual, o qual vem informando e justificando o lugar das mulheres na sociedade segundo as características pretensamente biológicas do seu corpo. Deste modo, às mulheres militares foi negado o lugar e a formação em funções de combate a despeito de suas competências e desejos, justificando-se o seu lugar em funções auxiliares sob o enfoque analítico da construção cultural da diferença sexual e da interpretação biológica socialmente construída do seu corpo.

Uma vez sepultada de modo expedito a “inaceitável” proposta de ingresso das mulheres nas escolas militares de nível superior (o que ensejaria sua alocação em funções operativas de combate), a Marinha deu continuidade aos estudos para criação do Quadro Auxiliar Feminino e conseqüente alocação da mão-de-obra feminina no espaço reservado das funções auxiliares³⁸. Assim, em 28/04/80 a proposta do EMA deixa seu *status* de espera para se tornar a Exposição de Motivos nº 037/80 do Ministro da Marinha ao Presidente Gen.

38 O que acabou convertendo-se em diferença e desvantagem, pois foi criado um Quadro exclusivamente feminino com exigências para promoção e efetivação maiores do que os dos demais Quadros (ARAÚJO, 1987). Além de restringir as “opções” femininas às funções de apoio e não às atividades-fim da instituição. A situação das exigências de carreira foi paulatinamente corrigida até sua alteração menos distante da igualdade em 1997, unificando o plano de carreira de homens e mulheres admitidos com formação universitária e de nível médio.

Figueiredo, tratando da apreciação de minuta do Anteprojeto de Lei de criação do Quadro Auxiliar Feminino (que viria a ser o Projeto de Lei nº 010/80)³⁹. Dois principais motivos são expostos para fundamentar tal criação: substituição dos especialistas – homens oficiais e praças – que vinham exercendo funções em terra devido ao seu deslocamento para o setor operativo (navios) e "grande conveniência" do ato devido à sua "abrangência social", contribuindo para o alcance pelas mulheres da invocada igualdade assegurada pela Constituição Federal (art. 153, da CF/67), já mencionada no projeto rejeitado do senador Orestes Quércia. Finalizando, o então Ministro solicita que a tramitação da proposta seja aprovada em tempo hábil para suprir "necessidades prementes" de pessoal na área de saúde devido à inauguração do complexo do Centro Médico Naval do Rio de Janeiro (incluído o Hospital Naval Marcílio Dias).

Considerando-se o retorno dos militares para os quartéis no período de abertura política e um enfoque mais profissional de reequipamento e reorganização da instituição, as mulheres militares surgiram como o recurso que possibilitou a liberação dos homens militares de funções burocráticas em terra. Esta realocação visava melhor aproveitá-los em funções operativas nos meios navais, reproduzindo assim uma divisão sexual do trabalho interna ao mercado militar, baseada nas características tradicionalmente atribuídas ao papel social de homens e mulheres. Ratifica-se assim um aspecto histórico, abordado por Lagrave (1991), sobre os condicionantes da inserção profissional feminina em ocupações de domínio masculino, efetivando-se quando os homens iniciam um movimento de abandono silencioso de tais ocupações.

Desta forma, aliando-se à necessidade militar de pessoal ao amadurecimento de um ideário favorável por parte da nossa sociedade, representado pelo contido no projeto do Senado desde pelo menos 1979, emergiu como a melhor solução a aceitação do trabalho militar feminino⁴⁰ pela primeira vez na história das Forças Armadas no Brasil⁴¹, nos moldes que a instituição julgou como adequados e aceitáveis. Dada a grande preocupação que o Alte.

39 Foi designada para ser sua relatora a Senadora Eunice Michiles. Primeira mulher a ocupar uma vaga no Senado, assumiu em 01/06/80 seu mandato - aos 49 anos. Iniciou sua carreira política em 1974 como vereadora em Manaus, posteriormente assumiu o cargo de Secretária do Trabalho e Serviço Social do Amazonas (MICHILES, 1982).

40 Entre a primeira turma feminina composta por 201 oficiais e 311 praças, 75% foram distribuídas para trabalhar no Hospital Naval Marcílio Dias.

41 A Aeronáutica criou seu Quadro Feminino em 1982 e o Exército somente em 1990, embora já incorporando as mulheres nos mesmos quadros e sob as mesmas regras existentes para os homens formados no meio civil.

Maximiano (1999, p. 394) demonstra ao relatar o desgaste da imagem dos militares perante a sociedade civil após anos no poder político⁴², a mulher militar contribuiu também para a modernização e humanização da imagem negativa da instituição perante a sociedade⁴³. Uma das expressões do alcance desta “abrangência social” foi a grande presença de mulheres nos desfiles militares e a maneira vibrante como eram aplaudidas pelo público (ORAZEM, 2000), além de outras expressões presentes nas entrevistas que realizamos. Tamanho acolhimento provavelmente não aconteceria à época se não fosse a presença feminina a emprestar suavidade e distinção à imagem da instituição, corroborando para a reprodução de signos socialmente construídos e naturalizados, tradicionalmente atribuídos ao papel feminino em nossa sociedade - tokenismo -. Mais uma vez Lagrave (1991) com exatidão afirma que as mulheres são chamadas sempre que se precisa flexibilizar padrões de rigidez, garantindo tanto a modificação das estruturas quanto a adaptação à conjuntura.

O conjunto dos fatores abordados (históricos, políticos e conjunturais), indicam que o processo de decisão política sobre o ingresso da mulher militar na Marinha, foi por estes beneficiado num momento histórico singular, sustentando a ocorrência de "janelas de oportunidades" e seu respectivo processo de alteração na agenda governamental de decisão (VIANA, 1995). Os primeiros estudos a abordarem os resultados iniciais da incorporação da mulher às Forças Armadas, partiram dos próprios militares alunos das escolas de especialização para oficiais superiores, notadamente a Escola de Guerra Naval (EGN) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Tais estudos indicam que a instituição surpreendeu-se positivamente com os resultados secundários alcançados após o ingresso feminino. Podemos constatar tal fato no discurso oficial que abordaremos adiante e na maneira festiva como vários autores se referem aos primeiros resultados alcançados após o ingresso da mulher:

é perfeitamente válida a existência do Corpo Feminino, dado os relevantes serviços que estão sendo prestados e os benefícios trazidos para a nossa Força. [...] pela imagem positiva da Marinha junto à população e pela medida arrojada de valorização da mulher brasileira (MARQUES JÚNIOR, 1982, p. 24-25);

[...] a solução para o suprimento de recursos humanos necessários [...]

42 Opinião compartilhada por Stepan (1986, p. 83): "Os militares brasileiros deixaram o poder [...] com muito menos prestígio e legitimidade que em qualquer outro momento histórico"

43 A exemplo do que aconteceu também na polícia militar de São Paulo, por ocasião do paulatino ingresso da mulher em 1970, tendo sido regularmente admitidas na década de 80 (MUSUMECI, 2004).

possibilitando a substituição gradativa de oficiais e praças em funções de terra, [...]. Os resultados obtidos [...] excederam as expectativas mais otimistas. O excelente desempenho profissional, o espírito de corpo e a obediência aos preceitos militares são marcas características das suas componentes (ARAÚJO, 1987, p. 11-12); e

ao longo do tempo, as mulheres foram conquistando novos espaços [...] e solidificando sua atuação na corporação (SILVEIRA, 2002, p.163).

A nova imagem institucional influenciou diretamente, no período pós-transição, o estreitamento dos laços entre civis e militares. A mulher militar constituiu-se numa importante aliada frente às futuras transformações societárias e sua articulação com o mundo interno dos quartéis, cuja relação está potencialmente vinculada às mudanças institucionais (CASTRO, 1990). Já no final dos anos 80 estas começaram a apontar para a direção da subordinação das Forças Armadas ao poder civil (Ministério da Defesa), para a impropriedade do uso destas como recurso político e para a centralidade da questão da Defesa Nacional como sua missão (BRIGAGÃO, 2004). O que culminou no desenho de um perfil institucional que, tendo passado pela formulação da Política de Defesa Nacional (1996) e pela criação do Ministério da Defesa (1998), atualmente apresenta uma atuação voltada para o exercício do poder militar em conformidade com as prerrogativas constitucionais de defesa da ordem interna e externa (NIEMEYER, 2006).

Situações análogas quanto ao contexto subjacente ao ingresso feminino têm se repetido em várias Forças Armadas⁴⁴. Conforme análise de Carreiras (1999), a decisão sobre o ingresso das mulheres militares em Portugal em 1992, foi tomada num contexto em que o serviço militar havia deixado de ser obrigatório, sendo preciso formar uma força militar profissionalizada baseada no voluntariado. Assim, neste processo decisório estava em jogo principalmente a construção de uma imagem moderna e profissionalizada para as Forças Armadas, não somente do ponto de vista material e técnico, mas também simbólico.

Entre 1995 e 1999, período em que Rosiska de Oliveira foi presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Brasil também passou por um contexto similar de estudos sobre a mudança do modelo de recrutamento militar masculino obrigatório⁴⁵. Esta relata

44 E também nas polícias militares brasileiras. A incorporação de mulheres na polícia militar do Paraná no final dos anos 70 coadunou-se com o projeto urbanístico de Curitiba denominado de "humanista" (MOREIRA, 2006).

45 A respeito do Brasil permanecer adotando o modelo de recrutamento militar masculino obrigatório, quando muitos países já deixaram de fazê-lo, Santos (2004) atribui tal fato à necessidade do país contar com um considerável contingente a ser mobilizado em caso de ocupação e defesa da cobiçada região amazônica.

(OLIVEIRA, 2003, p. 62) um fato ocorrido durante sua gestão que bem expressa os riscos - para as mulheres - que a igualdade forjada pode conter. Nesta ocasião recebeu uma consulta do Ministro da Justiça a respeito do recrutamento obrigatório feminino, ao que emitiu parecer desfavorável: "a igualdade deveria estender-se a todos os aspectos da vida, [...] consideraria a hipótese de um serviço militar feminino quando os homens já tivessem assumido as responsabilidades familiares em absoluta igualdade de condições com as mulheres".

O processo de apropriação de idéias e representações em circulação, a categoria gênero para decodificar a construção social da divisão sexual do trabalho e os motivos que ensejaram a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, são reflexões necessárias para a análise do impacto deste processo no ambiente interno da organização pautado na primazia do masculino. Passaremos a abordar as características da cultura organizacional da instituição, seus valores, representações e práticas inscritos nesta formação cultural complexa e singular, onde a missão organizacional, sua história e suas tradições reforçam e retroalimentam os valores androcêntricos dominantes na sociedade. Por outro lado, é preciso pensarmos também que alguns destes valores institucionais podem carregar na sua concepção e prática o espaço do contraditório, o espaço para a possibilidade de alguma igualdade nas relações de gênero.

2.2 CULTURA MILITAR, HIERARQUIAS E FRONTEIRAS DE GÊNERO

Embora nesta seção privilegiemos o aspecto antropológico da organização militar, é importante ressaltar que este não se realiza sem ser perpassado por suas conexões político-institucionais. Enfocaremos as características do seu funcionamento enquanto organização militar hierarquicamente estruturada e normatizada (não dissociada dos seus aspectos políticos), cujos sistemas de produção e reprodução de valores e representações constituem um capital simbólico singular a formatar os comportamentos de seus membros. Entendemos por capital simbólico o conceito desenvolvido por Bourdieu (2005, p. 58)⁴⁶, para quem este é a produção e troca de signos geradores de poderes e direitos duradouros sobre as pessoas, significando ainda uma acumulação de capital de honra e prestígio que legitimam as relações assimétricas de poder.

Em seu estudo sobre o Estado e as teorias políticas, Carnoy (1988) utiliza importantes

46 Doravante as citações à Pierre Bourdieu referem-se a obra *A dominação masculina*. No caso de se referir a outros autores que escreveram sobre a herança sociológica bourdiana, estes serão devidamente citados.

conceitos gramscianos para a análise das instituições militares, úteis também para o entendimento dos constrangimentos que moldam as formas de ser e de estar dos seus membros, cujas configurações conferem em grande parte o formato e a estrutura às relações de gênero que estudaremos. O entendimento de Estado passa pela concepção ampliada deste enquanto sociedade civil mais sociedade política, conformando uma hegemonia revestida por uma proteção coercitiva. Sendo a coerção uma das prerrogativas exclusivas do Estado, sua implementação está a cargo das instituições militares enquanto componentes da sociedade política responsáveis em aplicar a força quando a segurança nacional estiver ameaçada, seja por inimigos intenos ou externos.

Por outro lado, este mesmo Estado legitima-se também pela hegemonia, pela produção e reprodução de representações simbólicas dominantes que perpassam tanto o aparato estatal, que a estas não fica imune, quanto a sociedade civil e política. Em suas notas críticas sobre autores como Migdal, Kohli e Shue, Marques (1997, p. 87) contribui para este enfoque equilibrado da relação entre Estado e sociedade, ao afirmar que "os Estados são parte da sociedade e são influenciados por ela tão ou mais do que a influenciam". Este contexto de influências cruzadas afetas à legitimação do Estado envolve uma arena que abrange vários atores sociais em disputa. A Marinha enquanto instituição integrante do Estado, sofre constrangimentos tanto da sua ideologia fortemente marcada pela coerção intrínseca à sua missão de defesa da Pátria, quanto da sua permeabilidade às representações simbólicas em circulação na sociedade.

Importa conhecer as instituições militares a partir da definição expressa no art. 142 da Constituição Federal:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob autoridade suprema do presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativas de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988, s/p).

Mais especificamente a Marinha tem por missão constitucional "preparar e aplicar o poder naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria"⁴⁷. Os pressupostos sobre os quais se sustenta o funcionamento da Marinha envolvem uma estrutura de condutas fortemente alicerçadas sobre os pilares da hierarquia e da disciplina, direcionada para a defesa da ordem

47 Disponível em: <<http://www.mar.mil.br>>. Acesso em: junho 2006.

interna e externa. A hierarquia está definida no art. 14, § 1º do Estatuto dos Militares como "a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas", traduzida no Manual de Adaptação à Vida Militar-Naval (1985, p. 4) como "o lugar que você ocupa na MB, determinando o seu comportamento militar nas Forças Armadas". Já a disciplina está definida no art. 14, § 2º do mesmo Estatuto enquanto "rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam o seu funcionamento regular e harmônico [...]".

O apurado estudo de Leirner (1997) sobre a hierarquia militar no Exército, nos mostra que esta enquanto princípio que norteia as condutas individuais e coletivas, compõe um fator distintivo da identidade militar e da própria instituição militar. Afirma que a disciplina e a hierarquia são parâmetros que formatam as relações interpessoais segundo uma lógica própria, constringendo as pessoas a carregarem uma determinação institucional em suas funções.

A hierarquia militar compreende ainda uma dimensão de mobilidade interna a cada segmento, definida pela classificação de notas nos vários cursos durante a carreira e pelo mérito, definido por avaliações subjetivas inscritas na esfera das relações pessoais por parte dos comandantes das unidades militares. Em seu conjunto, estes elementos constituem a antiguidade de cada militar, o que informa não somente a sua posição social na instituição, mas também o comportamento dele esperado. O alcance da hierarquia perpassa de forma abrangente várias instâncias:

ela é o princípio primeiro da divisão social de tarefas, papéis e status dentro do Exército [e das Forças Armadas], determinando as condutas e estruturando as relações de comando-obediência, sistematizando a ação e a elaboração do conhecimento militar e mapeando o modo como as relações de poder devem estruturar-se. Além disso, ela determina o modo pelo qual o conhecimento e as informações são produzidos e circulados no interior da tropa. (LEIRNER, 1997, p. 53)

A disciplina cumpre a função de legitimar a hierarquia na medida em que esta aparece como uma representação que une porque "segmenta todos igualmente", vinculando o sentimento de unidade da disciplina à uma noção de pertencimento de todos enquanto devedores e beneficiários de algo maior (o bem da sociedade, um projeto para o Brasil) do

que o papel de cada um na rede de relações pessoais (LEIRNER, 1997, p. 107). Por este motivo, a hierarquia não é um valor enaltecido diariamente como o é a disciplina no meio militar, porque aquela é tida como algo simplesmente natural e normal. Ao passo que a disciplina - diz o autor - por servir para cumprir a hierarquia, por fazê-la funcionar - dizemos nós - , significa um símbolo a legitimar a adesão e aceitação da hierarquia, formatando um compromisso a ser constantemente renovado. Observa que a disciplina pode explicar as determinações do militarismo, mas é a hierarquia que explica por que e como são construídas.

Durante o desenvolvimento do nosso estudo observamos - conforme citado por Takahashi (2002) - que este espaço da igualdade formal da hierarquia, cuja "segmentação igualitária" conjuga-se às relações de gênero e poder na Marinha, desdobra-se em um espaço que, contraditoriamente, também comporta a possibilidade de subversão de paradigmas tradicionais e de alguma igualdade entre homens e mulheres. Foi também a disciplina, em nome da legitimação da hierarquia, que abafou algumas vozes descontentes com relação ao ingresso das mulheres militares, entretanto presentes em algumas práticas discriminatórias.

A força, a defesa e a guerra, características seculares da instituição, misturam-se de forma culturalmente complexa e ímpar aos forjados valores dominantes androcêntricos atribuídos à masculinidade dos agentes do poder militar: agressividade, coragem e virilidade. Como nos informa Almeida (2000), os elementos de 'sacrifício' e 'risco' contidos em algumas profissões são marcados pela ambiguidade porque embora indesejados, reafirmam o prestígio dos vencedores num contexto em que a masculinidade associa-se à força física. Sobrepõe-se assim à definição de agente militar, o modelo dominante de masculinidade, configurando nas Forças Armadas, mais do que em qualquer outro ambiente, uma instituição de domínio masculino, dado que constrói-se simbolicamente subordinada a uma especificidade sexual fundamentada no modelo de virilidade. No caso do ingresso feminino na Marinha - veremos - não houve uma ameaça direta deste domínio, pois elas não disputaram espaço com os homens em atividades fim, exercendo atividades meio, longe da fronteira masculina do combate.

2.2.1 Capital simbólico e tradições militares: o masculino cultuado

Para nos aproximarmos da influência das representações e valores militares no comportamento de seus membros, cumpre de início considerarmos o enfoque antropológico

de Celso Castro (1990) acerca do que ele denominou de "espírito militar" em pesquisa realizada junto aos alunos da Academia Militar das Agulhas Negras, em 1989, mesma década do ingresso das mulheres militares na Marinha. Para Castro o espírito militar define-se enquanto um conjunto de elementos que moldam a personalidade do sujeito ao meio militar. Para nós importa também qualificá-lo enquanto um conjunto de valores e significações constituidores de uma cultura organizacional cuja conformidade simbólica reproduz posturas de valorização do masculino. O período inicial de formação militar é relevante por concentrar por excelência o momento e o lugar onde os valores e significações da identidade militar são produzidos e reproduzidos para e pelos alunos recém-ingressos. Durante o desenvolvimento da carreira militar, estes valores poderão solidificar-se ou sofrer mudanças.

Um dos primeiros aspectos que o autor ressalta é a grande pressão psicológica a que os alunos são submetidos. Os entrevistados relatam constrangimento psicológico durante o primeiro ano do curso⁴⁸ para que desistam da carreira, pois é preciso selecionar os "verdadeiros homens" para permanecerem no meio militar. Esta "seleção" ocorre de forma bastante rigorosa, incidindo sobre os limites psicológicos, físicos e morais dos alunos, expondo-os à situações adversas, caracterizando um tipo de superexposição que "acaba com tudo[...], não tem proteção" (aluno do primeiro ano) (CASTRO, 1990, p. 17).

O processo de sociabilidade militar, produzido e reproduzido em seus pressupostos basilares nos ensinamentos das escolas militares, assume contornos específicos ao ocorrer associado a um relativo isolamento do mundo civil (a "bolha", como era chamada a Escola Naval por alguns alunos). Ao isolar os alunos do meio civil, direcionando-os para um novo papel social, as suas concepções também são modificadas, favorecendo assim uma coesão e homogeneidade internas que dão conformidade a uma outra significação militar bastante valorizada: o espírito-de-corpo⁴⁹. Dentre os elementos afetos ao "ritual" de passagem da cidadania civil para o ser militar, e portanto de uma re-socialização, o "rito batismal" de atribuição do "nome de guerra"⁵⁰ é especialmente emblemático por sua significação enquanto

48 Duração total do curso de 4 anos, sendo que 85% dos alunos eram oriundos de colégios militares, o que representa um convívio com o ambiente militar desde pelo menos os 15 anos.

49 Um exemplo para entendermos o espírito de corpo é o fato rotineiro de que no quartel, quando um aluno comete algum erro, todos os alunos são punidos pelo erro daquele um. É como se todos juntos formassem um único corpo unidos pela disciplina, o "corpo de alunos".

50 Todos os alunos recebem um nome de guerra (além do número relativo à sua classificação - antiguidade - na turma) pelo qual passarão a ser conhecidos por toda carreira. Usualmente constituído pelo seu sobrenome. Assim, o jovem Paulo passa a ser o Aspirante Custódio. Note-se que, no caso das mulheres, o mais usual é que o seu primeiro nome seja mantido como "nome de guerra".

acesso à identidade unificadora militar (BOURDIEU, 1996a).

Passadas quase duas décadas da citada pesquisa, tais valores persistem na formação da cultura militar, conforme observamos no artigo da *Revista Marítima* escrito por um aspirante da Escola Naval: "pode-se dizer que a profissão militar é o capital ético da sociedade, visto que seus líderes modelares são a melhor maneira de reinserir valores, outrora perdidos, na sociedade moderna" (MATOS, 2006, p. 240)⁵¹. Tais valores transparecem ainda em pesquisa realizada em 1998 com oficiais alunos da EGN. Ao justificarem sua opinião favorável (46,8%) à continuidade do serviço militar obrigatório, alegaram em primeiro lugar o auxílio na formação do caráter e do civismo entre os jovens e, em segundo lugar a criação de uma reserva facilmente mobilizável (D'ARAUJO; CASTRO; CHEIBUB, 2002).

Em relação ao alcance deste processo de socialização, Fernanda Chinelli (SILVA, 2007) ao pesquisar a influência da vida militar sobre os papéis de gênero na estrutura familiar, revela que o espírito corporativo transcende a esfera individual do militar - caserna -, penetrando e formatando uma rede social que inclui as famílias - casa -, inclusive esposas (no caso pesquisado, esposas de oficiais do Exército) que atuam como coadjuvantes ativas no desenvolvimento da carreira dos seus maridos⁵².

Outra característica do espírito militar bastante presente no meio naval enfatizada por Castro (1990, p. 91) ao citar Radcliffe-Brown, e duradoura por toda a carreira é a "guerra" entre seus membros⁵³. Constituída por "brincadeiras" de desmerecimento e discriminação entre diferentes ramos de uma mesma Força, entre as próprias Forças Armadas e entre colegas de farda, caracteriza uma relação controlada por normas convencionais que associa brincadeira e distância, camaradagem e antagonismo, permitindo a delimitação de fronteiras simbólicas essenciais para a construção da identidade militar. Trata-se de um artifício inscrito na tênue fronteira entre a camaradagem cômica e o deboche, atuando para desmoralizar as idéias, as conquistas e por vezes colocar em dúvida a masculinidade do outro (SOHIET, 2001). Embora a complexa construção do masculino enquanto aprendizagem do coletivo,

51 Mas se hoje estes valores persistem, já não o fazem da mesma forma e intensidade que antes, dado que o ambiente controlado da "clausura" em tempos de globalização, apresenta fissuras importantes como por exemplo as infocirculantes via internet.

52 Contudo, cabe lembrarmos que cada vez mais as mulheres de militares vêm ocupando espaço na esfera pública em movimentações e idéias a favor de reajustes salariais. Vide [http://: www.unemfa.com.br](http://www.unemfa.com.br) (União das Esposas de Militares das Forças Armadas).

53 No "dicionário" de linguagem naval, guerra é definida como "brincadeira para exaltar os ânimos, enervar" (BRASIL, 1985, p. 100)

envolva costumes e ritos negativos, união e oposição, este é principalmente o espaço da transmissão de valores positivos, da construção da solidariedade masculina (WELZER-LANG, 2001).

Inscritos nos usos e costumes militares, existem vários rituais de culto à virilidade, como por exemplo o "trote" ou "batismo", espécie de teste prático a que são submetidos os novos alunos, onde são colocados à prova todos os seus limites: "é aquele negócio, aqui na Academia é lugar para homem, não é lugar para criança nem viadinho... o cara tem que virar homem de qualquer maneira" (aluno do terceiro ano) (CASTRO, 1990, p. 91). O "trote" vai definir quem merece ser militar, quem é homem, quem é o "legítimo militar", embora contraditoriamente esta prova implique na aceitação resignada de situações constrangedoras. O confronto da dominação masculina com a superioridade hierárquica revela uma das poucas ocasiões em que aquela se submete à outro tipo de relação, a relação hierárquica, o que nos informa sobre a situação contingente do ser homem (ALMEIDA, 2000). O ser homem se contrói e afirma em relação de oposição ao ser mulher, ao ser feminino, diante desta situação a dominação masculina se fortalece, mas diante da situação da superioridade hierárquica, esta dominação tende a oscilar. Adiante abordaremos como a dominação masculina sofre um deslocamento - ou modulação de intensidade - ao ser estabelecida entre homens militares subordinados e mulheres militares hierarquicamente superiores.

Os citados rituais conferidores de *status* aos homens perante e por outros homens, vão permanecer de forma modificada ao longo da carreira, fortalecidos e renovados pelas trocas de laços de afinidade e camaradagem sobretudo nos períodos de confinamento durante as operações marítimas e terrestres de adestramento (onde as mulheres militares são exceção⁵⁴). Similares aos cafés e touradas estudados pelo autor citado, os navios e acampamentos militares, devido aos longos períodos de afastamento, configuram também espaços de sociabilidade extra-laboral onde ocorrem práticas de construção e reconstrução da masculinidade inscritas também em atividades de lazer.

Sobre a carga de sofrimento psíquico e físico imposta aos rapazes civis a serem transformados em homens militares, Bourdieu (2005, p. 66) afirma que é preciso atender à exigência das provas de coragem das Forças Armadas que "têm seu princípio paradoxalmente

54 Embora poucas mulheres militares embarquem (médicas, dentistas, meteorologistas), provavelmente sofrem restrições quanto aos espaços e horários de circulação nos navios e acampamentos de fuzileiros.

no 'medo' de perder a estima ou a consideração do grupo e ser remetido à categoria feminina dos fracos". Tratam-se de rituais que em grande medida, buscam mascarar a "ameaçadora" fragilidade emocional masculina. Ainda segundo Welzer-Lang (2001, p. 463), sobre a construção do masculino: "o pequeno homem deve aprender a aceitar o sofrimento para integrar o círculo restrito dos homens". Ao que Almeida (2000) complementa afirmando que a superação do sofrimento próprio, do sacrifício da vida pela guerra, trazem recompensas inscritas nas moedas simbólicas do reconhecimento e do respeito perante principalmente aos seus pares. Este capital simbólico será convertido em privilégios⁵⁵ que no futuro também incidirão sobre estes recém-ingressos na "casa dos homens"⁵⁶. Uma "casa" onde as mulheres são tratadas como hóspedes, cabendo aos homens decidirem em quais espaços (cômodos) elas podem transitar.

O significado das tradições navais reveste-se de importância enquanto um meio para esclarecer e entrelaçar as relações humanas ao seu passado histórico, reconfigurando e remodelando o "novo" em vigor. O historiador inglês Eric Hobsbawn (1997) defende que as tradições não remetem, como fazem parecer, a um passado imemorial, mas foram inventadas em sua forma atual, nos séculos XIX e XX. Por tradições inventadas entende "um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas" (HOBSBAWN, 1997, p. 9). Tais práticas rituais e simbólicas, ao perpetuarem valores e normas de comportamento, garantem a continuidade de uma trajetória histórica adequada, via de regra, conferindo longevidade à instituição a qual servem. Novas tradições são inventadas quando ocorrem mudanças amplas e rápidas nas sociedades ou nas instituições⁵⁷.

No que se refere às cerimônias e honras militares, as duas principais datas de gala da Marinha remetem à "marcos indelévels" da história naval do jovem país Brasil: em 11 de junho comemora-se o aniversário da Batalha Naval do Riachuelo (1865) e em 13 de dezembro comemora-se o aniversário de nascimento do Almirante Tamandaré⁵⁸, patrono da

55 Ainda que tais privilégios sejam uma cilada, conforme veremos.

56 Expressão usada por Welzer-Lang (2001, p. 462) para designar espaços de socialização exclusivamente masculina.

57 Sobre as tradições inventadas do Exército datadas da época da gestão de José Pessoa (1931-1934) à frente da Escola Militar do Realengo, antecessora da AMAN, vide CASTRO, Celso. Inventando tradições no Exército Brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, v. 7, n. 14, 1994, p. 231-240

58 "Ele pertenceu a uma geração de bravos marinheiros, guerreiros e homens de estado a quem nós devemos muito de nossa herança: um grande país, rico em recursos naturais, um país unido por uma só cultura e uma só língua" (Folder comemorativo do bicentenário de nascimento do Almirante Tamandaré. Marinha do

Marinha que em 2007 completou seu bicentenário. Tais tradições fazem parte da rotina de estudos dos alunos das escolas militares e dos alunos e alunas dos cursos de adaptação à vida militar naval.

O Manual de Adaptação entregue a cada aluno (a) contém, entre outros elementos constituidores do capital simbólico institucional, capítulos destinados às tradições navais, aos costumes e honras militares, ao valor e ética militares, ao uso dos uniformes⁵⁹ e ao conhecimento de hinos e da linguagem naval⁶⁰. Especialmente a ordem unida reúne práticas que interessam ao nosso estudo. A rotina diária de ordem unida nas escolas, é um aspecto essencial do militarismo, disciplinando corpos e mentes que por sua linguagem específica, compõem o capital simbólico da instituição. Não por acaso os militares, via de regra, possuem uma linguagem postural que costuma distingui-los de outras pessoas, dado que é nos corpos que se inscrevem os costumes e regras naturalizados pela sociedade ou grupos sociais. É justamente neste campo do adestramento dos corpos masculinos tão valorizado pelos militares que, para Bourdieu, desenvolvem-se também inclinações e aptidões para a participação em jogos sociais que reforçam e desenvolvem a virilidade: a política, o militarismo, a ciência.

Hobsbawn (1997) classifica as tradições inventadas, segundo seus objetivos, em: tradições que estabelecem ou simbolizam a coesão social de um grupo; tradições que estabelecem ou legitimam instituições ou relações de autoridade; e tradições que objetivam a socialização, a inculcação de idéias e padrões de comportamento. Podemos dizer que no caso da Marinha, o seu conjunto de tradições incide fortemente sobre os dois últimos objetivos citados que, ao cultuarem sinais que se associam a uma carga simbólica e emocional, contribuem sobremaneira para o alcance do primeiro. Assim é que as tradições inventadas servem à Marinha enquanto instrumento de coesão, de fortalecimento das suas relações de autoridade, de revitalização de valores, padrões de comportamento - masculino - e de continuidade da consciência por parte de seus membros, do valor e do papel da instituição - e de sua identidade - através da glorificação de seus heróis de batalhas passadas.

Na leitura deste conjunto de símbolos marinheiros cultuadores da virilidade é possível,

Brasil, 2007. Tradução livre).

59 O regulamento de uniformes (RUMB) vem também sofrendo influências da presença feminina, por exemplo, passando a prever o uso rotineiro de calças compridas e o uso do cabelo preso em rabo-de-cavalo.

60 Por exemplo: bacalhau – conserto, reforço; bailéu – prisão; cocha – proteção, ajuda; jacuba – refresco. O próprio alfabeto militar não é composto pelas letras a, b,c, mas por estas letras identificadas de um modo bastante peculiar que serve também aos propósitos da clareza necessária às comunicações em situação de combate: alfa, bravo, charlie, delta, e assim por diante.

conforme propõe Joan Scott (1990), observarmos numa perspectiva histórica a construção das relações de gênero privilegiadoras do masculino. Tal privilegiamento encontra-se expresso no culto de seus costumes e tradições, e também na identidade subjetiva de seus membros e sobretudo no espaço reservado às mulheres na política institucional da Marinha.

2.2.2 A construção social das funções militares femininas: troféus, civis fardadas e militares não combatentes

Embora as dificuldades de integração das mulheres não sejam uma exclusividade do meio militar, mas uma constante em várias profissões masculinas que se feminilizaram (engenharia, medicina), no militarismo este processo assume uma amplitude diferenciada. Isto porque faz parte do capital simbólico da instituição uma definição da essência militar que se sobrepõe ao modelo dominante de masculinidade. Conforme Bourdieu, o homem viril não perde uma oportunidade de aumentar sua honra - capital simbólico -, buscando glória na esfera pública, o que dificulta a aceitação feminina no território militar da virilidade.

Ao tratarmos da complexidade das relações de gênero no militarismo, torna-se relevante um breve resgate sobre o processo de institucionalização da agressividade nas guerras travadas desde a antiguidade, bem como os papéis que foram historicamente construídos e destinados aos homens e mulheres no ideário e território militares. Se por um lado, os homens sempre tenderam a excluir da guerra as suas mulheres, por outro lado sempre procuraram incluir as mulheres dos outros devido ao seu valor simbólico enquanto troféus de guerra. Assim foi que a violência sexual passou a ser uma poderosa arma em episódios militares extremos (posteriormente banida nas convenções internacionais) onde além de derrotar o oponente, o objetivo fosse puni-lo e humilhá-lo. Como bem observa Battistelli (1999), citando Susan Brownmiller, o corpo feminino foi transformado num campo de batalha ritual, num instrumento a registrar a mensagem de ultraje de homens para outros homens. Deste modo, para os militares a defesa e proteção das suas mulheres significava e em certa medida continua significando, um símbolo - troféu - do orgulho masculino.

Os historiadores Capduvila, Rouquet, Virgili e Voldman na obra *Hommes et femmes dans la France en guerre (1914-1945)* agregam valor à análise das guerras ao identificá-las enquanto oportunidades ímpares para a discussão da identidade de gênero nas sociedades,

dado que são épocas em que a questão homem-mulher sai da esfera privada para adentrar o cenário político⁶¹. O texto analisa como as convocações masculinas em tempos de guerra na França provocaram transformações tanto nos arranjos familiares como na organização política do país, ensejando uma revisão dos papéis sociais de homens e mulheres. Foi neste período de mudanças e rupturas entre as duas Grandes Guerras que a imagem de mulheres enfermeiras cedeu espaço para as mulheres integrantes da resistência, deslocando-se da cura para o combate (JOFFILY, 2003). Entretanto, obviamente tal análise aplica-se ao caso singular da França, sendo que outros países como por exemplo Alemanha e Itália constituem exceções à essa análise dado as singularidades que compõem a memória de guerra e a trajetória cultural de cada nação, elementos influenciadores do papel aceito para as mulheres no combate. Nestes países, derrotados em seus próprios territórios na última guerra mundial⁶², as mulheres militares foram integradas aos seus efetivos somente em 2000.

Queremos com isso ressaltar que uma trajetória de mobilizações para a guerra, enseja necessidades de combate que imprimem um novo formato ao papel aceito ou não para a mulher neste território masculino. Mas não se trata somente deste fator isolado, embora às vezes preponderante, trata-se também da circularidade de um conjunto de idéias que ao serem apropriadas - conforme temos argumentado ao longo deste trabalho -, trazem novas possibilidades de construções sócio-culturais que ao interagirem entre si (sobrepondo-se ou não) podem gerar resultados nem sempre previsíveis ou lineares. Mady Segal (1999), de forma didática agrupa este conjunto de fatores em três variáveis articuladas entre si: a dimensão militar, referente à segurança nacional e às atividades militares necessárias para a sua garantia; a dimensão estrutural, referente aos papéis sociais das mulheres e variáveis sócio-estruturais que incidem sobre as funções femininas (por exemplo o mercado de trabalho); e a dimensão cultural referente às construções sociais que dão forma às concepções de gênero e família.

Segundo indicam os registros históricos sobre a integração das mulheres nas Forças

61 O que tem acontecido com os debates no Congresso americano sobre as mudanças no papel das mulheres em combate pós Guerra do Golfo e atualmente em relação à Guerra do Iraque.

62 Ocorreu um episódio de destruição e barbárie chocante para os italianos e todos nós, durante a Segunda Guerra na região de Lazio, aldeia de Cassino. Em maio de 1944, 12.000 marroquinos da divisão do Corpo Expedicionário Francês Livre, comandados pelo General francês Juin, invadiram a região e estupraram pelo menos 3.000 mulheres e meninas e alguns rapazes, levando 100 mulheres à morte. A aldeia, apelidada de "cidade mártir", em 15/02/49 ganhou a Medalha de Ouro por Valor Militar, devido ao sacrifício da população durante a guerra. Disponível em: < <http://www.enit.it>. Acesso em: novembro 2007.

Armadas mundiais, de um modo geral, tem prevalecido como variável mais relevante as necessidades de pessoal militar. Notadamente em situações de ameaça à segurança nacional, mesmo que a variável cultural seja favorável à limitação do emprego das mulheres militares, tem prevalecido a variável militar. Sempre que a mão-de-obra masculina é insuficiente, as mulheres são chamadas ao serviço militar. Já a variável cultural e a busca da igualdade de gênero tem sido preponderante sobre a continuidade - e tipo de alocação funcional - das mulheres em países cuja ameaça de conflito esteja ausente. A autora ressalta ainda o caráter de imprevisibilidade dos acontecimentos, principalmente na ausência de conflitos, quando estas duas variáveis entram em choque. Nesta caso as soluções podem variar conforme o uso - político também - das várias gradações para a construção social das funções militares para as mulheres, indo desde a sua utilização como civis fardadas (sem estatuto militar correspondente, sem plano de carreira) até como militares não combatentes, envolvidas em todo tipo de tarefa relacionada ao disparo de armas, exceto o próprio disparo da arma.

No Brasil, encontramos tais variáveis na incorporação das mulheres militares como alternativa tanto à modernização da gestão da guerra como ao grau de legitimidade social da profissão. Num país com baixo nível de ameaça à segurança nacional como o nosso, e com representações culturais menos desfavoráveis à igualdade de gênero, há a tendência ao aumento da participação das mulheres no âmbito militar. Esta é também a conclusão da pesquisa realizada pela equipe da Fundação Getúlio Vargas (D'ARAUJO; CASTRO; CHEIBUB, 2002) junto aos oficiais alunos da EGN durante 1998 (ocupando os postos de capitão-de-corveta e capitão-de-fragata). Metade dos alunos declarou que as mulheres devem restringir-se às atividades administrativas, sendo que 70% declararam aceitar totalmente ou em parte as mulheres em atividades de combate.

Por outro lado, a mulher militar no Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para ser considerada enquanto sujeito a travar combate no campo de batalha. Em pesquisa realizada em 1999 por D'Araujo (2003) com oficiais gerais (mais alto poder hierárquico) das Forças Armadas brasileiras, alguns na reserva⁶³, foi observado um discurso paternalista onde as mulheres aparecem como seres a serem protegidos dentro e fora dos quartéis. A

63 A situação de reserva assemelha-se à situação civil de aposentadoria, porém significa ser membro de um contingente que a qualquer momento, por necessidade de segurança nacional, pode ser convocado para seu retorno à ativa. Mas há também um significado subjetivo que envolve um forte sentimento de vínculo permanente com a instituição, como dizem alguns militares que já passaram para a reserva: “nós saímos da Marinha, mas a Marinha não sai de nós”.

autora aborda ainda a presença no discurso dos entrevistados de sérias limitações impostas aos homossexuais, que são tidos como donos de um comportamento desviante ameaçador da moral da corporação militar. Se tal discurso permitiu que as mulheres militares fossem incorporadas às Forças Armadas de maneira parcial, ergueu barreiras morais e religiosas ao acesso dos homossexuais ao militarismo. Segundo a análise de Bourdieu mencionando as profissões das Forças Armadas, os homens são contrários à feminilização de seus cargos num esforço para defenderem a própria identidade masculina, pois até aos seus próprios olhos seu valor reside na sua imagem de virilidade. Assim, os homossexuais realmente são uma ameaça, mas uma ameaça à masculinidade, posto que sua transgressão sexual desafia culturalmente a integridade masculina.

O deslocamento da condição de mulher a ser protegida para sujeito a prover proteção, implica na ocorrência de uma complexa interação entre as variáveis mencionadas. Segundo Carvalho (1990), implica principalmente numa alteração na relação de poder que modula as relações de gênero no campo militar, dado que o discurso da fragilidade e da necessidade de proteção feminina está associado à proteção do mais forte sobre o mais fraco, do dominante sobre o dominado. Mas - veremos - em outro contexto, a proteção também pode significar uma contribuição masculina para a reversão de determinadas desvantagens femininas. Sendo assim, devido à uma educação pautada nos estereotipados papéis sociais que lhes atribuem, as mulheres têm ingressado neste jogo masculino de forma secundária e indireta ("por procuração"), em uma posição subordinada e para cuidar dos homens⁶⁴.

2.2.3 A dinâmica das relações assimétricas de poder

Cristina da Silva (2007) em seu estudo sobre as masculinidades e feminilidades nas Forças Armadas, refere-se à Heritier para ressaltar o campo do simbólico, onde a tradição valoriza e aprecia o homem na sociedade, e as diferenças entre os sexos são ressaltadas de uma maneira hierárquica, valorativa para o homem e depreciativa para a mulher. As explicações para a restrição feminina em atividades militares pautam-se sobretudo em explicações afetas ao campo bio-psíquico, conferindo o espaço da guerra, o espaço do público

⁶⁴ Situação similar ocorre também em outros campos profissionais como a engenharia, onde as mulheres tendem a ocupar mais funções em atividades internas (projetos, planejamento e ornamentação) do que em atividades externas (execução de obras, controle de produção, manutenção de máquinas). Cf. Saraiva (2005).

ao homem (força, violência, coragem) e o espaço da casa, do privado à mulher (pacífica, frágil). À mulher parece estar reservado um papel de terapeuta do homem, conferindo equilíbrio à vida emocional deste. Estas interpretações bio-psíquicas acabam por articular-se à implicações de cunho sociológico, formatando a dominação masculina. Modelam as estruturas cognitivas e sociais, expressando uma violência simbólica⁶⁵ que enquadra o feminino.

No seu extenso trabalho sobre a dominação masculina, Bourdieu argumenta que a divisão social do trabalho, ao restringir e reservar o espaço das mulheres pautada em representações cognitivas e sociais, legitima a divisão sexual do trabalho segundo a ordem dominante masculina: distribuição bem delimitada das atribuições de cada sexo, de seu local, seu momento e seus instrumentos. A diferença anatômica entre os sexos, sendo construída a partir do princípio interpretativo da visão social, transforma-se em desvantagens sociais tidas como naturais contra as mulheres, inclusive no mercado de trabalho, repercutindo no jogo do poder engendrado nas relações de gênero.

O adestramento dos corpos destina às mulheres um "confinamento simbólico" de sorrisos, gestos e andar discretos, olhos baixos, diminutivos e aceitação de interrupções. A própria timidez - predominante mas não exclusiva das mulheres -, segundo a leitura de Bourdieu (1996), é uma manifestação da violência simbólica inscrita na intimidação do corpo (tremor, suor etc). Exigências contraditórias de gênero estão presentes em vários momentos no território militar, como no Manual de Adaptação (BRASIL, 185, p. 40 e 55). Por um lado preconiza que a militar evite "[...] manifestações usuais de gentileza e carinho da vida civil, mas que são incompatíveis enquanto militar uniformizada", por outro lado ressalta que "a feminilidade pode e deve ser preservada sempre, sem entrar em choque com a condição de militar [...]". Tais orientações parecem sugerir um duplo confinamento sobrepondo as restrições impostas ao corpo feminino às restrições do corpo militar adestrado.

Bourdieu argumenta que as divisões inscritas nas relações sociais de dominação e exploração entre os gêneros, estabelecem fronteiras entre o território masculino e o reservado ao feminino. Os homens destinam-se às ações breves, espetaculares e perigosas, e ações de ruptura com o ordinário, como o são as guerras, e as mulheres destinam-se aos trabalhos

65 Bourdieu utilizou este conceito para se referir à imposição de significações de uma cultura dominante contra classes ou grupos dominados (LIMA, 1998). Contudo, o aspecto que melhor caracteriza a violência simbólica é o fato dela se exercer sem que dominantes e dominados dêem conta dela, posto que ela é naturalizada.

domésticos, privados e escondidos. Estabelecem-se assim hierarquias de gênero em nossa sociedade que são reproduzidas e produzidas em todos os campos sociais e suas instituições como a família, a igreja, a escola, o hospital, o Estado e, podemos dizer, as forças armadas. Tais relações sociais silenciosas predispõem as mulheres (e homens) a aceitá-las como inscritas na ordem das coisas naturais e inquestionáveis, reproduzindo hierarquias que favorecem a sua própria segmentação. Por outro lado, é preciso observarmos nestas batalhas culturais os espaços que as mulheres e seus aliados vêm utilizando para transformar estas relações sociais de dominação no campo militar (WELZER-LANG, 2001).

Ao abordar “o sexo do hospital” problematizando este espaço enquanto um lugar de concentração do trabalho feminino (no geral, 70% dos trabalhadores hospitalares são mulheres), Marta Lopes (1996) expõe a dominação homem/mulher expressa na oposição entre as práticas médicas do tratar e as da enfermagem do cuidar. Também aqui, embora num território predominantemente feminino e não masculino como nas forças armadas ou na engenharia, as hierarquias de gênero e poder se revelam. Muito além da mera questão numérica, o que sustenta a concentração desta minoria masculina nos cargos de maior poder e prestígio - idem no magistério -, são as representações culturalmente forjadas.

No espaço hospitalar, e em tantas outras instituições sociais, aos homens cabe o trabalho valorizado e profissional dos especialistas, ocupando o território das atividades-fim que fundamentam o processo de trabalho na instituição. Às mulheres cabe o trabalho massivo e rotineiro de suporte, ocupando o território das atividades-meio fundamentadas nas qualidades “inatas” femininas, cujo processo de trabalho é ditado em parte pelo saber médico e pela gestão organizacional. Podemos dizer que no espaço militar, aos homens cabe o trabalho especializado e nobre do combate, ocupando o território da atividade-missão principal que fundamenta a própria existência da instituição - o saber genuíno -. Às mulheres cabe o trabalho de apoio das atividades administrativas e de cuidados, cujo processo de trabalho é em boa parte ditado - dependente - pelas necessidades dos senhores da guerra, à serviço deste saber que norteia as atividades principais da instituição. Entretanto esta delimitação de fronteiras não é baseada nas competências, mas numa dinâmica interativa de elementos inscritos nas dimensões abordadas na seção anterior (militar - profissional, estrutural e cultural).

Essa lógica hierarquizada de gênero no mercado de trabalho, nos papéis sociais

familiares e no acesso ao conhecimento, reproduz também uma relação assimétrica de poder nestas várias esferas. É na afirmativa de Heritier, em entrevista concedida à Sztutman e Nascimento (2004), que acessamos as chaves para decodificar a existência da dominação masculina inscrita em relações de gênero baseadas em três grandes ausências: liberdade, saber e autoridade. Assim, as mulheres que exercem profissões tidas como masculinas, como no campo militar, sofrem não a segmentação em função da profissão, mas em função da falta de liberdade de acesso à determinados postos hierárquicos, à determinadas atividades e à gratificações salariais operativas. Abordaremos a restrição de acesso das mulheres ao saber genuinamente militar, o que por sua vez, impacta negativamente no exercício legitimado da autoridade - e do poder - feminina.

Mas não são somente as mulheres que sofrem a dominação, os homens também são reféns das próprias representações dominantes. Os privilégios masculinos são uma "falsa moeda", dado que sobre eles recai a obrigação incessante de afirmarem a sua honra e virilidade. Portanto, alterar a dinâmica das relações assimétricas de poder é um esforço a ser realizado também pelos homens, rompendo com estruturas cuja imposição eles próprios reproduzem.

A ênfase na distinção entre homens e mulheres representa uma cilada à análise das relações de gênero ao pretender legitimar com explicações biológicas e naturais culturalmente forjadas, comportamentos inscritos no âmbito sócio-cultural. As diferenças corporais não são apenas diferenças corporais observáveis, mas diferenças sexuais informadas por um olhar situacional que ao lançar luz sobre certas estruturas e obscurecer outras, é “explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder” (LAQUEUR, 2001, p. 23). Em sua obra sobre a invenção do sexo desde os gregos até Freud, diz o autor (2001, p. 189), “em alguma época do século XVIII, o sexo que nós conhecemos foi inventado”, passando-se de uma concepção de sexo único (ênfase nas igualdades), onde a mulher seria um homem com genitália invertida - numa escala gradativa, um homem menos homem -, para uma abordagem relacional de oposições e distinções dos dois sexos (ênfase nas diferenças).

O citado pesquisador atribui tal “estética da diferença anatômica” não a uma consequência do desenvolvimento científico específico, mas a dois grandes desenvolvimentos analíticos: a epistemologia e a política. O processo simultâneo de reconstrução do corpo foi gestado enquanto inscrito num conjunto de mudanças religiosas, políticas, sociais e

econômicas, sendo-lhe intrínseco. O interesse em buscar evidências da distinção entre os sexos surgiu quando estas se tornaram politicamente importantes, representadas pela clivagem da política de poder do gênero. Desde então este tem sido o eixo analítico privilegiado na construção cultural da cilada da diferença sexual, o qual vem informando e justificando o lugar das mulheres na sociedade segundo as características pretensamente biológicas do seu corpo, como ocorreu por ocasião do “inaceitável” ingresso das mulheres nas escolas superiores militares e do seu aceitável ingresso em funções auxiliares.

2.3 A CONVERGÊNCIA DA PROFISSÃO MILITAR COM AS FUNÇÕES SOCIAIS FEMININAS

No âmbito internacional muitos têm sido os estudos a tratar o futuro da presença militar feminina como uma das mais complexas e não resolvidas questões das Forças Armadas. Questões estas remetidas ao "nó" forjado pelo conjunto de tensões ideológico-culturais inscritas nas relações de gênero. No Brasil existem poucos estudos antropológicos sobre a instituição militar, destacando-se os trabalhos de Castro (1990) e Leirner (1997). Em ainda menor número encontramos estudos sobre a presença feminina nas nossas Forças Armadas, destacando-se os textos de Sônia Carvalho (1990), Emília Takahashi (2002), Maria Celina D'Araujo (2003; 2004), Suzeley Kalil Mathias (2005), Janaína Silvério da Silva (2006) e Cristina Rodrigues da Silva (2007). Dentre estes textos, somente o penúltimo refere-se às relações de gênero no campo profissional da Marinha, os demais ora referem-se às Forças Armadas como um todo, ora referem-se ao ingresso feminino na AFA.

O estudo de Carvalho aborda principalmente as condições de vida das mulheres militares da Aeronáutica e sua conciliação de tarefas entre a casa e a caserna. Sobressai-se na sua pesquisa o fato de que o tratamento dispensado pelos homens militares às mulheres opera sobre estruturas privilegiadoras da sua condição de mulher, em detrimento da sua condição de militar. Em seu pioneiro trabalho sobre a construção de identidades masculinas e femininas durante os quatro anos de curso na AFA, Takahashi conclui que tal processo reproduz a dicotomização da divisão dos papéis sexuais. Entretanto vislumbra que apesar das diferenças, ao final do curso, tanto homens quanto mulheres identificam-se como militares, o que tende a favorecer uma certa igualdade. Conclui ainda que os tradicionais valores da hierarquia e

disciplina revelam espaços para uma subversão de paradigmas que podem levar à igualdade entre homens e mulheres.

A pesquisadora D'Araujo lança luz sobre o nem sempre explícito discurso institucional a respeito do ingresso da mulher nas Forças Armadas. Utiliza um enfoque comparativo sobre a integração das mulheres e dos homossexuais nos países membros da OTAN e na América Latina. Acredita que o ingresso das mulheres nas Forças Armadas deve ser visto tanto como uma conquista democrática quanto um problema institucional. O estudo efetuado por Mathias privilegia um enfoque político acerca da diversidade de fatores responsáveis pela inserção feminina nas Forças Armadas dos países do Mercosul. Indica como denominadores comuns ao contexto de tal inserção: as mudanças mundiais na gestão da guerra e a perda de prestígio da profissão militar.

Janaína S. da Silva (que também é militar) realizou um relevante estudo de campo com oficiais homens e mulheres da Marinha visando caracterizar as percepções da práxis feminina em funções de chefia. Conclui que as mulheres consideram a liderança enquanto qualidade praticada e imposta principalmente através do exemplo. Qualificam ainda a assessoria aos escalões superiores como sem dificuldades, entretanto revelam a exigência sempre de uma fundamentação teórica ou "mais firme" (exigência de supercompetência). Acreditam que são testadas mais vezes do que os homens, embora não se considerem discriminadas, e sinalizam para mudanças processadas desde o início das suas carreiras, atribuindo um caráter de humanização ao ambiente militar após o seu ingresso.

Em seu esclarecedor trabalho, Cristina R. da Silva resgata alguns estudos acadêmicos sobre gênero nas Forças Armadas em comparação com entrevistas que realizou junto às alunas da AFA e do IME. Conclui que a chegada delas à Academia promoveu novas relações entre homens e mulheres, construídas de forma a legitimar a tradicional divisão social dos papéis sexuais. Entretanto, citando Takahashi, acena para a consideração dos valores da hierarquia e da disciplina como espaços possíveis para subversão de alguns paradigmas.

Muitos dos dados alcançados por estes estudos serão utilizados no presente trabalho, ora em alinhamento com suas idéias, ora em discordância, conforme o direcionamento dado pelo resultado das nossas análises. De todo modo, uma peculiaridade significativa do nosso estudo em relação aos estudos sobre a FAB, reside no fato de que na Marinha as mulheres continuam ocupando um espaço segmentado, ou seja, não exercem atividades fim em disputa

direta com os homens. A disputa de poder é um importante componente na formação da categoria gênero, pois incide diretamente sobre os limites de sua reconstrução.

Em 1995 foi elaborada pelo Estado-Maior das Forças Armadas a cartilha intitulada *A profissão militar*⁶⁶, visando subsidiar as decisões do Governo Federal e seus poderes Legislativo e Judiciário a respeito das várias propostas de emendas à Constituição de 1988 que estavam em andamento no Congresso. São listadas várias características da profissão, mas devido ao recorte do nosso estudo, vamos nos ater às seguintes: disponibilidade permanente, mobilidade geográfica e aperfeiçoamento constante.

A característica da disponibilidade permanente para a atividade profissional exige que os (as) militares estejam disponíveis para a falta de horário fixo para sair do quartel até a possibilidade de ser convocado para o trabalho a qualquer hora e dia. Além das várias viagens, escalas de serviço (plantões) durante feriados e finais de semana são uma regra, um tempo que tem um valor social próprio, posto que seria o tempo de folga e convívio familiar. O elevado nível de disponibilidade repercute de maneira desigual sobre as mulheres devido à sua sobreposição de tarefas e responsabilidades legitimada pela divisão sexual dos papéis sociais nas esferas pública e privada. Ainda assim, as mulheres (e os homens) ingressam na carreira militar também devido à proteção social conferida pela estabilidade.

Em qualquer época do ano o (a) militar pode ser movimentado (a) para outra região do país, nem sempre por opção, gerando uma situação de mobilidade geográfica complexa que afeta toda a família, envolvendo a adaptação à uma nova rede de relações sociais e culturais, readaptação escolar dos filhos, realocação ou afastamento da esposa (marido) no mercado de trabalho e algumas vezes o distanciamento dos parentes⁶⁷. Embora haja uma intenção da Marinha em movimentar pouco as mulheres militares, isto não chega a ser uma garantia, tornando-se sim, garantia de mais uma diferenciação⁶⁸.

Quanto ao aperfeiçoamento constante, os (as) militares passam por um sistema - diferenciado - de educação continuada, agregando conhecimentos para o desempenho nos

66 Embora muitos militares discordem sobre a classificação do ser militar “apenas” como uma profissão.

67 No Brasil existem pelo menos dois estudos recentes sobre as famílias de militares que corroboram com nossa observação. Bongestab (2007) analisa as consequências familiares das movimentações dos militares a partir do depoimento de esposas de praças da Marinha e Silva (2007) analisa a influência do espírito corporativo militar nas famílias a partir do depoimento de esposas de oficiais do Exército. As entrevistadas nestes estudos citam também alguns aspectos positivos do fato.

68 Nas palavras do ex-Ministro da Marinha, Almirante Mauro César Flores: “[...] não é que não possam ser movidas, legalmente, podem, mas não há nenhum interesse em ficarmos mexendo com essas moças para lá e para cá [...]” (D’ARAÚJO, 2003).

diversos níveis de poder. O acesso das mulheres a estes cursos foi parcialmente modificado com a reformulação dos quadros implementada pela Lei nº 9.519, de 26/11/1997, que extinguiu o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva⁶⁹. As mulheres foram integradas aos demais quadros, tornando-os mistos, exceto aqueles oriundos das Escolas de Aprendizes-Marinheiros (EAM) e da Escola Naval (EN), o que impede o acesso (deles e delas - componentes dos quadros mistos) ao mais alto posto, Almirante-de-Esquadra. Tal mudança extinguiu a exclusividade do segmento feminino nos quadros de pessoal, conferindo às mulheres um *status* de quadro permanente, e não mais "auxiliar" e "reserva" como estava contida na sua própria designação.

Significou principalmente a expectativa da proximidade feminina com funções de poder, já que foi autorizado o acesso das militares dos Quadros de Saúde e Engenheiros até o posto de Vice-Almirante. Entretanto, se o acesso ao poder depende do cumprimento dos requisitos previstos no plano de carreira de oficiais, veremos no próximo capítulo que, o exercício legitimado deste poder pelas mulheres prescinde ainda de outros elementos. Alguns avanços e oportunidades de carreira da unificação dos Quadros: cursos, comissões no exterior, missões por tempo limitado em navios hidrográficos, oceanográficos e de guerra e em helicópteros. Permanecem ainda proibições quanto aos cursos específicos para qualificações de combate.

Ao visualizarmos em seu conjunto o quadro composto por algumas das características afetas à profissão militar, notadamente a disponibilidade permanente, a mobilidade geográfica e o aperfeiçoamento constante, somos levados a concordar sobre o quanto estas instituições, devido ao seu alto nível de exigência são conflitivas com outra instituição igualmente ávida por disponibilidade e energia: as famílias (classificadas como "vorazes" em CARREIRAS, 1999). Somando o papel de protagonista atribuído socialmente à mulher na instituição familiar às suas funções profissionais na instituição militar, podemos concluir que as mulheres militares⁷⁰ servem à dois senhores exigentes, à duas instituições "vorazes".

As alterações - já mencionadas - nos arranjos familiares contemporâneos que atingem também as famílias militares, podem acentuar este potencial de conflito e complexidade:

69 Obscurecendo também alguns símbolos do pioneirismo desta presença feminina, como o cada vez menos conhecido hino "Mulheres em Armas" (anexo) e a medalha "Mérito Feminino", conferida às primeiras colocadas nos cursos de formação militar.

70 Cada vez mais vem se apresentando uma nova demanda de homens militares viúvos ou separados que criam seus filhos ou mesmo homens separados que têm o direito à guarda alternada.

famílias monoparentais entre militares homens e mulheres e casamento entre militares. Estudos internacionais⁷¹ têm revelado que para a mulher militar (e provavelmente para o homem militar também) é melhor o casamento com um militar do que com um civil, pois no segundo caso as movimentações significariam ou o fim do casamento ou a recolocação no mercado de trabalho para o cônjuge. A instituição militar também aparece como beneficiada na medida em que há uma maior aceitação mútua das exigências profissionais.

A socióloga portuguesa Helena Carreiras (1999, p. 105), uma estudiosa da condição feminina nas Forças Armadas daquele país, cita como fato reconhecido por diversos pesquisadores, que tal característica - alto nível de disponibilidade - embora não exclusiva do militarismo ou das mulheres⁷², penaliza de forma específica as mulheres militares, sendo determinante na elaboração das suas estratégias, arranjos e opções de carreira. Acrescenta ainda que tal complexidade está longe de sua resolução mesmo nos países com mais ampla experiência de admissão feminina, entretanto em alguns destes países há um consenso sobre a necessidade de implementação de programas de apoio familiar e expansão de redes de apoio à infância. Complementarmente, Segal (1999) caracteriza a participação das mulheres nas Forças Armadas americanas - observado também em nossa pesquisa - associada muitas vezes a um casamento tardio, a uma idade tardia de nascimento do primeiro filho e a um número reduzido de filhos.

Enquanto tais políticas de proteção social não são uma realidade, uma das estratégias desenvolvidas individualmente pelas mulheres de alguns países é a administração de uma "carreira a duas velocidades", com alto nível de disponibilidade antes da maternidade e com preferência por um ritmo mais calmo e com pouca mobilidade após a maternidade. Mas é uma estratégia que não está isenta do ônus de custos profissionais que podem variar desde a pressão por maior disponibilidade exercida por alguns chefes à não indicação para funções de prestígio que requerem horário irregulares, culminando na sua ausência dos jogos de poder. Claro está que a variação do nível de disponibilidade das mulheres para a carreira após a maternidade, depende especialmente do tipo de rede de apoio obtido, num arranjo onde

71 Cf. Carreiras (op. cit.) e Segal (1999).

72 Por exemplo, em estudo sobre a hierarquia de gênero no campo da medicina, Dayse de P. Silva (1998) cita que as mulheres médicas apresentam dificuldades por sua profissão exigir uma extensa jornada de trabalho com horários especiais, trabalho noturno, finais de semana e feriados, além da jornada de estudos para atualização constante. Embora os médicos também vivam estas dificuldades, esta não ocorre na mesma intensidade das mulheres.

interagem diversos elementos: disponibilidade familiar, recursos financeiros, extensão do trajeto residência-trabalho e respectiva rede de transporte, serviço de creche, confiabilidade do serviço de babá e outros.

Ao enfatizarmos as peculiaridades das mulheres para sobrepor suas funções profissionais ao seu papel social na família, certamente não estamos dizendo que as mulheres dedicam-se menos à vida militar. O que os estudos têm mostrado e notamos também em nossa pesquisa é que as mulheres militares têm sido exemplo de dedicação e compromisso profissional. Embora amparadas em redes sociais de proteção privadas, no longo prazo, se tiverem que sacrificar penosamente - posto que acompanhado de culpa - alguma esfera, é a esfera familiar a prejudicada, dada também a dependência dela e da família de sua atividade econômica.

2.4 A PRESENÇA FEMININA NO LUGAR INCOMUM

Se a presença das mulheres nas fronteiras de combate militar é algo que se constitui em um lugar incomum⁷³, devemos mencionar, ainda que brevemente, alguns casos de mulheres brasileiras que, com ou sem o consentimento dos homens, ousaram constituir a exceção neste território dominado pela virilidade. Desde o Brasil colônia, as mulheres travaram batalhas pela conquista da terra, na luta contra os índios e nas campanhas nacionalistas. Embora silenciadas pelo descaso dos historiadores, muitas foram as mulheres que desafiaram o modelo patriarcal de suas épocas para lutarem em postos de combate ou próximas a eles. Seja por motivos que remontam ao que parece ser um prolongamento do seu papel de mães que protegem os seus filhos (contradição entre mulheres frágeis, desprotegidas e mães protetoras de seus filhos), seja por amor à Pátria, pelo amor à liberdade isenta da coação masculina ou por um aguçado senso humanitário, elas adentraram no "solo sagrado" da masculinidade: a guerra.

Maria Quitéria de Jesus Medeiros foi a primeira mulher brasileira que se tem registro,

73 Datam da Antiguidade registros sobre mulheres que travaram combates e lideraram exércitos: "Artemisa, primeira Rainha do Halicarnasso, combateu ao lado de Xerxes, Rei dos Persas. Semíramis, Rainha da Assíria e Babilônia, conquistou um império. Tomires, Rainha dos Massagètes, derrotou Ciro. Boadicée, na Bretanha, Velleda, na Alemanha e Zenóbia, no Oriente, enfrentaram as legiões romanas" (CAIRE, 2002, p. 37). No século 12, um exército de 300 mulheres liderado pela Rainha da França, Leonor de Aquitânia, lutou nas Cruzadas. Na Guerra de Independência Grega, destacaram-se Lascarina Boubolina (1771-1825) e sua atuação no cerco de Trípoli e a milícia comandada por Mado Mavrogenous (1797-1838). Cf. PERROT, 1991.

a usar uma farda militar. Foi criada de maneira livre nas terras da fazenda de seu pai, aprendendo a manejar com habilidade armas, a caçar e a montar. Após fugir de casa, alistou-se como voluntária disfarçada de "soldado Medeiros". Lutou com grande empenho contra os portugueses pela independência da Bahia em 1823, tendo recebido do Imperador D. Pedro I um soldo de Alferes de Linha e a condecoração da Ordem Imperial do Cruzeiro. Mas a corajosa soldado, e talvez tantas outras, travava uma dupla batalha:

[...] aqui lutava-se pela vida, pela nossa Cachoeira, pela Pátria. Mas uma voz secreta me sopra que também luto por mim. Estou guerreando, sim, para libertar Maria Quitéria de Jesus Medeiros da tirania paterna, dos sofridos afazeres domésticos, da vida insossa⁷⁴.

Também nas batalhas travadas durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), centenas de mulheres lutaram ao lado dos homens, sendo excluídas da memória nacional oficial pela maioria dos historiadores. Na marcha da "Retirada de Laguna", 200 mulheres participaram do episódio, sendo que cerca de sessenta sobreviveram até o final (LEONZO, 1998). Mas apenas a enfermeira voluntária Ana Nery costuma ser "tradicionalmente" lembrada pela história, notabilizada por qualidades tidas como femininas como sua grande abnegação e amor à Pátria, o que lhe valeu o reconhecimento como "mãe dos brasileiros".

Se Ana Nery participou da Guerra do Paraguai⁷⁵ na condição de apoio e assistência aos feridos em batalha, o mesmo não ocorreu com a jovem cearense Jovita Feitosa (17 anos), que tentou combater clandestinamente no mesmo conflito. Ao ser descoberta já integrando as tropas no Rio de Janeiro, recusou a oferta de participar da guerra apenas como enfermeira. Durante meses foi exposta como alvo de homenagens e aplausos numa estratégia do Ministério da Guerra para estimular a adesão de novos voluntários na luta pela Pátria. Em relatos de guerra não constantes da história oficial, figuram ainda casos como os de "Floribela" e "Maria Curupati", combatentes que, segundo o General Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel, lutaram na Batalha de Tuiuti⁷⁶.

74 Cf. site do Instituto Maria Quitéria: <<http://www.imaq.org.br>. Acesso em: janeiro 2008. Conteúdo atribuído ao livro "A guerra dos foguetões machos" de Hélio Pólvora.

75 Em 1894, a enfermeira britânica Florence Nightingale já havia participado da Guerra da Criméia e estruturado um corpo de doutrinas e caminhos para a enfermagem moderna.

76 Cf. LEONZO, 1998.

Em 1932 outra mulher "invadiu" as fileiras do Exército para lutar clandestinamente, fardada e com fuzil, entre os combates das tropas legalistas travados em São Paulo: a cearense Ana Vieira da Silva. Em reconhecimento por seu ardoroso desempenho, foi incorporada na condição de adida à 2ª Companhia do 1º Batalhão do Exército.

Tais episódios inusitados de mulheres que individualmente e muitas vezes, clandestinamente invadiram o espaço da guerra, ao expô-las à posição de símbolos e heroínas podem tanto conter o elemento do avanço e da mudança, quanto podem projetar a imagem da continuidade de estereótipos. Para sobreviverem neste ambiente fechado, muitas vezes as mulheres foram levadas a adotar e reforçar o comportamento ditado pelas regras masculinas.

Em 1944, quando o Brasil preparava-se para enviar um contingente de pracinhas para os campos de batalha da II Guerra Mundial, recebeu solicitação do Comando Aliado para garantir os hospitais de campanha na Itália com enfermeiras brasileiras. Neste mesmo ano embarcou sua Força Expedicionária para Itália incluindo sessente e sete enfermeiras do Exército e seis da Força Aérea.

A enfermeira-chefe do grupo brasileiro, Major Elza C. Medeiros⁷⁷, escreveu em 1955 um interessante livro de crônicas sobre a guerra, segundo ela com a "intenção de mostrar às gerações após guerra, com o máximo de simplicidade e clareza, o lado humano, o lado burlesco de nossa vida de campanha" (MEDEIROS, 1955, p. 10).

Em menção ao tratamento dado por alguns brasileiros e brasileiras às pioneiras enfermeiras, a autora escreve:

Línguas ferinas se encarregaram de, ou por despeito ou por inveja, procurar desmoralizar as enfermeiras militares. Devo entretanto esclarecer que só a pequenez de espíritos mesquinhos assim o fazem. Não afirmarei que eram santas, nem que eram as melhores enfermeiras do mundo, porém, com a responsabilidade do cargo que ocupei, [...]. (ibid, p. 253).

Este tipo de reação perante o inédito envio de brasileiras para a guerra, revela uma faceta do confronto entre a dimensão militar e a dimensão cultural do fato. Ao embarcar brasileiras para a guerra, criou-se um descompasso causado pela introdução de representações sociais

77 A Major Enfermeira Elza foi agraciada com 36 condecorações militares nacionais e estrangeiras. Em 16/04/07 tomou posse da Cadeira de Historiadora Militar Terrestre, na Academia de História Militar Terrestre do Brasil. Disponível em: <<http://www.anvfeb.com.br>>. Acesso em: 31 outubro 2007.

importadas precocemente de países portadores de uma trajetória militar e cultural singulares⁷⁸. Foi imposto um modelo cujas práticas sociais precederam à formação e ao amadurecimento das respectivas idéias e necessidades pela nossa sociedade, prevalecendo a dimensão militar. O embarque da FEB e seu contingente feminino cumpriu a lógica de soluções para as necessidades de pessoal em tempos de guerra: a prevalência do componente militar sobre o componente cultural, neste caso fortemente combinado ao seu uso político⁷⁹. Ainda assim, este episódio da história militar tem sua inegável importância enquanto um primeiro passo no longo caminho da construção da memória das mulheres militares do Brasil.

Ao refletirmos sobre o significado central que o paradigma de virilidade ocupa na formatação das práticas e representações militares, acreditamos ter contribuído para o entendimento da concepção subjacente à construção inicial do espaço reservado à mulher militar e seus contornos demarcados por hierarquias de gênero. Deste modo, passaremos a abordar em que medida os valores e comportamentos dos homens militares e da própria instituição sofreram alterações - e continuidades - a partir da interação com representações e qualidades tidas como femininas. E igualmente em que medida as mulheres militares também sofreram mudanças assimilando qualidades tidas como masculinas. Mas ressaltamos que tal valorização não assume um enfoque dicotômico que possa sugerir que as mulheres masculinizaram-se ou que os homens feminilizaram-se. Afinal, posto que as relações de gênero são socialmente construídas, podem também ser reconstruídas, assumindo contornos que permitam o surgimento de traços característicos de masculinidades e feminilidades enquanto elementos indissociáveis presentes em todos os sujeitos (STRATHERN, 1997).

78 Em países da Europa, durante a I Guerra Mundial, algumas mulheres já atuavam na resistência e na espionagem ("exército das sombras"). Em 1942, os EUA criaram um serviço de relações públicas e realizaram pesquisas de opinião baseadas nos exemplos inglês e canadense, pois a população mostrava-se hostil ao projeto de criação do corpo feminino. Durante a II Guerra Mundial as mulheres em vários países já haviam conquistado o lugar de auxiliares não-combatentes dos exércitos, sendo que em países como a Rússia, as mulheres atuavam como combatentes em todas as frentes de combate (CAIRE, 2002).

79 Ao Brasil interessava atender ao Comando Aliado objetivando ocupar uma posição de destaque no cenário internacional como aliado especial dos Estados Unidos.

3 RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER NO CAMPO MILITAR: avanços, entraves, saber legítimo e poder condicional

*Brasil, tens agora mulheres
A servir também em armas.
A Bandeira como escudo,
A Marinha como espada.
O exemplo, nossa missão.
Versos do hino "Mulheres em Armas" (anexo)*

Neste capítulo procederemos à análise das entrevistas realizadas e de alguns documentos selecionados, procurando qualificar as mudanças e permanências que a inserção da mulher ocasionou nas relações de gênero no âmbito militar, utilizando-se o referencial teórico adotado conforme explicitado nos primeiro e segundo capítulos. Ao falar de mudanças e permanências nas relações de gênero, pretendemos não persistir na análise das desigualdades que poderia conduzir ao falso caminho do fatalismo imobilizante, mas almejamos enfatizar as possibilidades de avanços com vistas à igualdade que podem ser engendradas no espaço do contraditório desta instituição. Avanços cujas potencialidade e continuidade estão diretamente atreladas à capacidade de adaptação e inovação das estruturas institucionais, notadamente no que se refere às políticas de assistência, ingresso, promoção e acesso na carreira. Importa esclarecer que não abordaremos prolongadamente a polêmica sobre as mulheres combatentes, muito embora tal aspecto não esteja imune ao nosso exame crítico. A este respeito vários estudos têm sido elaborados⁸⁰ e os debates na maioria dos países parecem ainda estar longe do fim⁸¹.

80 Como exemplos podemos citar a abordagem internacional deste dilema retratada por Caire (2001), o discurso institucional das autoridades brasileiras a esse respeito pesquisadas por D'Araujo (2003) e a palestra proferida pelo Tenente-Coronel Félix A. Oliveira Sousa (2007) durante seminário em comemoração aos 25 anos do ingresso da mulher na Força Aérea Brasileira (FAB), intitulada *O engajamento das mulheres militares nas operações de guerra: a visão da FAB*.

81 Em 1994, sob o êxito do desempenho das mulheres na Guerra do Golfo, fato que ganhou a atenção pública,

3.1 METODOLOGIA E ESPECIFICIDADES DO CAMPO DE PESQUISA

A realidade estudada refere-se às relações profissionais de gênero no contexto do campo militar naval a partir da admissão da mulher militar em seu efetivo. Tal admissão estendeu-se tanto às mulheres do então Quadro de Praças (nível médio técnico), quanto às do Quadro de Oficiais (nível superior), sendo que nosso estudo abrangeu amostras dos dois níveis hierárquicos⁸² de militares lotados em várias unidades sediadas no Rio de Janeiro. As mulheres representam 5,5% do efetivo total de militares da MB⁸³ (em serviço ativo), sendo que 80% estão lotadas nas unidades do Rio de Janeiro, e destas, 18% possuem mais de 20 anos de carreira militar. Assim sendo, realizamos uma amostragem de entrevistas com dez mulheres militares, sendo cinco pertencentes ao Quadro de Praças e cinco pertencentes ao Quadro de Oficiais. E uma amostragem de entrevistas com dez homens militares, também com mais de 20 anos de carreira (39% do efetivo total), representando uma quantidade equivalente ao número de mulheres entrevistadas.

Importa constar que, não intencionalmente, a maioria dos homens oficiais entrevistados possuem formação em escola superior militar, o que conferiu contornos diferenciados aos seus discursos. As militares e os militares com mais de 20 anos de serviço representam uma importante parcela de sujeitos para o nosso estudo, pois possuem uma significativa vinculação ao nosso tema, uma vez que vivenciaram a linha histórica da inserção das mulheres militares num ambiente, até então, de domínio masculino. Obviamente tal amostragem não reúne os requisitos estatísticos necessários para compor um padrão de

os EUA cancelaram a lei de 1948 que proibia a participação de mulheres em combate aéreo, o que favoreceu sua presença também nos navios de guerra. Onze anos depois, sob o impacto das mortes (35) e ferimentos (270) das mulheres militares na Guerra do Iraque, renovando-se o polêmico debate, a Câmara de Representantes exigiu do Pentágono um novo estudo sobre o envio de mulheres para regiões de combate. A questão assume um contorno polêmico atual pelo fato de que muitas vezes, como é o caso no Iraque, é quase impossível demarcar áreas de combate direto e indireto, controlando assim os riscos a que às militares estariam sujeitas. Atualmente, em pleno andamento da Guerra do Iraque e com índices de recrutamento americano abaixo do esperado, o Exército mantém inalterado o discurso oficial de não enviar mulheres para o combate direto, entretanto sabe-se o quanto são tênues, nas regiões de conflito, os limites entre as fronteiras da linha de combate e das funções de apoio. www.noticias.uol.com.br. Acesso em 31/10/2007.

82 Na cultura organizacional da Marinha há diferenças marcantes determinadas pelo binômio hierarquia/disciplina entre o pessoal militar do quadro de praças (marinheiro, cabo, sargento e suboficial) e do quadro de oficiais (tenente, capitão-tenente, capitão-de-corveta, capitão-de-fragata, capitão-de-mar-e-guerra e almirante), o que têm determinado algumas diferenças na construção das relações de gênero no âmbito militar.

83 Dados obtidos junto ao setor de pessoal da Marinha em junho/2006.

ocorrência - o que não é nosso objetivo -, entretanto é representativa das sociabilidades compartilhadas, permitindo a qualificação de um horizonte de "possibilidades expressivas" inscritas nas fontes orais e memórias destes sujeitos (PORTELLI, 1996).

Configurou-se como nosso objetivo a caracterização do processo histórico engendrado no cotidiano das relações de gênero entre os militares inseridos no universo organizacional da Marinha, abrangendo: a identificação das representações simbólicas que estes sujeitos sociais têm sobre si mesmos segundo os lugares que ocupam nas relações de trabalho, a avaliação de configurações discriminatórias de gênero frente às normas para ingresso, promoção e acesso na carreira, o conhecimento dos espaços de poder ocupados pelas mulheres nos diferentes níveis hierárquicos e a identificação do impacto causado pela ocupação parcial dos domínios masculinos.

Em cumprimento a este objetivo, desenvolvemos nossa pesquisa de modo a caracterizar a trajetória das configurações de gênero construídas sobre a base das diferenças sexuais e sociais, entendendo este processo em suas determinações e transformações elaboradas a partir das representações sociais dadas pelos próprios sujeitos envolvidos no cotidiano profissional das mulheres e homens militares da MB. Tal trajetória tem como um dos marcos mais importantes a unificação de alguns quadros de carreira mistos (1997), separados por critérios de especialidades profissionais e formas de ingresso, e não mais de maneira restritiva por sexo.

Para realização do levantamento dos dados a serem analisados, utilizamos entrevistas semi-estruturadas com os homens e mulheres do espaço organizacional em foco, elaboradas também a partir da observação das relações sociais cotidianas entre estes sujeitos do ponto de vista nativo da pesquisadora inserida na realidade a analisada. As entrevistas foram elaboradas também levando-se em conta os resultados de um questionário-teste previamente aplicado junto a uma parcela da amostra. A partir do que buscou-se agrupar as questões do roteiro de modo a qualificar as mudanças e permanências em três eixos principais: dimensão ético-cultural das relações profissionais de gênero, dimensão estrutural institucional e a intersecção entre a esfera pública e a vida doméstica. Procedeu-se também a uma análise documental, buscando traçar um paralelo entre alguns discursos dos entrevistados (memória individual) e o discurso institucional (representante da memória oficial e em certa medida, formador de uma memória coletiva). Para tanto, foram selecionados os Boletins de Ordens e Notícias (BONO)

referentes às comemorações anuais do ingresso da mulher militar de 1982 a 2008⁸⁴. Conforme abordaremos, foi observada alguma convergência entre a memória oficial expressa nestas notas anuais de celebração do passado e a memória individual principalmente da oficialidade, o que indica um enquadramento desta a partir do material fornecido pela história institucional. Bem como observamos em algumas respostas uma elaboração interna dos sujeitos na tentativa de controlar ou minimizar as feridas e tensões presentes em suas lembranças pessoais para adequá-las à imagem oficial do passado. O que significa uma tentativa de acomodação e sobrevivência ao meio estudado (POLLAK, 1989).

As entrevistas foram elaboradas a partir de um conjunto de categorias que permitiu sua aplicação tanto junto aos homens quanto às mulheres militares, possibilitando uma análise comparativa dos resultados. A interação entre a pesquisadora e os entrevistados foi permeada por um cuidado na identificação e controle das distorções inerentes à toda relação de pesquisa, utilizando uma escuta ativa e metódica que favoreceu a revelação da verdade do entrevistado. Procurou-se interpretar os sinais sociais mais sutis (silêncios, ambiguidades, ironia etc), na apresentação e condução das entrevistas de forma clara e tranquila, propícia a uma compreensão mais reveladora da versão do entrevistado. Houve também um cuidado em produzir textos explicativos sobre os objetivos da pesquisa, seus procedimentos e sigilo, buscando dar um conhecimento antecipado destes aos entrevistados. Foi também disponibilizado o roteiro de entrevistas para o conhecimento prévio. Acreditamos que estes dois procedimentos contribuíram não somente para quebrar alguma resistência ou desconfiança porventura existente, bem como favorecer o resgate da memória dos entrevistados sobre o período histórico pesquisado.

Coube aos entrevistados a escolha do local para entrevista e o tipo de registro de dados, se por meio de gravação ou por digitação simultânea das respostas com posterior conferência e alterações por parte dos respondentes. A grande maioria optou por entrevistas no local de trabalho (em salas reservadas) com digitação simultânea das respostas. A peculiaridade da posição hierárquica da pesquisadora enquanto oficial, bem como sua condição de familiaridade com a grande maioria dos entrevistados, concorreram para imprimir um baixo nível de controle dos entrevistados sobre a utilização do conteúdo das entrevistas. Dentre os

84 Por indisponibilidade temporária do Serviço de Documentação da Marinha, deixaram de ser analisados os documentos referentes aos anos de 1984, 1986, 1988, 1989, 1992 a 1994 e 1997.

entrevistados, apenas seis eram mais antigos que a entrevistadora, e apenas um revelou alguma dúvida sobre tal utilização, ficando satisfeito com a postura investigativa inerente aos pesquisadores responsáveis por aquilo que interpretam.

Embora o conhecimento privilegiado possa ter influenciado em algumas inferências sobre a realidade estudada, a pesquisadora a partir do seu ponto de vista singular, buscou por meio de sua elaboração intelectual, assumir todos os pontos de vista possíveis (BOURDIEU, 1997). Talvez uma vantagem tenha sido a relatada por Castro (2007) e Leirner (1997), acreditando que tanto a pesquisa de campo quanto a análise dos conteúdos das entrevistas realizados no campo militar, revestem-se de características próprias cujo conhecimento por parte do pesquisador é vital para a decodificação deste universo. Leirner salienta que uma das características chave para o entendimento da identidade militar e das relações sociais entre eles é a hierarquia, que nos permite entender as particularidades da instituição militar. Por outro lado, a nossa experiência mostrou que o que à primeira vista parece uma vantagem pode transformar-se numa dificuldade a desafiar nosso distanciamento investigativo. O desafio residiu justamente na familiaridade dos princípios da hierarquia e disciplina enquanto normas de conduta presentes no cotidiano da "pesquisadora da casa", em contraposição ao seu domínio enquanto chaves analíticas. Contudo, acreditamos que um constante esforço de lucidez científica tenha contribuído para superação de tal obstáculo o suficiente para não comprometer os resultados com uma análise que poderia deixar-se prender na armadilha do controle da memória estudada.

Puppín (2001) teceu algumas considerações importantes para a elaboração do roteiro de entrevistas. Esta autora tendo por referência Joan Scott, entende gênero, primeiro, como um conjunto de representações que estrutura toda a percepção e organização simbólica da vida social dos sujeitos, e, segundo, como estritamente articulado com uma organização desigual de poder. Assim, tornou-se necessário que as perguntas do roteiro contemplassem algumas categorias, tais como: a representação das relações de gênero dos sujeitos sobre si mesmos e os outros (entre outras, abordando as categorias interpolação e vulnerabilidade feminina); a correlação entre as mudanças históricas e as mudanças percebidas nas relações de gênero e nas relações de poder; a presença nos discursos dos sujeitos de símbolos culturais baseados em concepções binárias categóricas dos gêneros; caracterização das mudanças nas relações de gênero e a correlação de forças envolvidas na disputa entre os sujeitos (tratamento

desqualificador, assuntos segregários); impacto da presença feminina no enfraquecimento da codificação do masculino e do feminino nas relações de trabalho; caracterização do processo de permanente convencimento da competência da mulher; dificuldades e estratégias das mulheres para conciliação entre as responsabilidades da vida privada e da esfera pública e moldagem das mulheres - e dos homens -, seus valores e comportamentos pelas relações engendradas no trabalho. Dessa forma, aproximamos nosso estudo de uma análise que buscou atingir o entrelaçamento destas categorias e da constituição das relações de gênero que permeiam as práticas cotidianas destas mulheres e homens.

A análise e interpretação dos conteúdos das entrevistas e dos demais documentos citados, privilegiou uma abordagem pós-estruturalista de desconstrução da lógica interna das categorias identificadas, a fim de expor suas limitações e possibilidades. Esta desconstrução implicou na análise das diferenças dos conteúdos colhidos, na compreensão dos seus significados para os sujeitos, revelando a interdependência de termos aparentemente dicotômicos. Compreendeu também o cruzamento dos dados entre as fontes orais e documentais a fim de uma análise comparativa entre as memórias individuais e a memória oficial. Os discursos das fontes orais, suas posições, não são naturais ou normais, mas construídos para fins particulares em contextos singulares a partir daquilo que o sujeito lembra ou acredita lembrar. Desta forma, ocorreu em nossas entrevistas um "enquadramento da memória", ou um controle da memória, situação em que o relator não externaliza alguns fatos ou o faz de forma distorcida visando resguardar pessoas ou instituições. Ao comentar sobre as imagens que os sujeitos forjam para si mesmos, Pollack (1989, p. 10) explica: "o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo", prosseguindo com sua argumentação sobre a importância de analisarmos as incoerências, descontinuidades e rupturas das fontes orais e documentais. Esta abordagem, ao utilizar o fio condutor do relato de cada fonte como um caminho de reconstrução de sua identidade, permitiu também expor as diferenças internas a cada categoria, pois não há uma entidade homogênea "mulher" e uma entidade homogênea "homem", mas uma multiplicidade de relações sociais nas quais a diferença sexual está construída de diversos modos.

Quanto à análise do conteúdo obtido, foi realizada uma primeira leitura para contato com sua estrutura, sendo identificada a orientação para sua pré-análise e as impressões iniciais sobre a sua mensagem manifesta e não manifesta (para apreendê-la como resultado de

determinados processos de construção social). Vale observar que a mensagem não manifesta nas fontes orais pode significar, de acordo com cada contexto, desde uma zona de esquecimento à uma angústia de ser punido por aquilo que se diz ou de ser mal interpretado. Em continuidade, de acordo com os objetivos e problematização do estudo, definimos as unidades de registro, as unidades de contexto, trechos significativos e categorias presentes nos conteúdos. As unidades de registro, os trechos significativos e as categorias, podem ser palavras, frases ou tema presentes nos conteúdos e que estejam diretamente imbricadas com os objetivos e problematização do estudo. As unidade de contexto, referem-se à conjuntura sócio-econômica e política a que pertence o grupo social estudado, bem como à sua história⁸⁵. Em seguida procedemos à exploração do material, aplicando-se o referencial teórico definido às unidades de registro e de contexto identificadas.

Posteriormente efetuamos o tratamento e interpretação dos resultados obtidos, buscando desvendar o conteúdo subjacente ao manifesto, focando ideologias, tendências e outras determinações peculiares às relações de gênero no trabalho. Sempre a partir de um questionamento sobre estes dados com base no referencial teórico adotado. Na análise final articulamos os dados obtidos ao referencial teórico da pesquisa, repondendo aos objetivos delineados, buscando relacionar o concreto e o abstrato, o universal e o singular, a teoria e a prática, privilegiando a postura crítica que permitiu superar a análise polarizada pró-feminista ou heterossexista. Retornando ao enquadramento da memória, nesta fase da interpretação foi importante articular sua ocorrência ao fato de que a história da inserção da mulher militar na Marinha, é uma história que ainda está em formação, fazendo parte do cotidiano destes sujeitos que podem, por este motivo, tentar poupá-la de fatos que possam expô-la negativamente (ABREU, 1994). Possibilidade que ocorreu principalmente em relação ao discurso dos homens oficiais.

Vale lembrar ainda que estas considerações também se aplicam a outros segmentos minoritários e/ou excluídos que se apresentam em transversalidade à questão de gênero, tais como raça/etnia, homossexualidade, geração e classe socioeconômica. Embora não sejam abordados neste estudo devido à delimitação de nosso objeto, não ignoramos a sua existência

85 Segundo pesquisa realizada na MB em 2003, 45% dos militares pertencem à classe social C (5,5% dos respondentes eram mulheres). Foi utilizado como índice da classe sócio-econômica uma adaptação do sistema de pontuação da Associação Nacional de Empresas de Pesquisa (ANEP), a partir da obra de JANUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Alínea, 2001.

enquanto fatores a impactar as relações de gênero. Importa ainda reconhecer que as imprecisões são parte constitutiva de todo trabalho de pesquisa, de toda formulação teórica, pois como disse Bourdieu (2005) sem querer sepultar a possibilidade da transformação, nossas interpretações (estruturas mentais/subjetivas) são influenciadas pelas estruturas objetivas (de distribuição dos diferentes tipos de capital), adquirindo uma existência própria que tende a agir de forma a reproduzir padrões e representações socialmente estruturados. Ao que podemos acrescentar que nossas interpretações também são restritas porque ao compreendermos, reduzimos todo um leque de possibilidades e conhecimentos à nossa percepção singular de entendimento, que por sua vez está condicionado à historicidade do momento em que é realizada, bem como ao seu caráter aproximativo do objeto, sem pretender esgotar as possibilidades de leitura crítica desta realidade.

Dentre os aspectos específicos referentes à pesquisa de campo com militares, cujo domínio é um diferencial importante para o entendimento e decodificação da complexidade deste universo, existe a necessidade de conhecimento do pesquisador acerca das características internas desta instituição. É preciso conhecer também o processo de construção da identidade militar a partir de símbolos utilizados para conferir significado à sua própria existência e, sobretudo, noções da relevância de questões como comando, liderança, hierarquia e disciplina (CASTRO, 2000). Outro desafio metodológico foi considerar a construção da identidade militar sem deixar de analisá-la também em suas relações externas enquanto instituição nacional inserida no contexto político da sociedade (LEIRNER, 1997).

3.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em relação ao perfil dos nossos grupos de entrevistados, conforme mencionado, pertencem ao vasto segmento econômico situado na classe média brasileira, havendo neste espectro variações de renda entre os soldos das praças e dos oficiais, tanto homens quanto mulheres, segundo o escalonamento da pirâmide hierárquica. Entretanto, alguns podem apresentar rendas familiares superiores devido à composição com o cônjuge.

O grupo de oficiais é composto por homens e mulheres que apresentam entre 25 e 32 anos de serviços prestados à Marinha, possuindo idade entre 43 e 50 anos. Todos possuem escolaridade de nível superior. Neste grupo os rendimentos dos homens compõem entre 60 e

100% da renda familiar, sendo a maioria dos entrevistados (60%) enquadrado na composição de 100%. Entre as mulheres a participação na renda familiar apresenta a mesma variação, sendo a maioria (60%) enquadrada na composição de 80 a 100% da renda familiar. Dentre o grupo de oficiais estudado, os homens em relação às mulheres, apresentam uma ligeiramente maior participação financeira na composição da renda familiar.

A maioria dos homens são casados em média há 22 anos, exceto um solteiro. Todos são casados com cônjuges civis e foram pais em média aos 28,5 anos. Possuem em média 2 filhos na faixa etária compreendida entre os 8 e 22 anos. A pessoa indicada como responsável pelos cuidados diários aos filhos foi a esposa, sendo que ajudada pela avó em somente um caso. Em relação às mulheres, o estado civil apresenta situações mais diversificadas: casadas em segunda união há cerca de 10 anos (40%), divorciada (20%), casada há 24 anos (20%) e solteira (20%). A maioria (60%) foi ou é casada com cônjuge militar e foram mães em média aos 29 anos. Possuem em média 1,5 filhos na faixa etária de 7 a 25 anos. Durante a jornada de trabalho materna, os filhos pequenos na maioria dos casos (40%) permanecem aos cuidados de empregada, seguida pela creche e avós. Estes dados indicam que as mulheres oficiais estudadas, possuem uma inserção mais ativa nos chamados novos arranjos familiares do que os homens oficiais, que por sua vez demonstram possuir um perfil familiar tradicional. O mesmo acontece no que se refere aos cuidados com os filhos durante as jornadas de trabalho, para os homens ainda predomina o arranjo clássico ancorado na figura materna enquanto as mulheres terceirizam estes cuidados pagando empregadas ou creches.

O grupo de praças é composto por homens e mulheres que possuem entre 21 e 27 anos de serviços prestados à Marinha, e idade entre 38 e 46 anos. Os homens praças em sua maioria possuem escolaridade de nível médio (60%), sendo o restante possuidor de escolaridade de nível superior. As mulheres praças possuem um nível de escolaridade inversamente proporcional ao dos homens, a maioria possui nível superior (60%) e o restante nível médio. Acreditamos que o nível de escolaridade das praças homens de uma faixa etária mais jovem apresenta uma elevação no índice de diplomados em nível superior. Esta questão será enfatizada em outros momentos do discurso dos entrevistados.

Neste grupo os rendimentos dos homens compõem entre 25 e 100% da renda familiar, sendo a maioria dos entrevistados (80%) enquadrados numa composição média de 92%. Entre as mulheres a participação na renda familiar apresenta uma variação entre 40 e 100%, sendo

que a maioria das entrevistadas (60%) estão enquadradas numa composição média de 76% da renda. Os homens apresentam uma maior participação financeira na composição da renda familiar, distanciando-se mais das mulheres em comparação com a diferença observada entre homens e mulheres do grupo de oficiais. No entanto, as mulheres de ambos os círculos hierárquicos possuem uma expressiva participação na renda familiar, longe de caracterizá-la como "renda complementar".

A maioria dos homens (60%) são casados em média há 20 anos, sendo um solteiro e um divorciado. Todos os casados possuem cônjuges civis, exceto um, e foram pais em média aos 26 anos. Possuem um filho na faixa etária entre 10 e 18 anos. Os filhos permanecem diariamente sob os cuidados da esposa (40%), seguida pela creche e pelos avós. Em relação às mulheres, a maioria é casada há cerca de 22 anos, exceto uma divorciada e uma casada em segunda união há 11 anos. Todas as casadas o são com cônjuge civil e foram mães em média aos 27,5 anos. Possuem em média 2 filhos na faixa etária de 6 a 20 anos. Durante a jornada de trabalho materna, os filhos pequenos na maioria dos casos permanecem sob os cuidados da creche (60%), seguida pela empregada. Um dos casais que faz uso da creche, apresenta também a participação do marido autônomo durante meio período nos cuidados com os filhos. Estes dados nos indicam que as mulheres apresentam uma pequena variação em relação aos arranjos familiares vividos pelos homens, sendo que o grupo total de praças e as mulheres oficiais apresenta uma diversidade maior nestes arranjos em relação aos homens oficiais.

Em relação aos cuidados com os filhos a maioria dos homens ainda utiliza o modelo centralizado na mãe, porém em menor proporção que os homens oficiais. E as mulheres praças, tal qual as mulheres oficiais, terceirizam estes cuidados pagando creches ou empregadas. Ao contrário do grupo de oficiais, o grupo de praças apresentou a ocorrência de casamentos militares no grupo masculino, o que pode sugerir a ocorrência razoável, pelo menos no início do ingresso da mulher militar, de casamentos entre círculos hierárquicos diferentes, notadamente entre mulheres oficiais e homens praças.

Segundo esta pequena amostragem dos grupos estudados, podemos dizer provisoriamente que há indícios, dado não ser possível estabelecer uma padrão de ocorrência, de que os novos arranjos familiares no campo militar naval, venham incidindo mais sobre as mulheres oficiais e as praças homens e mulheres do que sobre os homens oficiais. Embora tendo em perspectiva a faixa etária da geração abordada (entre 38 a 50 anos), novas pesquisas

com gerações mais jovens de militares podem apresentar novos contornos. Como seria de se esperar, o ingresso da mulher militar trouxe mudanças - articuladas às ocorridas na sociedade - não somente na esfera profissional, mas também na indissociável esfera familiar. Nestes novos arranjos elas participam cada vez em maior grau da renda familiar, sendo maior a proporção de participação oriunda das oficiais - quase igual a dos homens oficiais -, as uniões apresentam configurações variadas sobretudo por parte das mulheres militares (casamentos, recasamentos, divórcios), as uniões entre cônjuges militares são predominantes entre as mulheres oficiais e os filhos delas (oficiais e praças) permanecem sob os cuidados de empregadas e creches durante a jornada de trabalho, caracterizando o que Hirata (2007) chama de "modelo de delegação" e que preferimos chamar de maternidade compartilhada.

Em contrapartida, arranjos familiares mais tradicionais tendem a incidir mais sobre os homens oficiais, que em sua maioria contribuem com 100% da renda familiar, apresentam maior número de filhos, possuem uniões mais duradouras e menos divesificadas. As famílias de homens praças e mulheres oficiais apresentam um menor número de filhos, ao passo que as famílias de mulheres praças e homens oficiais apresentam uma quantidade maior de filhos, embora no geral, sejam famílias com reduzido número de filhos. Quanto à idade média em que iniciaram a formação da prole, há menor divergência entre as mulheres praças e oficiais (1,5 ano) do que entre os homens praças e oficiais (2,5 anos). Há uma grande convergência entre as mulheres e homens oficiais (aos 29 anos e 28,5 respectivamente) e uma distância maior entre as mulheres e homens praças (aos 27,5 e 26 anos respectivamente). Neste aspecto, os homens praças iniciam a formação de sua prole mais cedo, e as mulheres oficiais e homens oficiais iniciam a formação de sua prole mais tarde, havendo um intervalo decrescente entre os grupos: 1,5 anos entre homens e mulheres praças, 1 ano entre estas e os homens oficiais e 0,5 ano entre estes e as mulheres oficiais.

Entre os homens são as praças que apresentam um modelo familiar menos tradicional, e entre as mulheres são as oficiais que apresentam este perfil. Tomando-se o total das seis categorias avaliadas (duração média dos relacionamentos, idade média início prole, número de filhos, estados civis, assistência e cuidados aos filhos e participação média na renda familiar), o grupo que mais se aproximou de uma tendência ao perfil conservador foi o dos homens oficiais (nos quesitos duração relacionamentos, número filhos, estado civil, cuidados aos filhos e participação na renda).

3.2.1 Saber genuíno e legitimação dos espaços de poder

Ao serem perguntados sobre possíveis diferenças na capacidade profissional entre homens e mulheres militares, os homens oficiais em sua maioria observam uma "evolução" na capacitação da mulher, no sentido de uma adequação do seu conhecimento técnico (questão onde vêem igualdade com os homens) às necessidades do campo militar, permitindo-lhes uma maior adaptação à Força (uma grande dúvida inicial dos homens). Conforme o pensamento desenvolvido no capítulo anterior a partir do estudo realizado por Marta Lopes (1996), o saber genuíno caracteriza-se no caso militar, pela formação, experiência e conhecimento especializados e nobres do combate, inscrito na atividade-missão que fundamenta a existência institucional, sendo vedado às mulheres. Pelo menos dois oficiais sinalizaram como principal diferença a desfavorecer as mulheres, o questionamento do conhecimento legítimo (formação "mesmo militar") e da cultura da experiência ("vivência militar", um produto único cuja aquisição transcenderia a formação profissional):

Eu diria que conforme as mulheres vão galgando certos postos, os subordinados naturalmente tem que ver no chefe alguém que possa orientá-los. Não sei se as mulheres em postos mais avançados terão a experiência para orientar a vida profissional da praça. Se ela ficar muito técnica sem passar por várias situações, não sei se ela vai ter condição de exercer esta função, de orientar. (Homem oficial A)

[...] Ainda não se tem adaptabilidade para a atividade mesmo militar, está acontecendo aos poucos, a evolução levará a uma qualificação próxima para homens e mulheres.[...] É uma evolução que vai acontecer no seu tempo. [...] Na Marinha é preciso adaptar um navio para esta situação, os navios de guerra poderão se adaptar. Nossa atividade envolve um maior tempo de afastamento, tem que ser melhor preparado para isso. (Homem oficial B)

Nota-se nestes discursos um questionamento acentuado quando as mulheres alcançam postos mais altos, articulando a falta de experiência delas ao comprometimento de sua atuação profissional. No caso das mulheres, a carreira limita-se à passagem por poucas unidades militares, o que restringiria a sua experiência militar e o seu conhecimento das diferentes situações militares em que a chefia e o comando podem ser exigidos. O que embora à primeira vista pareça uma vantagem para a sobreposição da sua função profissional e social,

acaba por trazer sérias desvantagens profissionais como o questionamento do seu conhecimento e experiência genuinamente militares para funções de chefia e comando e, finalmente, a não legitimação do seu exercício do poder.

Tais comportamentos podem ser associados às reflexões de Rocha-Coutinho (1994, p. 138) acerca das "estratégias de controle feminino" forjadas em resposta a um ambiente privilegiador da hegemonia masculina. Os homens também desenvolvem tais estratégias, mas diferenciadas de acordo com o respectivo processo de socialização, conferindo às mulheres um tipo de controle mais indireto, sutil e manipulativo incidente tanto em pequenos pedidos quanto em importantes decisões da esfera do trabalho e da política.

O uso da beleza, das (ameaçadoras) lágrimas, da suavidade (o "império da suavidade") e da delicadeza, muitas delas presentes nos discursos analisados, são práticas que podem servir às mulheres (ainda que inconscientemente) enquanto "pressão psicológica diplomática" a influenciar silenciosamente o comportamento dos detentores do poder. Entretanto, se podemos considerá-las como "armas simbólicas", entendemos que sua eficácia é bastante controversa, na medida em que ratificam o valor simbólico feminino enquanto objeto, reforçando o distanciamento entre mulheres e homens militares. Mas notadamente o que estas estratégias desnudam são as relações assimétricas de distribuição do poder.

Já para os homens praças sobressaem qualidades femininas em relação à diferenças de "temperamento", sendo as mulheres mais "abertas ao diálogo" e "mais pacientes". Dois entrevistados complementam com aspectos interessantes: as mulheres seguiram o modelo masculino que encontraram de processo de trabalho e "intimidavam-se" mais, eram "retraídas e tímidas", hoje são mais "ousadas", "impondo-se" mais.

Todas as mulheres oficiais e praças consideram haver diferenças entre a qualificação profissional de homens e mulheres (e não de capacitação). A maioria refere-se à distinção de formação técnica pelo meio civil, uma "qualificação melhor das mulheres" que contribuiu para o aperfeiçoamento da capacidade profissional do meio militar. Referindo-se aos homens praças, citam que hoje há mais igualdade ("foi um desafio para eles"), a maioria dos marinheiros já estão cursando faculdade, mas algumas "praças mais antigas não"⁸⁶. Uma oficial torna visível em seu discurso uma outra diferença de qualificação que incide

⁸⁶ Em conversa informal com uma praça homem que ingressou na MB em 1956, este informou que até a década de 70, as praças eram proibidas de estudar.

diretamente sobre a capacitação das mulheres: o acesso restrito aos cursos de carreira. Ela cita que os cursos superiores oferecidos pelas escolas militares, pré-requisitos para promoção ao círculo de oficiais superiores (Capitão-de-Corveta, Capitão-de-Fragata e Capitão-de-Mar-e-Guerra), apresentam diferenças nos conteúdos ministrados ao Quadro Técnico, onde grande parte das mulheres está inserida (há homens também), haja vista que seus membros fazem o curso em menor tempo e por correspondência, enquanto que os membros de Quadros oriundos da EN o fazem em mais tempo e de forma presencial⁸⁷. Suas palavras não deixam dúvida:

Não tenho a bagagem que eles têm, me sinto inferior profissionalmente, pois os cursos mais importantes funcionam em torno da lógica naval, me sinto mal, discriminada, em desvantagem. Acham que eu deveria saber. (Mulher oficial A)

Sobressai aqui um exemplo de confrontação de forças entre as atividades masculinas genuinamente voltadas para o combate e as atividades femininas de subsidiárias, revelando ainda o alto valor simbólico atribuído a este saber entre a oficialidade.

As mulheres praças citam diferenças de qualificação profissional tanto em relação às especialidades inacessíveis, quanto em relação a uma qualificação técnica maior por parte das mulheres ("tivemos que provar nossa capacidade para ganhar confiança") e uma experiência militar maior por parte dos homens (citada também pelos homens oficiais), que hoje acreditam estar mais "igualada". Na percepção das mulheres militares a sua qualificação técnica é um fator claro a contribuir para o aperfeiçoamento e profissionalização da Força, mas para a percepção masculina este é um fator obscuro. Acreditamos que isto ocorra tanto por uma certa visão oblíqua que tende a desvalorização das contribuições ditas femininas para a instituição, como por tal construção estar inscrita num movimento mais amplo de profissionalização e modernização das Forças Armadas mundiais.

O profissionalismo e a competência das mulheres militares, bastante enaltecidos também no discurso institucional por meio de notas anuais (comemorativas) no Boletim de Ordens e Notícias, abrangem habilidades à serviço da lógica das atividades operativas e

87 Já se observam alguns resultados em relação ao acesso parcial feminino ao saber genuíno nos cursos citados. Um artigo de uma oficial engenheira sobre poder militar e relações internacionais, foi escolhido pela EGN para publicação por ter sido considerado um dos melhores do curso de 2007. MARRONI, Luciana M. Da C. China: potência militar mundial na próxima década? *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2º trimestre, 2008.

limitadas ao julgamento dos homens especialistas em combate. Portanto, o saber feminino, inscrito numa escala hierárquica de saberes (divisão sexual do saber), orbita ao redor do saber especializado dos homens de armas.

Sobre a adaptação feminina ao campo militar, inspirados em Miguel Almeida (2000), entendemos que tal adaptação guarda um significado enquanto assimilação das experiências e valores decorrentes das relações de poder do meio militar. Indica portanto, que para o enfoque da hegemonia masculina, a adaptação feminina significa a aceitação das relações de poder estabelecidas. Contudo, acreditamos que esta crescente adaptação das mulheres ao campo militar e sua qualificação profissional, sejam insuficientes para as igualarem aos senhores da guerra, o que poderá ocorrer quando alcançarem o ilimitado saber genuíno (aliado a outros fatores), obtendo acesso ao conhecimento especializado nos jogos de guerra - e de poder -, e àquilo que sintetiza a missão e o objeto das Forças Armadas: o processo paz-guerra. Tal acesso é importante para torná-las protagonistas neste citado processo, porém (o acesso à EN) isoladamente não é uma garantia, dada a complexidade das dimensões envolvidas⁸⁸.

Segundo Neves (2000), a própria competência profissional exaltada pelas mulheres e pela instituição, também guarda um significado - além de bagagem de conhecimentos - enquanto habilidade de resolução dos problemas institucionais e de comprometimento das subjetividades, implicando numa adaptação e aceitação das relações de poder dadas. No caso das mulheres militares, os reconhecidos competência e profissionalismo também podem significar a legitimação da divisão sexual do trabalho, reforçando, por meio do discurso da excelência, a atribuição de funções auxiliares às mulheres. Assim, embora a adaptação e a competência femininas no meio militar possam manifestar-se como avanços em direção aos espaços de poder, este poder não será legítimo e igual ao dos homens enquanto estiverem limitadas, entre outros fatores, pelas atividades subsidiárias.

Noutra questão acerca da possibilidade da presença feminina ter causado algum tipo de ameaça ao território masculino, e portanto, alteração na correlação de forças dentro da instituição, nota-se alguma reação de forças masculinas protagonistas dos espaços de poder.

88 Carreiras (1999) acredita que um passo importante para iniciar este "exercício" seria a divulgação de orientações claras sobre comportamentos no relacionamento hierárquico entre homens e mulheres militares nos programas de instrução e de formação de instrutores, buscando evitar atitudes de protecionismo, descrédito e discriminação (como as observadas na AFA durante o estudo de Takahashi, 2002). Cita ainda como de importância, o acompanhamento de elementos de estímulo à continuidade da presença feminina e programas de apoio social e familiar.

Para Almeida (2000), a masculinidade hegemônica é um dinâmico e heterogêneo campo de forças que apresenta internamente várias masculinidades subordinadas, permeadas por relações de poder entrelaçadas com a divisão do trabalho e com os modelos de ligação emocional. Tal heterogeneidade abriga a coexistência de várias masculinidades não hegemônicas, ainda que reprimidas por este senso comum.

Esta concepção dinâmica permite-nos entender as ameaças internas e externas - novas conjunturas, feminilidade, homossexualidade - à hegemonia masculina e o movimento de busca constante de renovação da sua primazia. Sendo assim, se por um lado estas forças não perceberam a feminilidade enquanto uma ameaça real, por outro reagiram à uma ameaça potencial de enfraquecimento dos valores hegemonicamente masculinos - rigidez e disciplina -. Observa-se aqui o que Silva (1998) identificou no campo médico por ocasião do ingresso das mulheres, a mudança de gênero altera a "exclusividade cognitiva" e a "padronização do conhecimento", fundamentais para a coesão de um grupo profissional. Ainda se considerarmos que a percepção de uma ameaça está vinculada ao grau de risco que uma unidade política é capaz de enfrentar (MOREIRA, 2004), notaremos que na Marinha o grau de risco foi/é baixo devido à ausência da padronização do conhecimento militar, dada a ausência feminina nas escolas de formação militar. E por não romper com a exclusividade cognitiva, pelo menos no que se refere à arena das negociações e decisões afetas ao processo estratégico militar.

As seguintes falas buscam explicar a ausência de ameaça feminina:

[...] acho que homens e mulheres se impõem em relação à capacidade, se tiver capacidade, serão colocados em comando, senão traria riscos para a própria instituição. Na Marinha americana as mulheres comandam navios e não têm maiores problemas [...]. (Homem oficial A)

[...] houve uma complementação. Uma necessidade de ter profissionais na instituição. A instituição ganhou na seleção da melhor mão-de-obra disponível no mercado, seja ela tanto masculina quanto feminina. (Homem oficial B)

[...] Há uma resistência, às vezes até inconsciente, mas toda mudança cria por parte das pessoas uma resistência, neste contexto talvez algumas pessoas tenham interpretado como ameaça, mas eu não acredito como ameaça. (Homem oficial C)

Esta concepção pretensamente igualitária, de não ameaça devido ao fato de que ambos

impõem-se pela capacidade, associada em seguida ao comando de navios, mascara uma desvantagem feminina, dado o ingresso e a formação militar diferenciados, além de condições desiguais afetas ao acúmulo de papéis sociais - abordadas adiante -. Neste caso, do "que vença o melhor", o melhor não é apenas o melhor, mas é aquilo que o torna melhor para a instituição, ou seja, o conhecimento e qualificação genuínos e legítimos do militarismo. Mais uma vez há uma certa naturalização/desvalorização do significado do ingresso feminino, além do enquadramento à lógica institucional, privilegiando os seus objetivos e necessidades.

No entendimento dos homens praças o ingresso da mulher não representou uma ameaça ao território masculino, pois as mulheres não disputaram/disputam atividades operativas com eles e quem exerce claramente o poder na instituição são os homens:

Não, em momento algum [houve ameaça]. Acho que não, não percebi este tipo de ameaça. (Homem praça A)

Não, as mulheres desempenham uma tarefa administrativa e não operativa. (Homem praça B)

Acho que é claro que na Marinha o masculino que manda. Acho que daqui a alguns anos pode ser que sim, que mude. Mas nunca percebi isso como uma realidade, sempre ficou muito claro que é a hegemonia masculina [que manda]. (Homem praça D)

Nas respostas de várias questões, algumas oficiais e praças referem-se brevemente à obstáculos de aceitação e ao temor dos mais conservadores de estremecimentos na hegemonia masculina, como nos exemplos abaixo:

[...]Atualmente acho que algumas pessoas se importam em ter mulheres em algumas funções. Ter mulheres em algumas funções ainda é fato de desconforto para alguns [...]. Ainda temos a cultura que o homem tem posições de mando, ainda é assim apesar da mulher estar no mercado de trabalho há tempos, ainda é desconfortável para alguns homens estarem subordinados às mulheres [...]. (Mulher oficial B)

[...]no início tivemos problemas de aceitação, principalmente com pessoas mais conservadoras, mais rigorosas. Temiam a quebra da hegemonia masculina. No sentido de termos que ser mais rigorosas conosco mesmas para mostrar mais seriedade. A questão era ser vista como profissional e não como mulher. Ter seriedade no trabalho para ser respeitada como membro da equipe. (Mulher oficial C)

Hoje tem mais aceitação das mulheres em espaços que eram para homens [...]. Há uma aceitação muito maior de mulheres nestes espaços. (Mulher oficial D)

Essa dimensão atingia o cotidiano do serviço e dos trabalhos executados, o que foi ressaltado pelas mulheres praças:

[...] A recepção não foi das melhores porque no meu setor tinham muitos cabos antigos, não passavam o serviço direito, pensei em desistir... (Mulher praça A)

[...] No começo a relação homem/mulher foi difícil porque não estavam acostumados com mulheres, eram certas piadas e conversas... falavam o que queriam [...]. (Mulher praça B)

Pode-se aqui identificar a face da dificuldade e, embora as entrevistadas não o classifiquem, do sofrimento inicial provocado nestas mulheres que ao reconstruírem suas subjetividades, vêm rompendo aos poucos com a violência simbólica e ocupando espaços neste território. Contudo, importa sempre ressaltarmos do lembrado por Bourdieu (2005): a operação da violência simbólica masculina não ocorre na dimensão das intenções conscientes. Fato é que raramente no decorrer das entrevistas encontramos mulheres lamentando-se dos sofrimentos passados e presentes nestas batalhas culturais diárias. Se o objetivo é evitar reforçar uma concepção frágil delas mesmas perante os homens, acreditamos que elas têm obtido sucesso, pois seus companheiros de batalha parecem não conseguir enxergar tais ferimentos. Ainda que os homens também tenham reconstruído suas subjetividades, o fizeram de uma forma menos penosa devido estarem na sua própria casa e não serem alvo de constantes questionamentos e testes.

O enfoque masculino no geral, considera que dado o caráter "natural" de "complementaridade" (e não uma igualdade) das funções femininas mais afetas a áreas administrativas e não operativas, não houve ameaça e disputa - permanências -. Vale salientar que tal idéia de complementaridade remete a uma percepção de seres humanos incompletos, fragmentados e insuficientes. Como afirma Héritier em entrevista concedida à Sztutman e Nascimento (2004, p. 260), "a complementaridade evidencia um modo de explicação que faz perdurar a desigualdade", sendo a base da hierarquia de gênero.

O enfoque feminino apresenta diferenças entre oficiais e praças. Para as primeiras, mais próximas do núcleo do poder, não houve ameaça e para as demais houve uma certa

ameaça - mudanças e permanências -, reconhecida também pelos homens praças. Há convergência no enfoque feminino sobre ter causado alguma reação em relação à quebra da hegemonia masculina, expressa em "problemas de aceitação", posturas masculinas "arredias" e "pânico" de alguns quando subordinados a mulheres mais antigas. Estas reações indicativas de alguma tensão masculina significam que "mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder [...]" (SCOTT, 1990, p. 14).

Outra pergunta que trouxe novos contornos para a análise da legitimidade do poder feminino, foi em relação à uma possível mudança de julgamento sobre características como autoridade, liderança e aptidão militar tidas até então como exclusivas dos homens militares. Sobressaem duas significativas leituras - articuladas entre si - reclamadas por alguns homens oficiais cujas respostas fugiram do enquadramento padrão: a culpabilização da mulher pelo homem por esta "não querer" exercer funções de mando e o questionamento da liderança feminina devido ao seu desconhecimento sobre a rotina masculina no âmbito militar:

Pelo que observo, as mulheres mesmas se diminuem, dificilmente querem assumir funções de mando num grupo. Normalmente querem exercer a parte técnica e quando são colocadas à prova para dirigir uma OM, poucas estão dispostas.[...] Querem passar trinta anos exercendo a mesma função técnica. Não que não tenha capacidade, mas ela mesma não quer. Poucas se convencem de querer exercer estas atividades. (Homem oficial A)

Eu acho que desde o início as mulheres mostraram que eram disciplinadas, [mas] a liderança ficou questionada inicialmente. [...] A liderança ficou prejudicada pelo desconhecimento das mulheres sobre a rotina dos homens no ambiente militar. [...] Hoje já não está assim. [Mas] há um desconhecimento das mulheres sobre a Força como um todo, sobre os navios, a Armada. [...] (Homem oficial C)

Esta primeira fala revela que quando são nomeadas para cargos de direção de OM as mulheres, que em relação aos homens possuem uma maior visibilidade em funções de poder, são expostas à um teste, a uma prova de fogo. Baseados em várias respostas dos grupos entrevistados, podemos dizer que o que está sendo posto à prova, é o conhecimento genuinamente militar destas mulheres, que por sua vez pontuará o seu mérito, o seu credenciamento para ingressar no jogo do poder dominado pelos homens de armas. Portanto, estes esperam e cobram das militares, quanto mais antigas ficam, algo que não lhes é oferecido na carreira em igual condições ao oferecido aos homens.

No segundo caso, surge um aspecto importante incidente em outros discursos e que tem relação direta com o primeiro caso reclamado pelos oficiais. O que é classificado como "falta de conhecimento" genuíno das mulheres sobre o militarismo como um todo, para nós é mais uma vez a inacessibilidade feminina à formação militar, cuja resultante é a não legitimidade de suas funções de mando, repercutindo negativamente na sua autoridade e no exercício do poder. Corroborando com nossa observação, Silva (2006, p. 108) cita em sua pesquisa realizada junto à mulheres e homens oficiais da Marinha, que estes consideram as mulheres boas gestoras, mas relutam em aceitá-las em funções de liderança, sendo melhor aceitas na situação de subordinadas do que de chefes. Não basta dar-lhes acesso à funções de direção ou mesmo ao almirantado se o exercício do poder, se o ingresso delas como protagonistas dos jogos de poder não for legitimado pelos seus pares.

Este tipo de poder constantemente testado e questionado é condicional no sentido de ser um poder "por procuração", relativo às funções em terra, ao não rompimento dos preceitos institucionais (hegemonicamente masculinos) e à sua convocação. Este poder condicional é exercido de forma não plena na arena técnico-administrativa, subordinado aos interesses do poder legítimo daqueles que atuam na arena do processo paz-guerra, podendo ou não ser solicitado nos processos decisórios institucionais - enfraquecendo o domínio feminino sobre ele. Portanto tem por característica ser um poder restrito à esfera periférica da assessoria, não atuando diretamente na esfera decisória.

A maioria dos homens praças apresenta um enfoque enquadrado hierarquicamente ao crer que não houve tal mudança, pois sempre viram com "muita clareza o lugar da mulher na MB". Outros acreditam em mudanças que substituíram um receio sobre as mulheres "conseguirem comandar", estarem "à altura dos homens", por opiniões que as consideram "capazes para o mando", onde o "mais importante não é a saia, mas a antiguidade". Observamos que, se de início os valores socialmente construídos influenciaram o julgamento das mulheres pelos homens praças, num segundo momento a hierarquia enquanto princípio fundamental a estabelecer normas de conduta, fez-se predominante.

Aparentemente para as praças, o princípio hierárquico é suficiente para conferir alguma legitimidade à autoridade das mulheres. Mas um dos discursos revela que esta legitimidade é condicional e relativa, pois se a "intenção for a mulher comandar navio, acho que não teria pulso firme, teriam que ser mais rígidas". Completando, este entrevistado

considera que a "parte operativa" é mais "complicada para a mulher", pois é preciso acompanhar a "ligação entre homem e navio", o que privilegiaria o "lado masculino"⁸⁹.

Todas as oficiais apontaram para mudanças e algumas permanências, adicionando à percepção masculina o testemunho da reformulação das identidades femininas. Houve a atribuição e reconhecimento destes valores como também possíveis de serem desenvolvidos pelas mulheres. Ressaltam que antes algumas ficavam "constrangidas" em punir, dar ordens, mas por "questão pessoal" e "não por falta de condições" da instituição (garantidas pela hierarquia), acreditando que houve uma "melhora" com uma "consciência maior" do seu papel. O constrangimento mencionado remete à falta de confiança e crédito de algumas mulheres sobre si mesmas, convencidas de sua incapacidade por representações imaginárias socialmente criadas e assimiladas como se suas fossem, caracterizando o processo de interpolação. Realizar de forma plena e segura tais atividades, significa passar por um processo de reconstrução de suas subjetividades e de rupturas simbólicas.

Para outra entrevistada, no início prevaleceram julgamentos pautados na "imagem de mãe", mulher "doce, meiga, prestativa", o que levou à necessidade delas "lidarem contra este modelo" para se adaptarem (reconstruindo suas identidades), mas "sem perder o lado feminino". Invariavelmente recaem sobre a identidade das mulheres exigências contraditórias de gênero como esta, de adaptar seu comportamento ao ambiente masculino sem deixar de ser feminina, pois assemelhar-se ao homem ameaçaria a identidade masculina construída em oposição à feminina. E em alguma medida ameaçaria também a concepção tradicional da imagem feminina. Se superarmos a perspectiva pautada nos modelos tradicionais, do ponto de vista subjetivo, tais exigências deixam de ser tão contraditórias, dado os traços de feminilidades e masculinidades presentes em todos os sujeitos. A contradição apresenta-se de forma mais concreta ao expor o confronto de forças em jogo pelo poder hegemônico, em relação ao modelo militar de culto ao masculino e à necessidade da instituição assimilar qualidades femininas para o resgate de sua imagem perante à sociedade - veremos -.

Outra respondente lembra que embora tenham havido mudanças, restam permanências

89 Ao que parece, a relação "homem-navio" tem cada vez mais se tornado uma relação sujeito-navio. Em 2000 formou-se a primeira turma feminina da Marinha Mercante no Centro de Instrução Alte. Braz de Aguiar, em Belém (Curso de Formação de Náutica). Em 2005, havia 87 mulheres oficiais embarcadas em empresas de navegação e de apoio marítimo, e outras 55 em estágio. Mas, inspirados no Capitão-de-Longo-Curso Álvaro Júnior (ALMEIDA JÚNIOR, 2005), podemos dizer que é mais fácil as mulheres domarem o mar do que domarem os preconceitos.

como no caso dos homens dos "mais altos escalões" apresentarem ainda "muito preconceito" - o centro do poder -, quando chega uma militar antiga na unidade, procurando logo saber a posição dela entre os militares da unidade dizendo: "ainda bem que têm homens mais antigos". Nota-se aqui permanências no que se refere à centralização do poder e à preocupação quanto à antiguidade feminina e seu acesso simbólico aos jogos masculinos do poder. No geral podemos concluir que houve mudança na concepção de alguns valores/comportamentos até então tidos como masculinos, creditada ao aprendizado e dedicação das mulheres, contudo a autoridade e a liderança femininas, a par de representarem uma certa ameaça ao poderio hegemônico masculino, enfrentam elas mesmas uma grande ameaça aparentemente invisível para alguns: a legitimidade conferida somente aos detentores do saber genuíno institucional.

No caso das opiniões das mulheres praças vale citar dois discursos que recorrem à maternidade (representação centrada na figura mulher-mãe tradicionalmente glorificada pela nossa cultura) para enfatizar a "força" e "autoridade" das mulheres não somente na esfera do privado, mas também como qualidades utilizadas na esfera pública:

[...] Ainda que reste dúvida para alguns, no geral não resta dúvida de que somos capazes de assumir tarefas como os homens. A própria questão da maternidade, nada é mais forte do que isso. As mulheres também são fortes e capazes. (Mulher praça A)

[...] quem teve mãe sabe o que é disciplina e autoridade. (Mulher praça D)

Ao associar qualidades aceitas na esfera doméstica às qualidades utilizadas por elas também na esfera pública do mercado de trabalho, estas entrevistadas aproximam características enaltecidas na esfera privada feminina e obscurecidas na esfera pública da masculinidade. Ao reduzirem distâncias entre as fronteiras culturais daquilo que é aceito e esperado das mães no espaço doméstico daquilo que é esperado das mulheres no espaço público, elas conferem novo significado a estas representações. Indicam que o mesmo sujeito tem capacidades que podem ser exercidas tanto em atividades domésticas quanto em atividades profissionais que requeiram força, disciplina e autoridade, tidas como masculinas. Ainda que a força da maternidade possa referir-se a um forte vínculo afetivo, esta pode em determinadas situações evocar também o extenuante esforço físico de incansável e enaltecida dedicação de

algumas mães, bem como momentos violentos e autoritários. Tal ressignificação questiona os modelos opositórios masculinos e femininos, ressaltando não suas diferenças, mas o quanto podem ser similares. E ao fazê-lo, ensejam mudanças na sua auto-representação e nas construções das relações de gênero.

Na pergunta sobre a opinião à respeito do alcance gradativo das mulheres à postos de maior poder de decisão, uma vez mais aparece o questionamento destes avanços associado à falta de acesso ao saber genuíno, e também à representações tradicionais das "qualidades femininas" e às condições estruturais para o exercício feminino do poder. Os oficiais homens dividiram-se entre uma posição distante e enquadrada de "naturalização" do fato, e noutra extremo o preconceito contido na opinião de ser incapaz de "visualizar uma mulher indo a Contra-Almirante", acreditando que elas possuem capacidade, mas não possuem o preparo para tomadas de "decisões rápidas" como ocorre na "rotina dos homens à bordo". Novamente o que está em jogo é o questionamento do poder legítimo das mulheres vinculado à exclusão delas do conhecimento estratégico militar formador de competências para a participação no processo de tomada de decisão militar. Decisões estas que num contexto de preparação para o processo paz-guerra requerem habilidades específicas para sua rapidez, sobretudo quando tal processo decisório envolve o entrelaçamento de decisões do tipo não-programadas de nível tático e estratégico (FREITAS; KLADIS, 1995). Descartam assim, o saber/poder construído pelo sujeito feminino, ignorando o seu conhecimento e prática - habitus - no estabelecimento de redes e gerenciamento de conflitos. Do ponto de vista simbólico, tal descarte indica uma resistência masculina à atribuição de responsabilidade decisória às mulheres sobre o processo paz-guerra.

Os homens praças classificam como positivo o acesso cada vez maior ao poder, havendo "maior confiança" nas mulheres para tomada de decisões e "menos questionamentos" por parte dos homens. Para as mulheres oficiais este acesso foi importante para favorecer uma "situação de igualdade", foi uma "conquista", fruto da "competência" e da "necessidade de fluxo de carreira" (dialética da conquista pelo competência feminina e da autorização pela necessidade institucional). Ressalvas são feitas sobre algumas mulheres que "não possuem esta aspiração" e sobre aquelas que "jogam no time contra" quando em posição de destaque, sendo "mais duras" com as mulheres do que os próprios homens.

É preciso analisarmos a "pouca disponibilidade" ou a "falta de aspiração" de algumas

mulheres militares para funções de poder, ou melhor os seus fatores dissuasórios, para entendermos seu significado enquanto um desafio a mais para elas. Para tanto, utilizaremos uma analogia com a subrepresentação feminina na esfera política estudada por Avelar (1996). A pesquisadora ressalta importantes argumentos para explicar as razões para este fato, que influenciam de forma decisiva as estratégias e opções profissionais das mulheres também na Marinha, dentre eles: o processo de socialização diferenciado entre homens e mulheres, sendo preciso educar as meninas oferecendo valores de participação na vida política, para que o mundo da política e as funções de poder façam parte dos interesses femininos, deixando de se julgarem sem habilidades para o mando; a mulher apresenta ciclos de vida segmentados de acordo com a sua situação conjugal e a maternidade, ocorrendo uma seletividade maior das tarefas extra-família, principalmente em se tratando de funções com instabilidade de horários, dado na maioria das vezes não gozar de políticas públicas para sua facilitação (sobrecarga feminina para tentar "encaixar-se" no modelo masculino de poder sem serem poupadas de uma jornada extenuante e de um julgamento moral acerca de suas responsabilidades familiares); e a difícil acumulação de capital social pela mulher, dependendo de valores culturais a serem reconstruídos e identidades sociais a serem reformuladas.

De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu, o capital emocional incide sobre as mulheres relegadas à esfera privada, cujas habilidades e contatos eficazes no campo das relações afetivas, não são eficazes no campo profissional e na política. Já o capital social é formado a partir do conhecimento e do contato social, do acesso privilegiado à tarefas socialmente valorizadas e habilidades sociais que capacitam os indivíduos para competir na esfera pública da sociedade. Todavia, o custo a longo prazo de decisões femininas baseadas nas necessidades individuais momentâneas, como seu dito desinteresse por estas funções, pode ser o da perda de espaços institucionais importantes para o coletivo feminino.

Destacam-se nos discursos das mulheres praças falas sobre tais avanços significarem uma "presença não mais questionada" das mulheres e um sinal de "reconhecimento". O reconhecimento é uma distinção diretamente vinculada ao sentimento de pertencimento, o que nos leva a pensar que por não serem suficientemente reconhecidas (como vimos), as mulheres não se consideram totalmente integradas (segundo o discurso da grande maioria delas). Há uma armadilha na consideração da presença da mulher não ser mais questionada, pois como mencionamos, o conjunto de fatores que determinam a presença e a continuidade das

mulheres no militarismo, é complexo e imprevisível, daí a importância da manutenção dos espaços. As mulheres praças não citam o dilema do acesso feminino ao poder, algo que parece estar mais evidenciado no julgamento masculino. Para Bourdieu (2005), o dilema instala-se para as mulheres em postos de poder, entre adotarem um modelo masculino e reforçarem a ordem dominante ou assumirem um comportamento feminino e serem julgadas como incapazes ou inadequadas aos cargos. Entretanto é um falso dilema na medida em que parte de uma concepção essencialista e opositória de identidade única, ocultando a multiplicidade de características masculinas e femininas presentes em cada sujeito.

Os espaços que as mulheres vêm obtendo são resultado tanto de uma conquista (dimensão estrutural e cultural) quanto de uma concessão/autorização da instituição (dimensão militar). Ou seja, as mulheres têm ocupado os espaços que a instituição permite e considera adequados, num processo de constante negociação - batalhas culturais diárias -. Em nosso entendimento tais resultados aproximam-se mais de um processo dialético de obtenção de novos espaços, com suas respectivas concessões, do que de conquistas no sentido unilateral de aquisições por força do trabalho competente. Sendo tal processo atravessado ainda pelo complexo conjunto das dimensões citadas, o que lhe confere também um caráter não linear - com seus avanços e retrocessos -.

O campo militar não foge à lógica do campo social teorizado por Bourdieu (1996c), caracterizando-se enquanto campo de poder pelo engendramento interno de lutas pela ocupação da posição dominante entre seus agentes. No caso militar, se cada indivíduo ou grupo tem seu espaço social delimitado e definido de acordo com sua posição em relação aos demais grupos - o que significa que para um grupo ter mais poder, outros tem que ter menos -, podemos dizer que as mulheres ocupam uma posição desvantajosa neste campo de poder. Dado serem detentoras de menor quantidade de capital cultural e social em relação aos homens, principalmente no que se refere ao capital cultural militar e sua exclusividade cognitiva, o que por sua vez tem determinado suas posições periféricas na arena do poder.

Mas se, como vimos mostrando, há tantas formas de não legitimação do poder feminino nas práticas e representações cotidianas engendradas nas relações de gênero no espaço profissional militar, devemos nos perguntar como as mulheres reagiram no seu dia-a-dia a estas práticas opressoras e contraditórias. Podemos encontrar esta resposta nas falas dos entrevistados sobre a existência ou não da necessidade das mulheres provarem algo mais ou

serem mais testadas para serem aceitas. A maior parte dos homens oficiais não crêem na existência deste tipo de cobrança, ou quando crêem, atribuem ao início do ingresso feminino até chegar no "ponto ótimo da relação" mulheres/instituição ou culpabilizam as próprias mulheres que "colocam na cabeça delas que precisam ser mais testadas".

A maioria dos homens praças acredita que as mulheres sejam mais exigidas em virtude da "sociedade machista" que vê a mulher como "inferior ao homem" e da aceitação parcial do embarque feminino ("homem quer ver o que vai dar"), embora em terra não precisem provar "mais nada". Alguns consideram ainda que "sempre vai existir" algum tipo de exigência a mais "sobretudo em funções de maior visibilidade e poder", com a "tendência" dos homens "duvidarem" se estas mulheres têm a mesma vivência (experiência) deles, excetuam as oficiais que antes foram praças, as quais teriam uma vivência maior (dominando melhor as "minúcias, malícias"). Os demais militares acreditam - tal qual os homens oficiais - que esta exigência parte das próprias mulheres, que se cobram um "extremo profissionalismo e competência". Não podemos deixar de refletir que tal auto-exigência inscreve-se num contexto de ingresso feminino num terreno marcado por diferenças de formação técnica e de fluxo de carreira, sendo pré-julgadas com desconfiança como inadequadas ao militarismo, em constante "fase de experiência e testes".

As opiniões das mulheres oficiais dividem-se entre o relato de que "ainda existe" esta cobrança maior, são mais testadas, e outras que consideram que "já houve" essa necessidade, mas hoje "têm um espaço" que "não precisam mais provar" nada. As primeiras citam que é preciso "provar constantemente" ("todo dia") e fazer "sempre tudo correto" devido a uma "desconfiança" existente - permanência -. Relatam ser preciso mostrar mais eficiência no trabalho e mais firmeza para serem valorizadas e obedecidas. Este discurso ratifica a fala das oficiais entrevistadas na pesquisa de Silva (2006) sobre o uso da competência feminina como instrumento contra a interferência negativa de determinadas representações e discriminações masculinas a qual, acreditamos, tem funcionado como uma arma simbólica no campo das batalhas culturais. Mas, conforme citamos, também pode ser usada contra elas para legitimar sua continuidade em atividades subsidiárias, naturalizando as desigualdades.

Para as mulheres praças as opiniões também se dividem, algumas acham que precisam "dar provas constantes", outras acham que "naturalmente" as mulheres "vão fazendo as coisas" e as pessoas "vão vendo que são capazes". Algumas mulheres demonstram uma boa

dose de adaptação e adesão à uma dominação que de tão corriqueira parece ser natural, facilitando a sua própria segmentação. Banalizam, e por isso depreciam, o esforço e o trabalho das mulheres, achando quase normal serem testadas, submetidas à provas e sofrerem desconfiança e descrédito infundados. Uma minoria revela um enfoque objetivo sobre o compromisso de "manter o que foi conquistado".

Outro aspecto que nos chama a atenção é o fato de que todos os homens praças, exceto o casado com uma militar, desconhecem a possibilidade de acesso das mulheres ao posto de Vice-Almirante (fruto da unificação de quadros de 1997). Eles atribuem para si a responsabilidade deste desconhecimento pela "falta de tempo" para se atualizarem e pela "falta de paradas"⁹⁰ nas unidades, mas acreditamos que a fala de um deles identifica uma das razões principais deste desconhecimento: "acho que não soube por ser a nível de oficial". Este fato poderia ser explicado, segundo o pensamento de Leirner, pela hierarquização do saber a determinar a produção e circulação das informações dentro da estrutura militar, caracterizando uma estrutura de distribuição desigual de capital social - e econômico - entre os círculos. Mas por quê as praças mulheres possuem este conhecimento e as praças homens não? Acreditamos que seja porque no caso das mulheres a dimensão de gênero sobrepõe-se à dimensão hierárquica, havendo um interesse pelos avanços também na carreira das oficiais. Este atravessamento triunfa sobre um certo distanciamento existente sobre as carreiras afetas à outros círculos hierárquicos, mais presente entre as praças homens em relação à carreira dos oficiais em geral, assim como dos oficiais em relação à carreira das praças. Paradoxalmente e até um certo ponto, o gênero une o que a hierarquia separa.

As oficiais apresentam o seguinte discurso sobre a conquista de novos espaços pelas mulheres, tais como o acesso ao processo seletivo para comissões no exterior, a alguns cursos de carreira e ao almirantado:

[...] Acho muito justo, desde que então se mude esta coisa da capacitação profissional, não adianta você conquistar um posto como esse [almirante] e não ser qualificada. Tem que colocá-las igual em qualificação profissional também. (Mulher oficial A)

Acho que nada veio de graça. Ocorreram porque as mulheres se impuseram na instituição, mostraram

90 Formatura diária com todas as praças de uma unidade, e eventualmente oficiais, para leitura das ordens do plano-de-dia e eventualmente, de ordens e notícias importantes.

suas competências. Lutaram muito para conquistar seu espaço na instituição. Não foi uma coisa fácil, tanto que as primeiras turmas tiveram muitas baixas [desistências]. [...] E as que ficaram lutaram bastante para conquistar espaços [...]. O tempo e a participação profissional foram demonstrando a necessidade das mudanças e a conquista destes espaços. (Mulher oficial B)

É decorrente da conquista ao longo dos anos, da capacidade da mulher no trabalho. O ingresso da mulher deu certo. Nossa entrada marcou a capacidade da mulher e ensejou motivação para que os homens melhorassem o grau de educação. A mulher se mostrou capaz de trabalhar igual ou melhor que o homem, ela passou a conquistar prerrogativas que só os homens tinham. (Mulher oficial C)

As mudanças ainda são muito poucas. Nós temos vinte e sete anos. Acho que evoluiu muito pouco. Ainda há preconceito Ainda é difícil uma mulher ser indicada para comissão no exterior, para o recebimento de navios. (Mulher oficial D)

É um reconhecimento pelo trabalho que vêm sendo apresentado ao longo desses anos, são espaços que fomos ganhando. Em minha opinião, temos que ter consciência que algumas especialidades não podemos atuar, devido à compleição física. Os limites existem, não podemos tomar como discriminação. (Mulher oficial E).

Todas as oficiais acreditam que foram conquistas fruto de um reconhecimento da capacidade profissional, recordando que estas conquistas não foram fáceis. Houve muitas baixas de oficiais das primeiras turmas⁹¹, o que levou a MB a alterar o rumo da carreira das mulheres (o Decreto nº 95.660 de 25/01/88 ampliou o acesso até o posto de Capitão-de-Mar-e Guerra e a alguns cursos de especialização). Por outro lado, coexistem opiniões de aceitação dos limites impostos à fragilidade física feminina, revelando uma postura de adesão às representações dominantes, pautada no que Lauretis (1994) denomina de "inocência da biologia".

A maioria das mulheres praças afirmaram ser um "avanço" relacionado à capacidade da mulher, uma "valorização" da existência das mulheres no território militar, uma "abertura de caminhos", um "crédito" pela constatação da capacidade da mulher. Por outro lado, ao responderem a questão sobre o que falta para total integração das mulheres, a maioria cita ser uma questão de "evolução do tempo", não se referindo à participação das mulheres militares

91 Segundo estudo de Araújo (1987, p. 19) acerca de uma proposta para reformulação do Quadro Feminino de Oficiais, entre 1981 e 1987 houve uma evasão feminina de 20% em Enfermagem, 38% em Medicina, 43% em Nutrição e 22% em Odontologia. O autor atribui tal fato à "falta de um plano de carreira, estabilidade e segurança" no Quadro.

em suas batalhas culturais diárias. O risco é que tal naturalização pode acarretar uma banalização deste espaço que, somada a outros fatores, pode comprometer a continuidade da sua ocupação. As batalhas para a distribuição igualitária do poder não se desenvolvem no território do tempo, mas principalmente no território cultural militar. Não podem ser consideradas vencidas, atribuindo-se ao tempo a resolução das permanências, posto serem batalhas sem tréguas travadas no cotidiano destes homens e mulheres militares.

Destaca-se ainda a classificação destes avanços obtidos como um "crédito" dado, recorrente em outras respostas. Se podemos considerar como crédito aquilo que é dado para alguém antecipadamente na condição deste sujeito, devedor, posteriormente pagar, resta-nos indagar: que condições as mulheres atenderam para merecer este crédito, são devedoras exatamente do quê (com qual moeda pagarão?), quando a dívida estará paga? Este crédito dado às mulheres, pode significar um meio termo entre a mudança e a permanência (marcado pelo provisório), como um pêndulo que pode pender a qualquer momento para um dos lados. Deixaremos nossas tentativas de respostas para o final.

Permanecem espaços onde as mulheres não são autorizadas a circular, onde encontramos a exclusão através da discriminação em suas variadas formas. É o que podemos observar nos discursos relativos ao conhecimento de práticas de exclusão ou discriminação das mulheres, onde as respostas dos homens oficiais, assim como dos homens praças, limitaram-se à negativas enquadradas (já que as mulheres respondem positivamente) ou ao reconhecimento de raras situações. Poucas respostas identificam a discriminação ou de forma pontual, ou enquanto situações que careciam de "ajustes" a serem feitos na legislação para casais militares (cujas normas sobre o comportamento de casais formados por praças e oficiais em eventos sociais militares alterou os contornos da sociabilidade nestes espaços), ambas buscando preservar a instituição. Um oficial cita algum tratamento diferenciado em relação às militares que adotaram um "comportamento masculino" do ponto de vista sexual (transgressões ao comportamento tradicional feminino).

Como sabemos, mulheres que assumem comportamentos semelhantes aos homens, representam uma séria ameaça à construção da identidade masculina, principalmente no tocante à sexualidade, uma representação tida como propriedade do masculino, ainda que localizada no corpo da mulher (LAURETIS, 1994). Conforme abordamos no capítulo anterior, o mesmo ocorre em relação ao comportamento homossexual e seu desafio cultural à

integridade masculina. Chama atenção também o nível de conhecimento/controlado dos homens sobre o comportamento e o corpo das mulheres, exemplificando a superexposição a que estas enquanto minoria, estavam/estão sujeitas.

Para as mulheres oficiais ainda existem práticas discriminatórias, citando alguns exemplos desta permanência: "inacessibilidade à carreira operativa que gera benefícios financeiros" e diríamos também *status* e poder, "tratamento diferenciado" devido aos atributos femininos e "preterimento" para indicações profissionais diversas (exceto se tiver "conhecimentos pessoais"). Relatam como um exemplo de mudança o caso de uma médica que há cerca de dez anos foi preterida em seleção para comissão na Antártica ("muitas insistiram e hoje conseguiram abrir caminhos" para outras)⁹², embora tenha sido a primeira colocada no processo. Foi explicado que ela "não poderia ir e oferecida uma visita à Antártica", caracterizando a ocorrência de recompensas opressoras de gênero. Mencionam ainda situações passadas de mulheres praças casadas com homens praças que dificilmente eram aprovadas nos concursos para o oficialato, caracterizando a sobreposição da questão de gênero à de classe e hierarquia.

Também as mulheres praças em sua maioria afirmam a existência de práticas de discriminação:

[Sorriso]. [...] quando fui indicada juntamente com um homem para ser escolhida para a função de escrevente de um Almirante. Os dois [eram] igualmente qualificados. O próprio Almirante escolheu o homem, dizendo que era por ele [o almirante] falar alto, ser mal educado, dar esporros e a mulher não segurar, "vai querer chorar". Por um lado foi bom para mim por causa dos horários irregulares da função, mas por outro lado foi péssimo, por que ele acha que eu iria chorar? E os homens não choram?
(Mulher praça A)

Eu acho que já teve sim. A militar ia assumir a chefia [...], mas foi desembarcada. Acho que era medrosa, não queria assumir. Achavam que ela não tinha a competência necessária para a função. Acho que se fosse homem isso também poderia ocorrer, mas em menos casos, com menor visibilidade.
(Mulher praça C)

Estes discursos ratificam a fala anterior de um oficial sobre as mulheres não estarem dispostas

92 Pela primeira vez em 2006, uma mulher militar foi selecionada entre 14 homens militares para a função de subchefe da Estação Antártica Comandante Ferraz.

a assumir funções de mando (ou funções com horários irregulares), o que repercuta não somente sobre a militar, mas generaliza-se para as mulheres militares como um todo, comprometendo a ocupação de espaços neste território. Nota-se ainda, por parte dos homens, a reprodução de uma representação dominante em relação ao comportamento reativo esperado de choro feminino em contraposição à raiva masculina, deixando implícito uma crença na racionalidade dos homens e no sentimentalismo das mulheres (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Outro dado é que estas mulheres tendem a sentir-se muito pressionadas nestes cargos devido à visibilidade e cobranças já citadas por outros entrevistados, devendo-se muito desta pressão à divisão sexual do saber institucional e à sobreposição de papéis sociais e profissionais femininos, dado que elas não apresentam as mesmas condições favoráveis que os homens para dedicação a cargos que exijam horários irregulares (fatores dissuasórios). Entretanto, esta tendência nem sempre é identificada pelas mulheres enquanto uma prática discriminatória a permear a sua rotina, sobressaindo-se no enfoque feminino práticas envolvendo situações de maior visibilidade como as citadas - em detrimento de práticas discriminatórias cotidianas -. Estes fatores presentes nos discursos femininos e masculinos, mas sob perspectivas diferentes, contribuem para a continuidade da dominação masculina no território militar: o excesso de funções sociais femininas e a ausência de acesso - delas - ao saber genuíno inscrito na formação profissional militar dos cursos de carreira⁹³.

3.2.2 A lenta e complexa reconstrução das relações de gênero

Quanto ao possível aprendizado trazido aos homens e às próprias mulheres a partir do ingresso delas neste território masculino, todos os entrevistados afirmaram que elas “contribuíram bastante” humanizando e flexibilizando as relações profissionais e trazendo “equilíbrio à Força em todos os sentidos”. Se por um lado são enfatizadas na esfera pública as qualidades tradicionalmente femininas - enaltecidas na esfera privada -, por outro lado há uma contradição entre a atribuição de equilíbrio à Força pós ingresso feminino e a falta de equilíbrio usualmente atribuída a um suposto descontrole emocional feminino. Tal contradição revela a presença de forças em tensão neste território citadas também em outros

93 Fatores também observados por Caire (2001), Coronel da Força Aérea Francesa, em sua pesquisa sobre a inserção da mulher militar em vários países.

discursos. Referem ainda que antes do ingresso feminino as relações profissionais eram mais “grosseiras”, com o uso de palavrões e apelidos que tornavam o ambiente mais “pesado”.

Vejamos os relatos abaixo:

O convívio trouxe uma maior humanização, deixou de ser tão "grosseiro", neste aspecto contribuiu bastante. Muitas coisas inaceitáveis passaram a ser vistas com outros olhos com a entrada das mulheres nas OM. Licença de tratamento para saúde, licença especial de seis meses, antes eram vistas como algo pernicioso e hoje são vistas mais como dentro dos direitos previstos na própria lei. (Homem oficial A)

Uma das coisas que a presença das mulheres mais influenciou foi no comportamento. [...] O linguajar, a forma de falar, [era] mais duro, mais incisivo [...]. Passou-se a ter mais cuidado, tivemos que aprender como impor certas determinações. Às vezes uma ordem normal, fazia um sargento chorar, para o homem era uma forma natural de falar. Mudou a maneira de se expressar, você pode dizer uma mesma coisa de várias formas diferentes e alcançar o mesmo objetivo. No início o choque foi grande, a mudança não foi só do homem, foi das mulheres também. (Homem oficial B)

Acho que a Marinha se humanizou mais. Acho que as Forças Armadas quando não tinham mulheres militares, o aspecto de rigidez, do relacionamento pessoal, era mais rígido, não dava margem a que o aspecto emoção fluísse, aparecesse. Talvez como reflexo disso, o caráter profissional, a competência, o conhecimento também ganharam espaço neste relacionamento, não só o aspecto posto/graduação [hierarquia] como deve preponderar, mas o aspecto do conhecimento, começaram a dar maior importância, como determinante na liderança. (Homem oficial C)

Tais mudanças observadas sobre as relações profissionais de gênero, indicam a assimilação pelos militares de traços da feminilidade - de humanização - no território da masculinidade, reconstruindo suas identidades. Isso não quer revelar uma "feminilização", mas o desenvolvimento pelos homens de características culturalmente tidas como femininas que, no entanto, são características (tanto masculinas quanto femininas) presentes em todos os sujeitos. A exaltada ausência de similaridades entre masculino e feminino pela nossa cultura e linguagem, implicam na presença de similaridades obscurecidas e constrangidas pelas relações de poder. Assim, as fronteiras entre sujeitos masculinos e femininos são imaginárias, dado possuírem identidades compostas e interdependentes uma da outra, reveladas ou suprimidas de acordo com a construção do processo de socialização (STRATHERN, 1997). Ou ainda, como afirmou Scott (1994, p. 21), as "oposições fixas escondem a heterogeneidade

de cada categoria e a extensão da interdependência de termos apresentados como em oposição".

A associação da figura feminina à humanização, também presente nas falas em relação às mudanças na imagem institucional, indica uma percepção masculina formatada pelas representações dominantes acerca do que seria próprio das qualidades femininas. Tal qual no campo da engenharia, nestes territórios masculinos persistem idéias estereotipadas sobre o universo feminino encobridoras de verdades socialmente construídas (BERTOLINO, 2007). Associação também observada na pesquisa de Mourão e Galinkin (2008) sobre o gerenciamento feminino no alto escalão do serviço público federal, onde sobressaíram-se representações como organização e competência seguidas por humanização e flexibilidade.

Retornando às respostas dos oficiais, note-se que a contribuição das mulheres foi atribuída ao ingresso de qualidades tidas como femininas num território predominantemente masculino, associando sua incidência à comportamentos e não às estruturas institucionais. Poucos articulam as mudanças a quesitos como competência e profissionalismo (qualificações), expondo a percepção masculina predominante acerca da mulher.

Um homem praça entrevistado comenta que de uma forma geral, havia comentários sobre "a coisa ficar mais branda"⁹⁴, uma "infantilidade" masculina que "não durou muito"⁹⁵. Devido à hierarquia, "rapidamente" os homens (pelo menos as praças) começaram a "identificar as mulheres como militares". Havia ainda um tratamento de mais respeito dos homens em relação às mulheres, que com o tempo passou a "ser mais igual". Todos tecem comentários sobre mudanças positivas para a instituição e para os homens, "ficou mais maleável", a melhora na comunicação que antes continha muita "baixaria, palavrões e rispidez", mais organização e educação para os homens e a melhora no trato com as pessoas. Sobre o aprendizado trazido para as mulheres militares, acreditam que a mulher militar passou a ser "mais prática e menos detalhista". Prevalece a concepção predominante das qualidades ditas femininas a darem novo formato às relações e comportamentos profissionais (flexibilização). Diferentemente dos oficiais reconhecem mudanças institucionais positivas,

94 Entendemos que a relação entre o ingresso das mulheres e um suposto abrandamento do rigor, é proporcional ao tratamento diferenciado delas segundo os estereótipos socialmente atribuídos aos papéis sexuais. Como deixa implícito um entrevistado, quanto mais todos forem tratados de acordo com o código hierárquico militar, menor será o dito abrandamento.

95 O que nos remete ao pensamento de Bourdieu (2005, p. 93) que ressalta o quanto a atribuição aos homens de jogos sociais tidos como sérios, contribui para o esquecimento de que "o homem é, também, uma criança que brinca de ser homem".

embora não associadas à qualificação, mas às qualidades ditas femininas.

Todas as oficiais consideram que houve mudanças. Houve um "desafio ao lado machista" de alguns militares mais conservadores, um "incentivo ao investimento na qualificação profissional" ("elevou o nível de dedicação de todos na instituição"), uma "sensibilidade", "suavidade" no relacionamento humano principalmente em relação ao tratamento das praças homens subordinadas às mulheres ("com mais justiça e mais critério sem ser mãezona"). No início relatam que eram tratadas como "meninhas" e não como militares, hoje são tratadas com "mais respeito, como militares". As mulheres trouxeram uma "nova visão de família" para os homens, uma valorização do homem como ser humano e não apenas como um "instrumento" da instituição (tudo "sem quebra dos preceitos institucionais"). Valorização também observada nas respostas quanto ao procedimento de levarem trabalho para fazer em casa, onde todos os grupos concordam que deve ser uma exceção para não prejudicar outras atividades familiares e de lazer. Paradoxalmente, a mulher militar trouxe uma nova leitura de homem para a masculinidade militar, contribuindo para a proximidade destas "fronteiras". Houve um aprendizado sobre a "divisão de espaços", de "acreditarem no potencial", pois antes "não tínhamos crédito, fase de experiência". Pelo seu lado, elas aprenderam a "ser mais fortes" (endurecimento das relações), a lutar e falar no "momento certo e com as pessoas certas", reduzindo o uso de "fofoquinhas" e aprendendo a impor seus argumentos, modificando um comportamento padrão atribuído às mulheres.

O respeito, dependendo do seu grau e do contexto em que esteja inserido, pode conter vários significados simbólicos. O ganho de respeito enfatizado pelas oficiais, refere-se à uma postura respeitosa devida a todos os demais militares na mesma posição das mulheres. E não um respeito excessivo como os homens praças citaram que havia, no sentido de criar distâncias e barreiras nas relações profissionais, devido à uma percepção da mulher orientada pelo enaltecimento exclusivo das qualidades tidas como femininas. O que as mulheres obtiveram foi uma moeda de cara circulação para a hegemonia masculina militar, o respeito enquanto ética da autoridade, ainda que restrito ao reconhecimento de suas capacidades técnicas. O respeito é conquistado e merecido por aqueles (as) que dão provas de honestidade, de franqueza, que enfrentam sem hesitação ameaças e provocações e dominam a habilidade da argumentação (ALMEIDA, 2000). Entretanto o custo desta moeda reside no seu caráter de constante perigo e questionamento, podendo sofrer ameaças por parte dos outros ou por parte

de comportamentos próprios (como pode ocorrer em relação à adesão feminina aos estereótipos dominantes).

Ao contrário da grande maioria dos homens, elas identificam importantes mudanças também em relação ao aperfeiçoamento do meio militar associado às qualificações e ao profissionalismo femininos. Conforme mencionado, tal aperfeiçoamento e profissionalismo, embora tenham contado com a importante contribuição feminina, não são crédito exclusivo desta. Houve mudanças tanto para homens quanto para mulheres, reconstruindo-se identidades aptas a expressarem tanto alguns traços de masculinidades quanto de feminilidades: homens conferindo um valor maior à família na hierarquia das relações, valorizando a faceta humana dos próprios homens e compartilhando alguns espaços, e mulheres impondo suas opiniões e aprendendo a interagir nas relações da esfera pública do mercado de trabalho.

As respostas das mulheres praças sinalizam mudanças no sentido de tornar o meio militar "mais humano" ("temos o dom de levar algo bom para qualquer lugar") e dos homens passarem a "respeitar e valorizar" mais a capacidade das mulheres ("aprendizado da educação acima de tudo"). Citam que embora os mais radicais relutassem ("será que corresponderão às expectativas?"), havia aqueles que acreditavam. Os discursos indicam a presença de adesão à dominação e tônica nas restrições físicas femininas. Em relação à qualificação profissional das mulheres, elas acreditam que houve mudança numa maior valorização e respeito destas qualificações pelos homens nas relações profissionais, mas não são relacionadas com um maior aperfeiçoamento da Força (tal qual a percepção masculina). Não mencionam mudanças ocorridas no comportamento feminino, embora algumas tenham citado anteriormente a adoção inicial de uma postura "áspera" nas relações profissionais a fim de manterem uma certa distância de "brincadeiras" e "piadas inconvenientes". O que indica uma posição de defesa inicial à algumas hostilidades do meio e não necessariamente uma reconstrução das subjetividades femininas, como as citadas pelas oficiais. Tal reconstrução é um movimento essencial para a ruptura da violência simbólica, embora acreditemos ser incipiente neste grupo que apresenta um nível maior de adesão à lógica dominante em relação às mulheres oficiais.

Sobre possíveis mudanças nas relações profissionais e de subordinação, alguns oficiais consideram que prevaleceu um formato hegemonicamente feminino no tratamento das relações de subordinação tanto por parte dos homens quanto das mulheres. Desponta aqui uma

dimensão, talvez das poucas, onde ocorreu (com ressalvas para alguns quartéis e os navios, ainda exclusivamente masculinos) a predominância de traços de feminilidade nas práticas militares masculinas e femininas: a humanização do tratamento interpessoal nas relações profissionais, o que pode ser um facilitador para a reconstrução das relações de gênero.

Todas as mulheres oficiais citam mudanças no relacionamento profissional. Inicialmente encontraram um ambiente com alto nível de "desconfiança" e situações em que eram tratadas como frágeis ("excesso de delicadeza e atenção") objetos de ornamentação ("bibelôs"). Tal desconfiança ("achavam que a mulher não sabia nada de Marinha" – saber genuíno) levava alguns homens a hesitarem antes de cumprir ordens femininas ("titubeavam"), dependendo também da "postura da mulher". Relatam algumas ocorrências de "excesso de contato físico" (mãos no ombro, no bolso da camisa), de apelidos ("cabinhas" – diminutivo da graduação de cabo), de proteção (acarretando uma situação de grande "exposição" e vulnerabilidade perante os demais), denotando representações que enquadram as mulheres como objetos de desejo e como sujeitos inferiores. Bourdieu (2005, p. 75), referindo-se a Nancy Henley, relaciona tais contatos físicos invasivos à "política do toque", caracterizada por um comportamento revelador da assimetria das relações de gênero. Da mesma forma que apelidos aparentemente acolhedores como "cabinha" ou tratamentos por "querida", "menina", são na verdade redutores das mulheres unicamente à sua feminilidade. Há relatos ainda de "piadinhas" desqualificadoras dizendo que não podiam ser militares por chorarem muito: "como vai para a guerra assim?". Mas como vimos, nem todos os homens compartilhavam deste tipo de comportamento, existindo também aliados que acreditavam na Marinha enquanto um espaço a ser ocupado também por mulheres.

Como vimos, tais "brincadeiras" funcionam como fronteiras simbólicas para a proteção e manutenção da identidade militar masculina. Atualmente avaliam que o tratamento está "normal", sem "excesso de cavalheirismo", deixando de serem vistas como "apenas uma saia" e sendo valorizadas pelos subordinados por uma postura mais "justa". O que atribuem também ao fato do surgimento de relacionamentos afetivos entre militares. Mas parece que estes mecanismos de defesa do poder hegemônico estão longe de acabar: "as gracinhas vão continuar sempre, embora muitos homens achem os colegas que fazem isso bobos".

Outro aspecto que dificulta mudanças na percepção masculina acerca da contribuição institucional da mulher é a falta de conhecimento e de preparo dos seus membros para tal. O

que também foi assinalado na pesquisa de Silva (2006), levando as oficiais entrevistadas a apontarem como uma das dificuldades para sua inserção o relativo "despreparo" institucional para assumir a mão-de-obra feminina militar. É o que pudemos identificar em algumas respostas quanto à recepção inicial da instituição às mulheres militares. Na fala dos homens oficiais predomina um julgamento prévio negativo quanto à adaptação das mulheres ao campo militar que justificam pelo "desconhecimento dos limites e necessidades" dessa nova situação. Entendemos que tais necessidades iniciais poderiam ter sido conhecidas a partir de um estudo e divulgação das bem sucedidas incorporações femininas na Polícia Militar e nas Forças Armadas de outros países. O que pode ter faltado foi o preparo pela instituição das mentalidades de seus membros, realizando e divulgando estudos prévios de outros casos similares de sucesso. Foram tomadas providências administrativas, logísticas, normativas, mas não houve um planejamento da gestão de pessoal para preparar e informar aos seus membros sobre a criação deste novo Quadro, fato que pode também ser creditado à hierarquização do saber e da informação e servir como experiência por ocasião do ingresso feminino em espaços como a Escola Naval.

Observa-se no discurso dos homens praças que o impacto negativo inicial foi estruturado sobre expectativas pautadas em estereótipos esperados do sexo feminino, ocorrendo um pré-julgamento em razão destas expectativas idealizadas. Despontou no discurso deste grupo uma preocupação pela proximidade sexual⁹⁶ (superada pela disciplina e pela postura formal das primeiras turmas, segundo um entrevistado), expondo o valor feminino enquanto objeto para a economia masculina de bens simbólicos. Por parte das militares, poucas praças referiram-se à ocorrência de "abordagens mais insistentes" de alguns homens, que foram contornadas pelo distanciamento imposto por elas através de "claras relações de respeito" ou de uma "aspereza" para "manter o respeito". A obscurecida questão da "proximidade sexual", a nosso ver, articula-se à uma postura de proteção masculina que tanto pode ser lida - a depender do contexto - como a consideração das mulheres enquanto seres indefesos a serem protegidos, quanto como uma tentativa de facilitar o ingresso e

96 Havia entre os homens praças do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais, uma certa disputa pela atenção feminina, presente nesta música informalmente cantada em tom de "guerra" (brincadeira para enervar) por ocasião da visita das novas militares às unidades de fuzileiros: "Ó marinheira por que estás tão triste? Mas o que foi que te aconteceu? Foi o marujo que caiu do galho, deu três suspiros e depois morreu. Vem meu amor, não chores não, porque o naval é todo seu e é mais bonito que o marujo que morreu" (autor desconhecido).

adaptação destes sujeitos - há exceções - culturalmente em desvantagem sexual.

Em conversa informal com um militar que era a praça mais antiga de uma OM durante os primeiros anos de chegada das mulheres militares, este relatou sua preocupação constante em acompanhá-las, orientá-las e aconselhá-las, mesmo não sendo seu encarregado direto, para "protegê-las do ambiente selvagem, do assédio de alguns homens". A preocupação dele existia em relação às mulheres, exceto em relação aquelas que "sabiam se virar sozinhas", mas também em relação aos homens que poderiam "prejudicar a carreira deles". Esta fala indica uma percepção de que nem todas as mulheres demandam proteção masculina - podendo algumas assumirem posturas ditas transgressoras -, expondo um cuidado em proteger apenas as que não estivessem culturalmente preparadas para lidar com tal "incontinência de conduta"⁹⁷. Neste caso esta proteção assume um caráter mediador de cuidado preventivo, de acolhimento e de contribuição para reversão de uma possível desvantagem cultural de algumas jovens mulheres para lidar com tais situações, cooperando para o sucesso do seu ingresso. De toda forma, ainda que contassem com alguns importantes aliados, tais dificuldades impactaram as mulheres na sua chegada, tendendo a posturas que lhes exigiram um grande esforço para ocupação do espaço possível naquele momento, tornando-as merecedoras dos valorizados crédito e confiança masculinos, entretanto muito mais pela adaptação/aceitação do que pelo esforço dispendido - para a percepção masculina -.

Para as mulheres oficiais, tal qual na fala dos homens porém com um testemunho mais abrangente, na fase de recepção havia um ambiente de desconfiança e hostilidade:

Ouvi muito assim: "vamos ver se o corpo [quadro]feminino vai vingar mesmo... A Marinha está fazendo uma experiência... ". Por um lado eles queriam nos receber bem, mas existia uma coisa assim de "isso não vai dar certo". Só que todos foram verificando... foi todo um conjunto que definiu que vieram para ficar. (Mulher oficial A)

No início havia muita dúvida de que seria possível, sim. [...] O que mudou com a demonstração da capacidade da mulher... [...] Evoluiu com as mudanças nos cursos de adaptação e a criação do quadro

97 Nos discursos analisados as mulheres não relacionaram tais "abordagens mais insistentes" ao risco de sua permanência na instituição, o que caracterizaria o assédio sexual (Lei nº 10.224 de 15/05/01). Embora não signifique que não tenham ocorrido/ocorram alguns episódios. Sendo assim, optamos por classificá-los como incontinência de conduta (prevista na CLT, art. 482, alínea b), conforme definido pela professora Adriana Calvo (s/d): "em ambos os casos o ato é praticado por superior hierárquico, contudo, no assédio sexual por chantagem há o constrangimento por meio de promessa de alguma vantagem ou de ameaça de perder o emprego [ou algum benefício] em caso de recusa".

misto. O curso evoluiu em paralelo para os homens, não há mais tratamento diferenciado, a própria instituição passou a lidar com mais naturalidade com as diferenças de gênero, que não tem dúvida, existem. Em algumas situações ela não pesa, mas em outras pesa. A instituição ainda é direcionada para uma melhor carreira para os homens. Comissões no exterior são mais direcionadas para os homens, existem maiores facilidades de movimentações para os homens, a própria carreira dos homens operativos tem mais benesses. [...]. (Mulher oficial B)

No início teve muita fofoca porque também o Ministro da Marinha foi duas vezes visitar o curso de praças, o que não acontecia no curso dos homens. No início também havia um programa só para mulheres, que podiam solicitar o seu retorno para terra de origem. Durou seis meses. Quando entramos éramos tratadas como bibelôs, vistas como meninas bonitinhas para atendimento sexual. Não éramos vistas como profissionais. (Mulher oficial D)

A hostilidade para as mulheres praças vinha dos homens cabos. Os sargentos insatisfeitos se utilizavam de sua antiguidade para manter distância, e outros para aproximação. (Mulher oficial E)

Se algumas oficiais acreditam que os homens têm facilidades de carreira, os homens oficiais (citados em outra questão) acreditam que há um favorecimento para as mulheres nestas questões. A relatada utilização das relações hierárquicas pelos homens para manter distância ou para se aproximar, configura um espaço contraditório que tanto pode facilitar quanto dificultar as relações de gênero igualitárias. Já a ocorrência de fofocas significa muitas vezes um "maná"⁹⁸ que funciona como um espaço simbólico de resistência e crítica de autoria desconhecida, atuando de forma anônima no disciplinado campo militar.

Para as mulheres praças a recepção assemelha-se à percepção relatada pelas oficiais:

Na unidade onde cheguei tinham muitos civis. A recepção não foi das melhores porque no meu setor tinham muitos cabos antigos, não passavam o serviço direito, pensei até em desistir... Eu tinha também um encarregado de pessoal muito áspero. Eu era a única mulher na formatura semanal para inspeção de barba e cabelo e ouvia muitas gracinhas. (Mulher praça A)

Dentro dos padrões militares fui recebida dignamente. [...] No começo a relação homem/mulher foi difícil porque não estavam acostumados com mulher, tinham piadas, certas conversas, falavam o que queriam. Levei um tempo para me adaptar e mostrar para eles quem eu era. Depois já tinham outra

98 Pensamento desenvolvido a partir de intervenção da Professora Adriana Vianna, membro de banca examinadora da defesa de dissertação de mestrado de Fernanda Chinelli no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ (22/02/08).

cabeça. Mas sempre ficava atenta, falava que não estava gostando... pedia para me retirar. Hoje esta dificuldade não existe. (Mulher praça B)

[...] Eu tive boa recepção. Você era muito avaliada, hoje não te avaliam tanto. "Vamos ver como elas se saem, tanto em termos militares, quanto da sua especialidade". Hoje ninguém mais é mais avaliado assim. Tem uma cobrança maior sobre as mulheres em relação à postura militar. (Mulher praça C)

Em alguns casos a recepção às mulheres militares foi "ruim", mas em sua maioria houve um certo nível de dificuldade que exigiu um esforço a mais das mulheres para se adaptarem (superexigências), cabendo lembrarmos que os homens também se esforçaram em alguma medida para esta adaptação. Observa-se no conjunto das respostas analisadas, uma tendência da percepção masculina desvalorizar os avanços femininos, tentando culpabilizá-las por dificuldades porventura existentes. Tais relutâncias revelam mais do que aparentam. Revelam um confronto nas relações de gênero num território cujas fronteiras culturais demarcam espaços de distribuição do poder.

Após quinze anos do ingresso feminino, houve uma significativa mudança institucional que contribuiu para alterar a construção das relações de gênero, ocorrida por ocasião da autorização para que as mulheres portassem arma e participassem do serviço de segurança das instalações militares⁹⁹. Algumas opiniões à respeito:

Não sei porquê não davam serviço armado. Quando passaram a dar serviço da mesma forma que os homens, só fez ampliar a integração. Diminui a distância, foram reduzindo as diferenças que existiam. (Homem oficial B)

Foi um momento de choque. [...] O que vi foi uma certa resistência e perplexidade tanto de homens quanto de mulheres. De homens por acharem que as mulheres não teriam aptidão física ou competência para dar o serviço armado. E de algumas mulheres por achar que aquilo poderia causar até algum problema de saúde, carregar um peso durante horas. [...] Acho que foi uma conquista no lado da busca da igualdade, as mulheres ganharam mais espaço, mais reconhecimento, mostraram que são capazes, têm aptidão, e até às vezes, muito mais que homens. Que elas têm a mesma frieza, a mesma capacidade de tomar decisões. (Homem oficial C)

99 O Decreto nº 1.835 de 14/03/96, revogou o artigo 40 do Regulamento do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), que previa: "as militares do CAFRM não farão serviço afeto à segurança de instalações ou de pessoal, exceto em situações de emergência ou de perturbação da ordem interna, desde que formalmente determinado por autoridade com expressa delegação de competência do Ministro da Marinha".

Muitas críticas surgiram contrárias a essa decisão. [...] a expectativa que existia na época era de que as mulheres não se adaptariam por serem mais "frágeis" fisicamente. Tal "barreira" foi sendo vencida aos poucos. (Homem oficial D)

Veio atender uma cobrança dos homens desde o ingresso da mulher na Marinha. Eram discriminadas nesta parte. Já que estão nas Forças Armadas, têm que dar serviço armada. Mesmo sabendo que a mulher é o sexo frágil, já que elas querem entrar na Marinha, têm que fazer o que os homens fazem. (Homem praça C)

O único problema era o serviço armado, foi um entrave na relação, o serviço armado. Entendíamos como regalia, privilégio. Acho que foi por entrave burocrático [o motivo para não darem serviço armadas antes], acho que foi positivo inclusive para as mulheres. (Homem praça D)

Já as mulheres também apresentam opiniões contraditórias:

[...] Eu na minha época não tive o treinamento necessário para isso. Com adestramento eu acho perfeito, de igual para igual, não pode ter discriminação. (Mulher oficial A)

Muitas se queixaram porque não queriam a responsabilidade de trabalhar armadas e porque a filosofia inicial de criação do quadro não era essa, outras gostaram. Acho que no início não estávamos qualificadas para este tipo de serviço, mas depois de preparadas, foi bom para a situação de igualdade de tratamentos, para buscar cada vez mais situações de semelhança com os homens. Para direitos iguais também devemos ter deveres iguais. (Mulher oficial E)

Achei ótimo. O militar é um profissional das armas. Como afirmar que é militar se não conhece e lida com armamento? Pode não ter aplicação direta, mas foi ótimo. Quando você começa a querer ter muita regalia, coloca seu serviço em xeque. [...] Foi mais um crédito para sermos tratadas como militares. (Mulher praça A)

[...] Se a gente quer igualdade, tem que usar. Algumas mulheres se sentiram realizadas, "estamos no mesmo barco", o serviço é para todos. (Mulher praça B)

A maioria dos homens oficiais e praças concordam que o fato foi uma conquista na busca da igualdade, superando parcialmente a imagem de fragilidade física feminina e diminuindo distâncias - "equiparando-se" - entre feminilidades e masculinidades. Na opinião dos homens praças e das mulheres oficiais tal decisão veio ao encontro dos anseios masculinos que julgavam as mulheres privilegiadas. As oficiais argumentam que pelo enfoque de uma maior igualdade foi um passo à frente, mas pelo aspecto do quase invisível custo pessoal feminino

implicou numa resistência inicial devido a mais uma sobrecarga de responsabilidades. Estas afirmações nos fazem refletir sobre quando as fronteiras culturais serão derrubadas na esfera doméstica, de modo que todos os sujeitos passem a ter também as mesmas obrigações e prerrogativas familiares. Se bem que reconhecemos ser este um espaço de controle e poder femininos. Para as mulheres praças, que não citam o custo pessoal, embora este conhecimento e experiência não tenha "utilidade direta" pelo não acesso às especialidades de combate, houve ganho no tratamento delas como militares pelos homens e no sentimento de pertencimento à Força, levando muitas a uma "realização profissional maior". O que revela o quanto os símbolos e valores da cultura militar influenciam o comportamento de algumas militares.

Acreditamos que foi uma modificação importante e possível na busca da igualdade entre homens e mulheres militares, na busca de uma gestão de pessoal mais justa e equitativa, cujas ressignificações nas ditas fronteiras masculinas e femininas, ensejou um passo para o encurtamento de distâncias. Possibilitou o rompimento parcial de algumas representações estereotipadas dos homens em relação às mulheres, como proteção e fragilidade física. Sobre isso uma mulher praça menciona: "tenho minhas limitações físicas como pessoa, não como mulher, pois têm mulheres bem atléticas". Embora mais uma vez o custo incidente sobre as funções sociais femininas tenha sido renegado ao "nó cego" das relações trabalhistas.

Uma questão sobre a qual ainda há distanciamento entre os papéis de homens e mulheres dificultando a reconstrução das relações de gênero é a articulação entre esfera doméstica e esfera profissional e sua incidência sobre o desempenho militar delas e deles. Os homens oficiais reconhecem a ocorrência de uma sobrecarga maior sobre as mulheres devido à diferença de papéis sociais. O que varia entre os homens é o nível de aceitação e formas de solução em relação a esta sobrecarga. A maioria dos comentários são sobre o impacto "um pouco maior" no desempenho das mulheres que pode ocorrer em "qualquer empresa" (não observando o ônus adicional da rigorosa carreira militar para tal sobreposição), sobre "atrapalhar um pouco" o trabalho, o que os homens compreenderiam porque têm família e sabem a rotina "penosa" das mulheres em casa e sobre o esforço de "superação feminina" para acumular tarefas domésticas e profissionais.

Por outro lado, há comentários negativos sobre a falta de priorização do trabalho pelas mulheres diante de um filho doente (sendo deixado "para ser feito depois ou dali a dois

meses") e sobre o uso que algumas mulheres fazem desta sobrecarga como "escudo" diante de dificuldades no trabalho ou ainda o fato de outras só priorizarem a carreira, "deixando sua prole apenas nas mãos de babás ou parentes". Se os comentários por um lado revelam a mudança positiva de percepção de alguns homens sobre o significado da família e do papel das mulheres mães trabalhadoras, por outro lado revelam que alguns homens ora reclamam das mulheres priorizarem o filho doente, ora reclamam das mulheres priorizarem a carreira. Este é mais um dos dilemas que a mulher trabalhadora enfrenta - permanências -. Se as mulheres estão divididas entre estas duas indissociáveis esferas, os homens também estão divididos entre posicionamentos modernos e conservadores¹⁰⁰.

Os homens praças reconhecem o grande impacto sobre a mulher (o apoio masculino "não é da forma que a mulher deseja") e estendem seu discurso aos prejuízos causados também aos filhos e ao relacionamento conjugal. Para alguns, este seria o "lado negativo" para as mulheres que fizeram a opção pela carreira militar. Um deles ressaltou que o embarque também causa impacto sobre os homens militares pela separação da família e pelas dificuldades para o estudo. Apresentam portanto, em divergência dos oficiais, um enfoque voltado para o ponto de vista das dificuldades pessoais das mulheres e dos homens, não abordando o impacto profissional.

Todas as oficiais revelam um maior impacto e dificuldade sobre a mulher:

Em relação ao profissionalismo, a única prejudicada é a mulher. Ela não diminui a dedicação ao trabalho, ela se dedica tanto quanto o homem, mas vira dez pessoas ao mesmo tempo para ser mulher, mãe, dona de casa. Não vejo as mulheres darem menos de si no trabalho por conta disso. Isso vai ter um prejuízo na mulher, mais estressada [...]. Mas não querem saber se você é casada ou não, querem a mulher dando de si exatamente como um homem.[...] Mas pela cobrança que a própria mulher se faz, ela que acaba sendo a única prejudicada. [...] Eu acho que o homem se sente menos cobrado em relação a este papel na família. (Mulher oficial A)

Em alguns momentos as mulheres passam por problemas de necessidade de uma presença maior em casa, isso de alguma maneira interfere negativamente no trabalho. Os homens acho que já lidam melhor, por contar com a esposa em casa. Tem esposas que trabalham fora, mas ela geralmente não é militar, tem hora para sair do trabalho. (Mulher oficial C)

¹⁰⁰Rocha-Coutinho (1994) analisa o sentimento feminino de divisão entre o papel de esposa e mãe que desde a infância foram ensinadas a cultivar, e o papel profissional que desde a adolescência passaram a acalantar. Divididas entre estes papéis, tentam multiplicar-se para conciliá-los, gerando uma existência conflituosa.

A única ressalva que fazem sobre esta articulação causar um impacto negativo no trabalho, ocorre quando a presença da mulher é "mais necessária" em casa (doença dos filhos ou do marido, necessidade especial). Estas falas indicam ainda, em conjunto com outras respostas analisadas, uma tendência delas ao negligenciamento de suas necessidades enquanto sujeitos individuais, sugerindo que as mulheres também não têm poder sobre o seu tempo, que pertence ao trabalho, aos filhos e ao marido. Tal escala de prioridades, acreditam, causa mais complicações se o cônjuge for civil do que se for militar. Algumas oficiais citam mudanças na participação dos homens nas tarefas familiares, embora ainda "não ideal", acreditando que os homens militares também passaram a demandar algum tipo de "concessão" institucional para atender às necessidades familiares. Acerca dessa questão é interessante o seguinte relato - que assume um tom contraditório:

Acho que os homens passaram a lançar mão mais das necessidades domésticas para "concessões" dentro da instituição. As mulheres foram impondo suas necessidades e buscaram conciliar essas necessidades domésticas com a instituição porque era imprescindível para não se perder espaço. Acho que até efetivamente abrindo mão do tempo da família muitas vezes, do tempo para a educação dos filhos, abrindo mão de muita coisa do espaço doméstico para atender às necessidades da instituição. (Mulher oficial B)

A maioria das respostas das mulheres praças aponta para um grande impacto sobre elas, comprometendo o aspecto "emocional" e a "concentração no trabalho", gerando "estress", frustração de "querer dar conta de tudo e não conseguir" e prejudicando os estudos pela incompatibilidade de horários. Tal impacto é mais uma faceta da sobrecarga devida às mudanças da modernidade ocorridas no cotidiano das mulheres não acompanhadas por respectivas mudanças na rotina dos homens. Ao passo que as oficiais enfatizam em suas respostas o desdobramento (multiplicação) das mulheres para atender a estas duas "instituições vorazes", gerando um alto custo pessoal feminino - conciliação para não perder espaço -, as mulheres praças focalizam apenas os aspectos negativos desta "conciliação" sobre o trabalho. Embora em geral os homens apresentem uma relativa aceitação deste impacto, parecem menos inclinados à uma proximidade com as implicações pessoais e profissionais da sobrecarga de papéis sociais pelas mulheres. Os discursos revelam algumas possibilidades na reconstrução de identidades ao exporem um movimento dos cônjuges destas mulheres militares na direção de alguma participação na esfera doméstica, extrapolando a esfera

militar. Observamos nestas falas a possibilidade do trabalho (caserna) - e não somente a família - funcionar como um espaço facilitador de transformações nas relações de gênero, transferindo-as para o espaço do privado (casa) e vice-versa.

Sobre possíveis perdas de oportunidades profissionais devido à citada sobrecarga feminina, a maioria dos homens oficiais reconhece tal perda creditada à priorização da família pela mulher, para um deles, por se "sentir mais protegida" pela estabilidade funcional (culpabilização). Acreditam que haja um "desbalanceamento em favor dos homens" em situações como indicações para certas comissões ou "missão boa", devido dedicarem-se totalmente ao trabalho ("dedicação 100%"). Mas, a julgar pela reincidência da citação das licenças maternidade no discurso masculino¹⁰¹, e pelo revelado no discurso feminino, somos levados a crer que podem ocorrer também tipos mais velados de ônus impostos às mulheres e não somente perdas de oportunidades profissionais. O paradoxo é que algumas normas são assimiladas de modo a acentuar as diferenças¹⁰², fundamentando a discriminação (SCOTT, 1991). Se o reconhecimento dos oficiais quanto às perdas profissionais impostas às mulheres pode significar um passo à frente para a reconstrução das relações de gênero, a sua atribuição à culpabilização individual feminina pode significar um retrocesso neste caminho.

Em discordância com os demais grupos, os homens praças negaram esta perda, apontando para algumas dificuldades "naturais" devido à opção profissional que as mulheres fizeram (individualização), incluindo perdas relacionadas à vida conjugal e filhos, mas não à profissão. Prevalece nestes discursos um enfoque individualista da causa e solução da questão restrito ao dito universo feminino. Mas tal dilema apresenta-se à sociedade e ao trabalho (público) e não à mulher e à família (privado), dependendo da articulação entre a vida profissional e privada de homens e mulheres e de mecanismos de proteção social para ambos.

Todas as mulheres oficiais identificam perdas de oportunidades profissionais citando casos como preferências por homens em transferências para unidades fora do Rio de Janeiro ou em indicações de confiança ("porque não têm que cuidar dos filhos", ou elaborar um complexo arranjo para tal). Associam tais perdas ao acúmulo de seus papéis sociais (sem

101A gravidez ora é citada pelos homens como um exemplo de situação que não implica em perdas profissionais para as mulheres, ora como situação da qual algumas mulheres fazem uso para obterem um afastamento maior do trabalho. Algumas oficiais citaram casos de discriminação no passado contra militares que apresentaram gravidezes sucessivas e uma mudança em direção a uma maior aceitação atual.

102Principalmente se considerarmos que a legislação trabalhista têm atrelado a inclusão social das mulheres ao privilegiamento de suas funções sociais, focada no papel de mãe e não na condição de sujeitos portadores de masculinidades e feminilidades.

problematizá-los) e em algumas ocasiões a uma "escolha" das mulheres que "abrem mão" de conquistas em favor da "conciliação e equilíbrio" do espaço doméstico e profissional ("às vezes ganhando, outras vezes perdendo"). Segundo as respostas analisadas, acreditamos que no seu cotidiano profissional as mulheres apresentem uma tendência à priorização das necessidades laborativas, ocorrendo o favorecimento da família apenas em episódios excepcionais como no caso de doenças e em situações onde ganhos profissionais signifiquem um custo/sacrifício adicional à mesma. Parece haver um limite, muito mais feminino do que masculino, entre o custo necessário admissível para a família e um custo adicional não tão imprescindível. Na equação do custo familiar admissível para a carreira profissional, incluem-se as variáveis econômicas, sociais e identitárias.

As mulheres, dentro do possível, tentam poupar/proteger a família, mas apresentam no seu cotidiano a adoção de um modelo de carreira masculino, tendendo a reforçar a desqualificação da esfera privada. As respondentes não problematizam a desigualdade da divisão de papéis sexuais culturalmente estruturados em nossa sociedade e não contextualizam a abdicação compulsória de certas oportunidades profissionais em relação ao ônus quase exclusivamente feminino ocasionado pela sobreposição entre trabalho e família.

Maria Markus (1987) elabora uma importante análise sobre a relação das mulheres com o sucesso e com o princípio da realização. É preciso antes de tudo considerarmos o significado do sucesso para as mulheres, pois segundo a autora, a medida de sucesso e de realização feminina é dada não pelo reconhecimento social ou por recompensas externas, mas pela realização pessoal. Para as mulheres, dadas suas experiências aprendidas, o que define o sucesso é a "experiência pessoal interpretada como satisfação", a qual seria composta pela valorização das relações interpessoais, pela capacidade de colaboração e de ser útil. Complementando, Rocha-Coutinho (1994) entende que o ser útil é um dos pilares da subjetividade feminina: o "ser para os outros". O esforço feminino para equilibrar sua realização pessoal entre o conceito de maternidade e as aspirações profissionais, apresenta um alto preço. Muitas vezes, afirma Markus, significa renunciar à importantes oportunidades profissionais, "optando" por funções onde se trabalhe muito, mas com arranjos mais flexíveis.

Tais práticas de renúncia, a desafiar o modelo masculino de sucesso, não raras vezes trazem frustrações pessoais, representando ainda um entrave à expansão de recompensas profissionais para as mulheres, perpetuando fronteiras culturais e hierarquias de gênero.

Portanto, as chances das mulheres terem sucesso, estão - sob fogo cerrado - comprometidas tanto por restrições institucionais afetas aos planos de carreira, quanto pelos citados fatores dissuasórios afetos à "conciliação" de papéis que as desestimulam a competir nestas condições injustas. A autora ressalta que tal equilíbrio não compromete a prioridade do trabalho na vida das mulheres, mas revela sua desmotivação para concentrar suas vidas somente na esfera profissional, valorizando também outros espaços de "ligações e lealdades humanas". A subversão deste princípio de realização articulado ao sucesso profissional e às recompensas externas, depende do esforço comum de sujeitos portadores de feminilidades e de masculinidades a renegociarem tarefas e responsabilidades nas esferas doméstica e pública.

As opiniões das mulheres praças se dividem, algumas acham que existem perdas profissionais, pois devido ao seu papel na família as mulheres não possuem condições de pleitear certas comissões. Referem ainda prejuízos em relação à perdas pessoais, redução do sentimento de segurança e da capacidade de liderança. Acrescentam que se a mulher quiser ter oportunidades iguais, "vai ter que lutar muito" (individualização), atribuindo o sucesso à "grande força feminina" e ao sacrifício de seus sentimentos (segundo análise documental, estas representações são classificadas no discurso oficial como "dedicação extremada"). Nota-se que para reduzir o risco de perdas profissionais - desigualdades -, as mulheres precisam sacrificar-se e esforçar-se muito, gerando um desmotivador alto custo pessoal e familiar - diferenças -, mas se não conseguirem, as perdas também tendem a ser associadas à culpa individual. Segundo este discurso, de um jeito ou de outro as mulheres perdem, ou penalizadas pelo alto custo da obtenção de destaque profissional ou culpabilizadas por eventuais perdas.

No que se refere à opinião sobre possíveis mudanças na imagem da instituição perante a sociedade, as respostas revelam uma divergência com a questão anterior. Embora alguns oficiais tenham apresentado alguma hesitação inicial, todos concordam que houve mudanças positivas na imagem da instituição, mencionando a "atração que virou o desfile de 7 de setembro todo ano" e uma "maior aceitação e receptividade" por parte da sociedade devido a um "acesso mais democratizado":

Não sei avaliar, se em função da mulher gerou alguma coisa que fizesse esta... acho que o público externo olha e vê tanto o homem quanto a mulher desempenhando a atividade, acho que ele se

identifica mais com a própria população. Aproxima mais ter nas fileiras tanto homens quanto mulheres. Aproximou mais a instituição da população. (Homem oficial B)

Contribuiu com certeza [para mudança na imagem da instituição]. Não posso destacar em que aspecto, exceto o aspecto emotivo de ter mulher na Marinha. O fato da Marinha começar a espelhar mais o mercado de trabalho do meio civil, é positivo de como a sociedade vê a Força Armada.[...] (Homem oficial C)

Nota-se após hesitação, o reconhecimento de uma mudança da imagem institucional, mas privilegiando o enfoque da reação da sociedade em geral, migrando da lógica militar masculina que enquadrava boa parte das respostas à questão anterior, para uma opinião pautada na lógica do funcionamento da sociedade.

Entre os homens praças também as opiniões são unânimes sobre a mudança positiva na imagem da instituição, que passou a ser "mais democrática", "justa", "leve" e "moderna" (para um entrevistado, suavizou a fama de "mulherengos" e "arruaceiros" dos marinheiros), provando para a sociedade que a "convivência entre homens e mulheres é possível". Tudo indica que as mulheres contribuíram para mudanças cuja penetração e reconhecimento foram maiores no círculo de praças do que no de oficiais. Possivelmente porque a perspectiva deles está menos bloqueada pela questão de gênero, sobre a qual prevalece em grande medida a hierarquia, pois foram diretamente beneficiados por relações de subordinação mais justas e se situam mais distantes do núcleo de poder.

As opiniões das mulheres oficiais aludem a uma maior proximidade da instituição com a sociedade ("representação do povo", "valorização da imagem por uma visão democrática de igualdade direitos") e a uma interessante observação sobre os homens passarem a se permitir exibir alguns traços tidos como exclusivos das mulheres ("choro nas despedidas"). Já nas opiniões das mulheres praças predominam valores tidos como tradicionalmente femininos emprestados à instituição: "mais bonita, mais humana", "coisa linda" e "mais charmosa". De uma forma geral, todos os grupos referem mudanças na imagem institucional, que de maneira restrita incorporou/emprestou à sua representação qualidades tidas como exclusivamente femininas - tokenismo -. Logrou-se assim, um reconhecimento social que contribuiu para a adequação da profissão militar à modernidade, distanciando-se da imagem de virilidade e associando-se à imagem de competência/profissionalismo.

3.2.3 O discurso institucional em perspectiva

Concluindo, analisaremos alguns aspectos identificados a partir das notas em BONO e Ordens-do-Dia elaboradas anualmente em comemoração à data de ingresso da mulher militar na Marinha. Para tanto procuramos abordar as permanências e mudanças na trajetória de construção destes discursos, identificando as principais categorias presentes, suas reincidências e a inauguração de novas categorias. A maioria destes documentos estudados enfatizam o reconhecimento da instituição pela acertada decisão, atribuída ao respeito conquistado pela competência profissional feminina. Predomina a utilização de categorias como: reconhecimento, competência, profissionalismo, respeito, pioneirismo e justificação. Não por acaso, estas categorias da memória oficial também estão bastante presentes na memória individual de vários de nossos entrevistados.

Nas notas iniciais até 1984, último ano da gestão do Ministro Alte. Maximiano, observa-se um discurso enaltecendo a eficiência feminina e do sucesso da "pioneira experiência" que "ultrapassando expectativas" passou a ser reconhecida até pelos mais "céticos e radicais". Estes textos indicam uma preocupação em afirmar o quanto esta decisão foi correta, o quanto as qualificações femininas têm sido importantes para a Força. Menciona-se ainda que as mulheres militares não somente corresponderam à "confiança da MB e da nação", como modificaram a "paisagem naval". Tal tipo de mudança "cosmética" seria mais claramente qualificado a partir dos discursos de 1985.

Na nota de 1985, ano em que assume o Ministério da Marinha o Alte. Henrique Sabóia (1985-1990), nota-se uma significativa redução de conteúdo das notas e a introdução de categorias enalecedoras das qualidades tidas como femininas secundarizando sua qualificação profissional, tais como: "garbosos uniformes" e "excelente apresentação pessoal". Entre 1986 e 1987 observa-se uma alteração não somente em relação ao conteúdo do discurso, mas quanto à sua forma e autoria. Nesta data passa a ser de responsabilidade do Diretor do Pessoal Militar da Marinha a elaboração de tais textos, significando uma certa perda de *status* para a celebração da data, que até então eram de autoria do Ministro da Marinha e passam a ser redigidas por um Vice-Almirante. Situação que seria revertida somente em 1998, após a extinção do CAFRM e unificação dos quadros.

Digno de registro é a questão que passa a figurar em nota de 1987 (e depois somente em 1995) de autoria do Vice-Almirante Mauro Brasil:

Reconhecemos constituir-se para a mulher um obstáculo a mais dedicar-se aos rigores da profissão militar e harmonicamente, para muitas delas, desincumbir-se de suas tarefas diárias no lar. A par do indispensável equilíbrio, muita tenacidade, abnegação, dedicação e entusiasmo fazem-se necessários para ultrapassar e vencer as dificuldades e as preocupações de cada dia.

Pela primeira vez o nó invisível da sobrecarga de papéis sociais femininos ganha visibilidade no discurso institucional para enaltecer qualidades tidas como femininas: harmonia, equilíbrio, abnegação e dedicação. Ainda nesta nota fica evidente o espaço circunscrito das mulheres no território militar: "o CAFRM continuará na conquista do lugar de destaque que lhe é reservado na comunidade naval". Tal espaço reservado de destaque que muitas vezes pode ter contribuído para o fortalecimento de diferenças entre homens e mulheres militares, só seria descaracterizado a partir de 1997.

Na Ordem-do-Dia nº 003/91 do Diretor de Pessoal Militar da Marinha, Vice-Almirante Mauro Angelo Maia, chama a nossa atenção o seguinte parágrafo:

Tanto as Oficiais como as Praças, oriundas das mais diversas formações profissionais, se moldaram à estrutura naval com a conscientização da responsabilidade para com o cumprimento do dever [...].

Ocorre aqui uma celebração da adesão feminina às estruturas de poder estabelecidas, estimulando-as portanto à continuidade de uma conduta responsável, cumpridora de deveres e de honra às tradições navais. No entanto inexistente neste discurso uma articulação de tal adaptação também por parte das estruturas institucionais.

A categoria "integração" das mulheres aos demais Quadros e Corpos, começa a despontar nas notas a partir de 1990, após ampliação do acesso feminino ao posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra (1988), tornando-se rotineira a partir de então. Em 1996 tal integração passa a ser articulada à nova "fase de modernidade administrativa da MB", que culminaria na reformulação dos Quadros Auxiliares e Complementares.

Em 1999 é citado o acerto da iniciativa da nomeação do Alte. Maximiano como Patrono do ingresso da mulher militar (Portaria nº 284/99 do CEMA), o que para nós foi uma

forma de criar um mito que garantisse a sobrevivência deste marco pioneiro da instituição, mesmo após a extinção do CAFRM em 1997. A data que antes era celebrada enquanto aniversário do Corpo Feminino da Reserva, passa a ser celebrada como o aniversário do ingresso da mulher na Marinha. Inventou-se uma nova tradição a ser anualmente renovada e lembrada por meio de referências culturais, literárias e rituais (POLLAK, 1989).

De forma resumida, as notas comemorativas iniciam enfatizando o sucesso da experiência atribuída à eficiência das mulheres, passando a enaltecer o garbo dos uniformes atrelado à mudança no panorama (1985-1987), abordando posteriormente sua adaptação às estruturas (1990-1991), sua integração institucional (1995-1996), para a partir de 1998 apresentando um enfoque mais padronizado, abordar categorias como integração/adaptação, competência e merecimento. Em 2005 começa a constar destes discursos a proximidade da MB ser a primeira Força Armada a possuir uma mulher oficial general (almirante) do país. O que significa uma preparação para capitalizar também este fato a favor da imagem de pionismo da instituição.

Ao analisarmos a trajetória destes discursos, observamos que esta sofre alterações de acordo com o enfoque dos seus autores sobre a inserção feminina, revelando o confronto de opiniões neste campo de poder, que ora buscam legitimar a decisão tomada enfatizando a imagem da eficiência e competência, ora enfatizam, segundo as percepções de seu autor, a imagem da beleza dos uniformes femininos e a mudança na paisagem naval. Mas mesmo nestes aspectos podemos notar mudanças significativas principalmente após a unificação dos Quadros, prevalecendo nos discursos categorias não mais exclusivamente femininas, mas possíveis de serem atribuídas tanto à mulheres quanto aos homens. Importa ainda acrescentarmos que estes textos, enquanto formadores da memória oficial, exercem tanto um papel de reprodução e legitimação quanto de produção ao captar tais imagens e interpretá-las de uma forma singular e útil à serviço de seus objetivos. Assim, é formatada uma relação dialética entre as mudanças nas práticas militares e a interpretação delas feita, que se influenciam mutuamente. Tal relação confere ao discurso institucional a qualidade de alimentar as relações profissionais de gênero, tornando-se um ator a participar da arena política onde se incluem os processos de mudança e de construção social de significados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Das que vieram e das que virão.
Enfim, elas continuam chegando
e mostram toda a força que precisam ter
e toda a suavidade que podem demonstrar
Chegam e ocupam, como espuma
todos os espaços possíveis
e empurram, com delicadeza,
todos os percalços visíveis.*

Versos do poema de autoria da CT (AA) Aidê Faé (2005, p. 308)

As contradições e as aparências falsificadoras conferem a tônica das relações de gênero no campo estudado. Muitas vezes comportamentos e vitórias que parecem indicar avanços no sentido de uma proximidade entre masculinidades e feminilidades militares, acabam revelando-se fortalecedores das estruturas de poder inscritas nas hierarquias de gênero. Assim como o que parece ser “vantagem” profissional para as mulheres - reduzidas movimentações, qualidades exaltadas de zelo e garbo com o uniforme e de competência profissional -, acabam revelando-se a médio ou longo prazo em desvantagens, comprometendo o credenciamento e legitimidade devidos aos detentores do conhecimento genuíno e da cultura da experiência, bem como obscurecendo suas qualificações profissionais. As contradições indicam o confronto de forças em jogo, que por sua vez revelam o que Janaína Silva (2006, p. 117) também observou em sua pesquisa: “talvez elas não sejam plenamente aceitas pela cultura interna”. Esta aceitação parcial implica não numa discriminação direta, mas em resistências ao pleno acesso feminino na carreira.

Mesmo as estratégias femininas de controle e resistência à hegemonia masculina são

controversas - lágrimas, suavidade, delicadeza, voz baixa - e, embora denunciem o confronto de relações assimétricas de poder, ao reforçarem valores masculinos dominantes, favorecem o distanciamento das mulheres dos espaços de poder. O discurso da competência e da adaptação femininas ao meio militar, presente no discurso dos membros e da própria instituição, implicam num reconhecimento e respeito ao comprometimento das subjetividades femininas e respectiva aceitação das relações de poder existentes, e não exatamente ao esforço e dedicação empreendidos. Tal respeito, enquanto ética da autoridade, é ainda uma conquista marcada pela perenidade, constantemente ameaçado pelos outros ou pelas próprias mulheres.

A celebrada competência feminina, se por um lado representa um investimento¹⁰³ que lhes permite alguma continuidade no território militar, por outro lado fortalece o seu confinamento ao espaço reservado das funções subsidiárias. O espaço feminino na sociedade tem sido articulado não ao resultado direto do seu esforço, mas ao significado que estas atividades adquirem nas representações inscritas na interação social e perpassadas pela cultura e pelo poder (SCOTT, 1999).

A inacessibilidade das mulheres ao saber genuíno ministrado exclusivamente nos cursos de formação militar tem comprometido sobremaneira sua legitimidade institucional para o exercício do poder, fazendo com que sejam mais testadas e exigidas em funções com maior poder de decisão. Tais pressões e cobranças, acentuadas no círculo de oficiais, revelam ainda o confronto de forças entre as nobres atividades masculinas do combate e as rotineiras atividades femininas de apoio. Mas acreditamos, assim como Lopes (1996), que as relações de gênero, suas desigualdades e a própria divisão sexual do trabalho e do saber não sejam categorias imutáveis, pois o campo das práticas militares é rico em significados que transcendem a nossa reflexão.

Interessante notarmos que apesar da formação militar diferenciada, homens e mulheres responderam de forma semelhante à pergunta sobre o significado de ser militar, prevalecendo uma forte noção de "compromisso com a nação" e valores idealizados da profissão como "honestidade, responsabilidade, exemplo, ética, moral e disciplina". No entanto, ocorreram diferenças na entonação das respostas. Para os homens uma entonação de voz usual e para as mulheres uma entonação mais vibrante (uma delas com a voz embargada

103 Junqueira (1999) em seu estudo sobre as desigualdades de gênero na magistratura acredita que a preocupação com a atuação profissional, presente também entre as primeiras magistradas, deva-se à consciência da contribuição de seu desempenho para a mudança de imagem da mulher entre os desembargadores.

pela emoção), o que no indica que o processo de incorporação da cultura organizacional, no que se refere aos seus valores comportamentais, é assimilado de maneira semelhante por homens e mulheres, com uma nuance feminina no que toca a uma maior valorização da profissão formatada pela trajetória de suas batalhas culturais travadas diariamente.

Os homens oficiais em relação aos homens praças, segundo o conjunto das respostas e silêncios obtidos, apresentaram um discurso centrado na grande capacidade de adaptação feminina, observando mudanças somente no nível ético-cultural dos comportamentos individuais e não no nível estrutural. Já para o segundo grupo há um reconhecimento de mudanças nos dois níveis, porém associadas às enaltecidas qualidades ditas femininas e não à qualificação profissional. No grupo dos oficiais há um maior questionamento da autoridade feminina articulada ao seu não acesso ao saber genuíno. No círculo de praças é conferida uma maior legitimidade à tal autoridade, onde de forma geral, houve um maior reconhecimento das mudanças ocorridas, devido também à sua menor proximidade do núcleo do poder. Todavia é uma legitimidade relativa, posto estar restrita às funções militares em unidades de terra. Enquanto para os oficiais prevalece um distanciado discurso de culpabilização da mulher em relação à sobrecarga de seus papéis sociais, para as praças sobressai a observação do forte impacto pessoal feminino e familiar destes papéis.

As divergências de opiniões dentro do dinâmico e heterogêneo campo da hegemonia masculina, atuam forçando estratégias para forjar a sua coesão grupal, implicando em três tipos de posturas perante o ingresso feminino, segundo classificação de Silva (1999): ignorá-lo, protegendo-se num discurso “igualitário”, presente na fala de alguns entrevistados; exaltá-lo num discurso “idealizador” do feminino, presente sobretudo no discurso oficial da instituição; ou desqualificá-lo assumindo um discurso discriminatório, presente raras vezes no discurso dos nossos entrevistados. No seu conjunto, os dados obtidos indicam uma proximidade entre o discurso dos homens oficiais e das mulheres praças, ambos apresentando opiniões indicadoras de adesão à ordem dominante masculina e de naturalização das conquistas femininas. Tal qual no primeiro grupo, desponta no discurso das mulheres praças a grande capacidade de adaptação feminina - analisada anteriormente -.

Acreditamos que onde melhor identificamos a lenta reconstrução das relações de gênero e o confronto de forças pelo poder hegemônico, seja na complexa interação do discurso dos homens e mulheres oficiais. Muitas vezes estes discursos se complementam,

noutras vezes se reforçam e noutras se contradizem. Há complementariedade na questão indicada pelos homens sobre o questionamento da autoridade feminina e na opinião das mulheres sobre maiores cobranças e testes conforme assumem funções mais próximas do poder. As opiniões se reforçam em relação às mudanças ocorridas nos comportamentos profissionais, mas há contradição no quesito sobre estas mudanças terem atingido também o nível estrutural. Há muitas contradições por exemplo, em relação às práticas discriminatórias, à contribuição para o aperfeiçoamento profissional da Força e à atribuição dos avanços femininos a um processo natural ou à sua competência e à necessidade institucional. A complementariedade e o reforço expressam com clareza as barreiras que as mulheres e homens militares venceram ou ainda têm por vencer, ao passo que as contradições expressam de forma obscurecida quesitos onde o poder hegemônico masculino luta por se manter, e portanto, espaços que as batalhas culturais ainda têm por vencer.

Os discursos das mulheres e homens praças convergem principalmente na ênfase às qualidades ditas femininas e no impacto pessoal feminino - e não profissional - causado pela sobrecarga de papéis sociais. Divergem na consideração das mulheres sobre a presença feminina não ser mais objeto de questionamento e no conhecimento/interesse sobre os avanços no plano de carreira das oficiais. Os discursos dos homens praças e das mulheres oficiais convergem principalmente em relação à contribuição feminina para o aperfeiçoamento profissional da Força - embora para eles associado às qualidades ditas femininas - e à ocorrência de superexigência em funções mais próximas do poder. Divergem em questões sobre a presença de práticas discriminatórias e sobre a ocorrência de perdas pessoais e profissionais - para eles somente pessoais -.

Para as mulheres praças não houve ameaça ao poder e hegemonia masculinos, enquanto que para as mulheres oficiais, mais próximas do núcleo do poder, houve. Aquelas apresentam também um maior grau de adesão às representações dominantes do que estas. Há ocasiões em que o gênero une, circunstancialmente, o que a hierarquia separa, como no caso do interesse das mulheres praças pelos avanços e desenvolvimento da carreira das mulheres oficiais. Em outras ocasiões o entrelaçamento das relações hierárquicas e de gênero tende a favorecer comportamentos orientados por uma hierarquia intra-gêneros, pontuadas cada vez menos por comportamentos orientados por uma hierarquia entre gêneros (episódios onde prevalecem comportamentos de cavalheirismo em detrimento da precedência hierárquica). Se

por um lado as mulheres oficiais enfatizam a necessidade de superação dos impactos causados pela sobrecarga de papéis sociais, as mulheres praças enfatizam o quanto tal impacto atinge a esfera pessoal. Para as primeiras os avanços femininos são resultados da competência e da necessidade institucional, para as segundas prevalece um discurso de naturalização, e portanto de banalização.

A diferença entre as perspectivas masculinas e femininas (e internamente a cada uma) emerge como uma tentativa de perpetuação de algumas velhas configurações de dominação masculina que, se por um lado pode dificultar a reconstrução das relações de gênero, por outro pode contribuir para o seu fortalecimento devido à sua função enquanto instrumento de denúncia e resistência. Homens e mulheres não percebem os fenômenos da mesma maneira, embora sejam nomeados pelas mesmas palavras (WELZER-LANG, 2001).

Embora práticas clivadas pelas hierarquias de gênero também ocorram em outros segmentos do mercado de trabalho tanto de predominância feminina como masculina¹⁰⁴, o que há de específico no campo militar é sobretudo o princípio hierárquico conjugado às relações de gênero. Tal conjugação tem revelado possibilidades de construções de gênero menos desiguais, sobrepostas pelas relações hierárquicas principalmente entre homens praças e mulheres oficiais.

Mas se existem dificuldades e permanências, existem também possibilidades. Ou segundo Strathern (1997), onde se percebe ausência de mudanças, a presença de mudanças está obscurecida. As subjetividades femininas - e masculinas - têm sido reconstruídas num processo gradativo de rompimento com a violência simbólica que incluiu sofrimento, isolamento, auto superexigência e quase desistência enquanto comportamentos reativos perante algumas posturas masculinas iniciais que expressavam desconfiança, não aceitação e afastamento. É preciso lembrarmos que nem todos os membros da instituição assimilaram da mesma forma a incorporação da mulher militar, engendrando dificuldades nas práticas profissionais diárias - o espaço do imprevisível. Estas mudanças nas relações sociais ensejaram também mudanças nas representações de poder - mas não uma ameaça real de rompimento destas -, gerando por sua vez uma reação de tensão à possibilidade de enfraquecimento da hegemonia masculina militar. As estratégias de reação e sentimentos

¹⁰⁴Cf. trabalhos de Carvalho (1998) sobre o campo do magistério, de Silva (1999) e Lopes (1996) sobre a medicina e enfermagem, de Saraiva (2005) sobre a engenharia, de Junqueira (1999) sobre a magistratura e de Puppim (2001) sobre a gerência em empresa privada.

femininos de resistência, em seu conjunto, contribuíram para mudanças no sujeito feminino, tais como: maior firmeza e confiança para aplicar punições e dar ordens, maior praticidade e domínio das relações interpessoais na esfera pública profissional.

Outras mudanças observadas pelos entrevistados após o ingresso da mulher militar referem-se tanto ao nível estrutural dos ajustes da política de pessoal da instituição quanto ao nível ético-cultural dos comportamentos individuais. No primeiro caso são citados avanços na legislação de planos de carreira tanto para eles quanto para elas, maior acesso feminino à alguns cursos de carreira, gradativo acesso feminino - ainda que marcado pela excepcionalidade e pela função do cuidado - a alguns espaços exclusivamente masculinos (navios, operações de combate simulado com Fuzileiros Navais e operações de ações cívico-sociais), flexibilização e profissionalização da instituição, estreitamento de relações com a sociedade, criação de regulamentação para casais militares em eventos sociais - e de uma nova sociabilidade formatada por casais de círculos hierárquicos diferentes -, gradativas indicações femininas para comissões no exterior e para missões especiais, criação de creches, revogação da legislação que vetava o serviço feminino de segurança, entre outros.

Como nos recorda Castelão (1999), tais ajustes institucionais indicam também um esforço de adaptação por parte desta no sentido de aumentar a integração feminina, o que expressa o interesse da Marinha no emprego deste tipo de mão-de-obra e a importância das deliberações organizacionais (emanadas do núcleo do poder) para a definição do espaço feminino na instituição. Importa lembrar que embora o ingresso feminino tenha contribuído para estas mudanças, este foi mais um componente inscrito num contexto de modernização e profissionalização das Forças Armadas mundiais.

No segundo caso são citados avanços no estabelecimento de relações de subordinação mais justas, no comportamento masculino mais educado, no maior respeito aproximando as mulheres de um tratamento enquanto militares em detrimento do tratamento inicial enquanto objetos (de adorno ou sexual), na alteração do código masculino valorizando seu papel familiar e suas contingências enquanto ser humano, entre outros. Tais mudanças afetaram as subjetividades masculinas, que passaram a incorporar outros conteúdos e valores, ocorrendo o que Welzer-Lang (2001) chama de uma “recomposição da dominação masculina”. Esta própria recomposição é um sinal de mudança, e tanto quanto uma tentativa de manutenção das relações de poder, indica mudanças iniciais em direção ao compartilhamento dos espaços de

poder. Em seu conjunto estes elementos indicam que a presença feminina foi um dos fatores a contribuir para a modificação de estruturas e adaptação da instituição à nova conjuntura, redefinindo a função social do profissional militar¹⁰⁵.

Se por um lado o ingresso feminino não garantiu a igualdade nas relações de gênero, dado que sua trajetória profissional tem sido orientada pelas representações dominantes, por outro lado observamos alterações nas configurações das relações de gênero e de poder, em grande parte engendradas pelo esforço de coesão da hegemonia masculina. Todas estas mudanças e permanências nos mostram que a partir do ingresso feminino, assim como cita Silva (2007) em relação à Aeronáutica, as percepções de feminilidades e masculinidades foram alcançadas por uma dinâmica a questioná-las e aproximá-las. Ao modificarem a concepção inicial do espaço de inserção feminino, as mulheres e homens militares alteraram espaços de poder e construíram um campo possível de reconstrução das relações de gênero.

Para tentarmos avaliar o quanto estas mudanças impactaram as relações de gênero, utilizaremos as citadas chaves de decodificação identificadoras da dominação: ausência de liberdade, de saber e de autoridade. As mulheres continuam sem liberdade para escolher uma carreira de combate, não se observando alteração neste quesito. Permanecem impedidas de acesso ao saber genuíno, mas obtiveram vitórias no acesso a cursos de carreira que antes eram indisponíveis. O quesito autoridade talvez seja um dos mais difíceis de ser mensurado, mas segundo os discursos de nossos entrevistados, embora as mulheres ainda tenham sua autoridade e exercício do poder questionados por alguns, principalmente entre os oficiais, hoje têm uma legitimidade relativa para o exercício do poder em terra, o que no passado não possuíam. Se as mulheres ainda estão longe de se igualarem aos homens, por outro lado têm sido dados passos para os primeiros acenos de mudanças nas configurações das relações de gênero, cuja reconstrução não pode ser planejada, dado a imprevisibilidade do desenvolvimento cultural.

Finalmente, é preciso tentarmos responder à pergunta que formulamos na metade deste capítulo sobre o crédito dado pelos homens às mulheres militares. Acreditamos que os requisitos atendidos para tal obtenção foram as enaltecidas competência feminina e adaptação

105A complexidade de tal redefinição inscreve-se ainda num processo de negociações - em fase inicial - sobre a elaboração de uma detalhada Política de Defesa Nacional, envolvendo tanto representantes civis quanto militares. Vide mais informações sobre a composição de Comissão para elaboração do Livro Branco da Defesa no site da Associação Brasileira de Estudos de Defesa: www.arqanalagoa.ufscar.br/abed.

ao meio militar. Traduzidas, como mencionamos, em aceitação das relações de poder estabelecidas e na ratificação do espaço reservado às mulheres, embora com novos contornos. Tal crédito, assim como a moeda do respeito, por um lado justificou a concessão de empréstimos (de confiança e de respeito), mas por outro lado são constantemente ameaçados de resgate pelos seus credores, não somente devido ao conjunto de dimensões que definem a continuidade da presença feminina nas Forças Armadas, mas também pelos constantes testes da capacidade feminina de enfrentamento de ameaças e provocações e da habilidade de argumentação. Este tipo de crédito significa uma concessão - de acesso parcial ao território masculino - passível de cobrança inopinada, posicionando as mulheres na condição de devedoras de uma confiança nelas depositada, a ser paga com a moeda da adaptação/aceitação das hierarquias de gênero.

Se a “dívida” vêm sendo paga, não sabemos por quanto tempo mais o será, ou mesmo quando estará totalmente quitada, pois a moeda utilizada é cunhada de acordo com o imprevisível fluxo do desenvolvimento cultural das sociedades. A continuidade de tal desenvolvimento pode levar a uma otimista hipótese de “absolvição da dívida” ou, mais provável, a uma negociação entre as partes, transformando o que para alguns era dívida improdutiva em investimento institucional a ser aplicado à conta do trabalho conjunto com vistas à constante necessidade de adaptação da missão e estrutura das Forças Armadas às conjunturas nacionais e internacionais.

Sendo assim, seria algo ingênuo acreditarmos que a presença feminina no campo militar é definitiva e não passível de questionamentos. O processo de conquistas e avanços dos espaços femininos no terreno militar, é dialético e descontínuo porque vinculado a um conjunto de complexas dimensões, e não somente à competência e capacidade das mulheres. Incidem sobre este trajeto variáveis como a dimensão militar (a principal delas), a dimensão estrutural e a dimensão cultural. A trajetória militar feminina tem muitas batalhas culturais a travar, cujo sucesso depende tanto das necessidades da instituição militar, da competência e qualificação delas e das representações culturais que formatam as concepções de gênero e família na nossa sociedade.

Ainda sobre a importante dimensão militar, é preciso considerarmos, como nos lembra Carreiras (1999, p. 103), que o futuro da presença feminina será/é formatado também pela capacidade de adaptação da missão das Forças Armadas ao contexto geo-estratégico

transnacional, desafiada por “novos tipos de ameaças à segurança coletiva”, pela transformação das “estruturas de Defesa” internacionais, pela execução de missões de paz e, acrescentamos, pelas disputas energéticas mundiais. No contexto nacional talvez o grande e singular desafio seja o estreitamento cada vez maior com a sociedade civil, contido em parte no processo político de elaboração conjunta do Livro Branco da Defesa.

Foge ao escopo deste estudo uma extensa discussão sobre o “enigma da igualdade” entre homens e mulheres militares, entretanto não podemos deixar de contribuir com algumas considerações sobre este enfoque inspirados em Scott (2005). As diferenças identitárias culturalmente construídas não precisam significar desigualdades, buscando-se a igualdade social, a igualdade perante as leis e as oportunidades, onde as diferenças sejam aceitas e não utilizadas como fundamento para a hierarquização entre homens e mulheres. As tensões culturalmente criadas e, confrontadas na disputa pelo poder, são expressões de deliberações orientadas pela necessidade de preservação das “incorporações políticas” particulares de cada ator presente no jogo do poder. Assim é que, como pudemos observar, os relatos de boa parte dos homens oficiais apresentam uma proximidade com a memória oficial coerente com suas posições e trajetórias neste jogo, formatando seus interesses sobre o tema pesquisado.

A igualdade enquanto princípio é absoluta, mas enquanto prática articula-se e é formatada pelas contingências da história, instalando-se num processo constante de negociação política inscrito nas transformações societárias e, por isso, não tem solução ou resposta definitivas. Scott (2005, p. 29), ao declarar que “[...] é precisamente onde os problemas são mais intratáveis e menos passíveis de resolução que a política mais importa”, ratifica que a arena de resolução para as desigualdades de gênero e poder não é a do embate individual e pessoal, ou a do moralismo e ética, mas é a arena formatada por uma concepção ampliada do político, da negociação do possível e principalmente do impossível entre sujeitos interdependentes e plurais. E portanto, é um embate a ser sustentado não somente pelas mulheres, mas também pelos homens companheiros de batalha, afinal - já vislumbrava Sartre - “somos todos resultado daquilo que fizemos a partir do que a formação cultural fez conosco”, cabendo lutar pela liberdade de mudar as práticas e construções desta formação cultural. Trata-se de batalhas culturais pela libertação de homens e mulheres das estruturas sociais que inscritas duradouramente em seus corpos e mentes, levam-nos a reproduzi-las.

A busca da solução, ainda que provisória, aproxima-se da gestão intersetorial de

políticas com alcance nos setores de saúde, ensino, planos de carreira, assistência social, previdência e habitação. Faz-se necessário pensar em políticas concebidas a partir de uma reconstrução geral das condições de vida evitando, segundo Saraiva (2005), a essencialização e institucionalização das diferenças que tendem a acusar as mulheres pela anormalidade em comparação aos demais, aumentando o abismo entre os militares. A ser priorizado o que é consenso em Forças Armadas de outros países com maior experiência na admissão feminina: programas de apoio familiar e expansão das redes de assistência à infância, o que auxiliaria na resposta ao complexo desafio da assistência familiar para mães e pais militares¹⁰⁶.

Resta dizer que esperamos que nosso estudo contribua para uma reflexão crítica dos avanços e entraves das complexas relações de gênero e poder no campo militar, possibilitando um exercício de questionamento das estruturas sociais que formatam as desvantagens femininas no meio militar, bem como para propiciar futuros trabalhos investigativos. Dado que não se esgota em si mesmo e nem esgota todas as versões da verdade possíveis sobre a dinâmica destas relações, principalmente porque os sujeitos pesquisados são mais complexos e incitantes do que nossa análise foi capaz de sugerir e porque as possibilidades de respostas encontradas são marcadas pela transitoriedade. Esperamos ainda que represente um esforço inicial para a preservação da memória da participação feminina na história militar¹⁰⁷ e para a elaboração e gestão de políticas institucionais que contemplem a equidade de gênero.

Gostaríamos de deixar como sugestões de pesquisas que escapam ao escopo deste trabalho: a caracterização das masculinidades e feminilidades em construção pelos jovens e pelas jovens militares; a identificação de mudanças e permanências nos códigos masculinos tanto na casa quanto na indissociável caserna; a caracterização dos espaços reservados às poucas militares que participam de operações de combate simulado com fuzileiros navais e nos navios, segundo também os contornos das atividades de sociabilidade extra-laboral; qualificação da participação feminina nos processos decisórios institucionais militares e complexidade dos arranjos sociais utilizados pelas mulheres militares (e alguns homens) para o desempenho exigido por estas duas "instituições vorazes" - família e carreira militar -.

106É preciso lembrarmos, conforme entendimento recente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (01/07/08), o direito dado também a um homem solteiro após processo de adoção (ou mesmo em vista das novas tecnologias reprodutivas), de gozo de "licença maternidade". Artigo da Folha de São Paulo "Pai adotivo consegue na justiça 'licença maternidade' em Campinas-SP". Disponível em: www1.folha.uol.com.br

107Uma importante iniciativa neste sentido foi a criação em 2007 da Associação das Mulheres Militares da Marinha. Vide <http://www.ammmar.com>.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira A de. Os anos de chumbo: memória da guerrilha. In: FERREIRA, M. et al. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994. p. 14-32.

ALBUQUERQUE, Vivian M. Dos S. Divisão sexual do trabalho: complementaridade ou conflito? *Revista Urutágua*. Paraná: Universidade Estadual de Maranguape (UEM). n.13 ago/nov.2007.

ALENCAR, Mônica M.T. de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, M.A. et al. *Política Social, Família e Juventude – uma questão de direitos*. São Paulo: Ed. Cortez, 2004. p. 61-78.

ALMEIDA, Miguel V. de. *Senhores de si - uma interpretação antropológica da masculinidade*. 2. ed. Lisboa: Ed. Fim de Século, 2000.

ALMEIDA JÚNIOR, Álvaro J. de. A presença da mulher na Marinha Mercante Brasileira. *Informativo Marítimo*. Rio de Janeiro, Diretoria de Portos e Costas, v. 13, n. 1, 2005.

ALVAREZ, Sônia. A "globalização" dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, S. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000. p. 383-425.

ARAÚJO, Custódio J.A. *Quadro Auxiliar Femino de Oficiais – Uma Nova Proposta*. Monografia apresentada ao curso C-PEM da Escola de Guerra Naval (EGN). Rio de Janeiro, 1987.

ARENT, Marion. A crise do macho. In: ROSO, Adriane et al (Orgs.). *Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 119-132.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung. Séries Pesquisas, n. 6, 1996.

AZERÊDO, Sandra. *Preconceito contra a "mulher" - diferença, poemas e corpos*. São Paulo: Ed. Cortez, v. 1, 2007. (Coleção Preconceitos).

BATTISTELLI, Fabrizio. As mulheres e o militar entre antigas dificuldades e novas potencialidades. *Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, n. 88, 1999. p. 45-70.

BERTOLINO, Éliidi. *Mulheres na construção*. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/simbolo/raca/0800/compoa1.htm>>. Acesso em: 05out.2007.

BOBBIO, Norberto. Direitos do homem e sociedade. In: _____. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992.

BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-

providência (1890-1950). In: DUBY, G.; PERROT M. (Org.). *A história das mulheres no Ocidente – Século XX*. São Paulo: Ed. Afrontamento, v. 5, 1991.

BONGESTAB, Maria de Fátima F. da S. *O deslocamento do eixo: a experiência de transferência de militares da Marinha do Brasil*. Monografia de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996a. p. 183-191.

_____. Compreender. In: _____. *A miséria do mundo*. 3 ed. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1997. p. 693-713.

_____. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M.J.; MEYER, D.E.; WALDOW, V.R. *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1996b.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Ed. Papyrus, 1996c. p. 13-28; 48-52.

BRASIL. *A profissão militar*. Presidência da República. Estado-Maior das Forças Armadas, 1995.

_____. Boletim de Ordens e Notícias. Ministério da Marinha, 07 de julho de 1983-2008.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: novembro 2006.

_____. Decreto nº 85.238, de 07 de outubro de 1980. Regulamenta a Lei nº 6807 de 07 de julho de 1980, que cria o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM). Senado Federal. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 22 dezembro 2006.

_____. Diário do Congresso Nacional. Ata plenária do dia 24 de outubro de 1979. Senado Federal. Brasília, DF. p. 5267.

_____. Exposição de Motivos nº 0037 de 28 de abril de 1980. Apreciação de minuta do Anteprojeto de Lei de criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha. Brasília, DF. Ministério da Marinha.

_____. Lei nº 6807, de 07 de julho de 1980. Cria o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), e dá outras providências. Senado Federal. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 22 dezembro 2006.

_____. Manual de Adaptação à Vida Militar-Naval. Ministério da Marinha, 1985.

BRASIL. Ofício nº 0760, de 31 de dezembro de 1979, do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha. Parecer sobre o Projeto de Lei nº 323/79. Rio de Janeiro. Ministério da Marinha.

BRASIL. Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/spmulheres>>. Acesso em: novembro 2006.

BRIGAGÃO, C.; PROENÇA JR, D. Os militares e a política. In: AVELAR, L.; CINTRA A.O. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Revista Estudos Feministas*, UFRJ, vol. 2, n.3, 1994.

_____. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO: COMPARAÇÕES BRASIL-FRANÇA. São Paulo e Rio de Janeiro, abril 2007.

_____. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, Maria Isabel B. da (org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 13-58.

BURKE, Peter. Unidade e variedade na história cultural. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000.

CAIRE, Raymond. *A mulher militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2001.

CALVO, Adriana C. *O assédio sexual e o assédio moral no ambiente de trabalho*, sem data. Disponível em: www.saudeetrabalho.com.br/download/assedio-calvo.pdf. Acesso em: julho 2008.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. São Paulo: Ed. Papyrus, 1988. p. 63-164.

CARREIRAS, Helena. Família, maternidade e profissão militar. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 1997.

_____. Mulheres militares em Portugal (1992-1998): políticas, processos e protagonistas. *Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, n. 88, 1999. p. 81-111.

CARVALHO, S.M.S. *Casa-caserna: um percurso diferenciado na vida das mulheres militares*. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 1990.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. 8 ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, Marília P. de. Vozes masculinas numa profissão feminina. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 2, 1998.

CASTELÃO, Maria P. L. Homens e mulheres em armas – duas dinâmicas de identidade? *Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, n. 88, 1999. p. 113-134.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: _____. *O poder da identidade*. 5 ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, v.2, 1999. p. 169-285.

CASTRO, Celso. Interviewing the Brazilian military: reflections on a research experience. In: *XI International Oral History Conference*. Istanbul, Turkey, 2000. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 22 outubro 2007.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar de Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1990.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e poder. Leituras transculturais – quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recifes. *Cadernos Pagu*. São Paulo: UNICAMP, vol. 16, 2001.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, Rosa dos Tempos, 1997. p. 47-76.

COSTA, Delaine M. Capacitação de líderes femininas: reflexões sobre a experiência do IBAM. *Revista Estudos Feministas*, UFRJ, v. 9, n. 1, 2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.resdal.org/experiencias/lasa_04_daraujo.pdf>. Acesso em: outubro 2007.

D'ARAÚJO, M.C.; CASTRO, C.; CHEIBUB, Z. *O Brasil e as forças armadas na percepção dos oficiais da Marinha*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2002. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: outubro 2007.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2003. Disponível em: <<http://ndu.edu/chds/Journal/PDF/2003/dAraujo.essay.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2007.

DIEESE. Indicadores do Mercado de Trabalho, 2006. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: set. 2007.

FAÉ, Aidê A. Dia internacional da mulher. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1º trimestre, 2005. p. 308.

FIORI, José L. *A nova geopolítica das nações*, 2004. Artigo disponível em: <http://www.gritodosexcluídos.com.br/artigosSemanais/artSem148/nova_geopolitica_das_nacoes.3_pdf>. Acesso em: maio 2008.

- FLEURY, Sônia. *Estado sem cidadãos*. Rio de Janeiro: Ed. da FIOCRUZ, 1994.
- FLEURY, Sônia. *Observatório da inovação social*. Rio de Janeiro: Ebape/FGV, 2001.
- FONSECA, Maximiano. *Cinco anos na pasta da Marinha*. Brasília, DF, sem ano.
- _____. *De Taboas à Brasília*. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico, 1999.
- FREITAS, Henrique; KLADIS, Constantin M. O processo decisório: modelos e dificuldades. Rio de Janeiro. *Revista Decidir*, Ano II, n. 8, 1995. p. 30-34.
- FREITAS, Rita de C.S. *Projeto Niterói – cidade das mulheres*. NPHPS/CRD. Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, 2007.
- GAZZOTI, Juliana. *Veja e os Governos Militares (1968/1985)*. Dissertação de Mestrado da Universidade de São Carlos. São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br>>. Acesso em: novembro 2006.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. 2 ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993. p. 09-26; 47-75.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 11-34; 235-241.
- GÓIS, João B. H. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, UFRJ, v.11, n. 1, 2003.
- GOLDENBERG, Mirian. *De perto ninguém é normal – estudos sobre corpo, sexualidade, gênero e desvio na cultura brasileira*. São Paulo: Ed. Record, 2004. p. 7-31.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7 ed. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2002.
- HERCULANO, Selene. O discurso das ciências sociais sobre a mulher e seu trabalho em tempo de crises: revivendo algumas notas. *Revista Confluências*. Niterói: PPGSD-UFF, n. 6, 2006.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Division sexuelle du travail professionnel et domestique: evolution de la problematique et paradigmes de la “conciliation”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO: COMPARAÇÕES BRASIL-FRANÇA. São Paulo e Rio de Janeiro, abril 2007.
- HOBSBAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: _____; RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1997. p. 9-23

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais, 2005. Disponível em: <<http://www.sidraibge.gov.br>. Acesso em: set. 2007.

_____. Síntese de Indicadores Sociais, 2006. Disponível em: <<http://www.sidraibge.gov.br>. Acesso em: set. 2007.

JOFFILY, Mariana. Sexos em guerra. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.13, n.1, 2003.

JUNQUEIRA, Eliane B. A magistratura como um espaço de desigualdade. In: SILVA, D. De P. M. (Org.). *Novos contornos do espaço social: gênero, geração e etnia*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1999.

LACERDA FILHO, Mozart. *Nova história cultural e micro-história: uma breve reflexão de suas origens*. 2005. Disponível em: <<http://www.revelacaoonline.unube.br/2005/314/artigo.html>. Acesso em: 16 julho 2007.

LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, G.; PERROT M. (Org.). *A história das mulheres no Ocidente – Século XX*. São Paulo: Ed. Afrontamento. v. 5, 1991. p. 505-543.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo – corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2001.

LAVINAS, Lena. Intervenções proferidas na qualidade de debatedora do SEMINÁRIO INTERNACIONAL MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO: COMPARAÇÕES BRASIL-FRANÇA. São Paulo e Rio de Janeiro, abril 2007.

LEIRNER, Piero de C. *Meia volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1997.

LEONZO, Nanci. As nossas Marias Quitérias. *Revista Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Exército Brasileiro, n.782, 1998.

LIMA, Rita de C.P. A "violência simbólica" de Pierre Bourdieu. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Ed. Cortez, n. 57, 1998.

LINDBLOM, C.E. *O processo de decisão política*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1980.

LOPES, Marta J. M. O sexo no hospital. In: LOPES, M.J.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Org.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1996.

MACEDO, Helder Alexandre M. de. Circularidade cultural e religiosidade popular no Brasil colonial. *Revista Urutágua*. Paraná: Universidade Estadual de Maringá, n. 7. 2007. Disponível em: <<http://www.uem.br/~urutagua/007/07.macedo.htm>. Acesso em: 16 agosto 2007.

MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.13, n. 3, 2005.

MARKUS, Maria. Mulheres, êxito e sociedade civil – submissão a ou subversão do princípio de realização. In: *Feminismo como crítica da modernidade*. BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1987. p. 107-120.

MARQUES, Eduardo. Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. *BIB – Boletim Informativo Bibliográfico*. Rio de Janeiro, n. 43, 1997.

MARQUES JÚNIOR, Hermógenes H. *O Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha*. Monografia apresentada ao Curso de Estado Maior da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Rio de Janeiro, 1982.

MATHIAS, Suzeley K. *As mulheres chegam aos quartéis*. São Paulo: UnESP, 2005. Disponível em: <<http://www.resdal.org>>. Acesso em: outubro 2007.

MATOS, Paulo S.B. de. A profissão militar como capital ético da sociedade e a necessidade de líderes modelares. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha. 1º trimestre, 2006.

MEDEIROS, Elza Cansação. *Nas barbas do Tedesco*. Rio de Janeiro: Cia Editora Americana; BIBLIX, 1955.

MESQUITA, Adriana de A. *Com licença, eu vou à luta!*: O desafio de inserção das mulheres da periferia carioca no mercado de trabalho. Dissertação de Mestrado em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

MICHILES, Eunice. *Uma mulher no Senado – dois anos de mandato*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.

MINAYO, M.C. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

MONTECINOS, Verônica. Feministas e tecnocratas na democratização da América Latina. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.11, n. 2, 2003.

MOREIRA, Felipe K. *Processo decisório e percepção de ameaça: abordagem teórica*. 2004. Disponível em: <http://www.ndu.edu>. Acesso em: julho 2008.

MOREIRA, Rosemeri. Primeiras policiais militares do Paraná: a construção do corpo da mulher-soldado. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 7*. Florianópolis: UFSC, 2006.

MOTT, Maria Lúcia. Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagu*. São Paulo: UNICAMP, n. 24, 2005.

MOURÃO, Tânia M. F.; GALINKIN, Ana L. *Equipes gerenciadas por mulheres – representações sociais sobre gerenciamento feminino*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/prc>. Acesso em: julho de 2008.

MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Bárbara M. Polícia e gênero: presença feminina nas polícias militares brasileiras. *Boletim de segurança e cidadania*. Rio de Janeiro: UCAM, n. 4, ano 2, 2004.

NEVES, Magda de A. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel B. da (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

NIEMEYER, José L. A atual influência do poder militar na América do Sul. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 dez. 2006. Além do fato, Caderno Internacional, p. A29.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo et al. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

OLIVEIRA, Rosiska D. *Reengenharia do tempo*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2003.

ORAZEM, Sylvia C. 20 anos da Mulher Militar na Marinha – lembranças e experiências. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2º trimestre, 2000.

PERROT, Michelle. Sair. In: FRAISSE, G.; PERROT, M. *A história das mulheres no Ocidente. O século XIX*. Porto: Afrontamento; SP: EBRADIL, v. 4, 1991. p. 502-539.

PETERSEN, Áurea T. Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudo de gênero. In: ROSO, Adriane et al (Orgs.). *Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p.15-39.

PINTO, Celi Regina J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Universidade Federal Fluminense, v. 1, n. 2, 1996.

PREHN, Denise R. Divisão sexual do trabalho: isso é coisa de mulher? In: STREY, M.N. et al (Orgs.). *Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 57-72.

PUPPIN, Andréa B. *Do lugar das mulheres e das mulheres fora do lugar: um estudo das relações de gênero na empresa*. Niterói: EdUFF, 2001.

REZENDE, Cláudia B. Os limites da sociabilidade: “cariocas” e “nordestinos” na feira de São Cristovão. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 28, 2001.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos – a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994.

RODRIGUES, Rita de Cássia C. *Poder, gênero, resistência, proteção social e memória: aspectos da socialização de gays e lésbicas em torno de um reservado em São João do Meriti, no início da década de 1980*. Dissertação de Mestrado em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

SANTOS, Maria Helena de C. A nova missão das forças armadas latino-americanas no mundo pós-guerra fria: o caso do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 19, n. 54, 2004.

SANTOS, Wanderley G. dos. *Cidadania e Justiça – a política social na ordem brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1987. p. 64-75.

SARAIVA, Karla S. Fabricando identidades femininas em escolas de engenharia. *Cadernos de gênero e tecnologia*, nº 4, ano 1. Paraná: Ed. UTFPR, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, n. 4, ano 1, 2005.

SARTI, Cynthia A. A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPUN, M.R. (Org.). *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1997.

_____. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 12, n. 2, 2004.

SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. In: FRAISSE, G.; PERROT, M. *A história das mulheres no Ocidente. O século XIX*. Porto: Ed. Afrontamento, São Paulo: EBRADIL, v. 4, 1991. p. 443-475.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, v.6, n. 2, jul/dez, 1990.

_____. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.13, n. 1, 2005. p. 11-30.

_____. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagú*, n. 3, 1994. p. 11-27.

SEGAL, Mady W. Funções militares das mulheres numa perspectiva comparada – passado, presente e futuro. *Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, n. 88, 1999. p. 15-43.

SEGNINI, Liliana, R.P. Desemprego, terceirização e intensificação do trabalho nos bancos brasileiros. In: ROCHA, Maria Isabel B. da (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 187-210.

SILVA, Cristina R. da. Masculinidades e feminilidades nas Forças Armadas: uma etnografia do ser militar, sendo mulher. In: *VII Reunião de Antropologia do Mercosul*. Rio Grande do

Sul, julho 2007. Disponível em: <[http://: www.arqanalagoa.ufsc.br](http://www.arqanalagoa.ufsc.br). Acesso em: 23 outubro 2007.

SILVA, Dayse de P. M. da. Hierarquias de gênero no campo profissional da medicina. In: _____. *Novos contornos no espaço social: gênero, geração e etnia*. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, NAPE, 1999. p. 129-144.

_____. *Relações de gênero no campo profissional da medicina*. Tese de doutorado em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 1998.

SILVA, Fernanda Chinelli M. da. “Eu adoro ser mulher de militar”: estudo exploratório sobre a vida das esposas de militares. In: *1º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*. São Paulo, setembro 2007.

SILVA, Flaviany R. da. *A quem pertence o tempo da mulher?* Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/portal-pr/mulher_ciencia/redacoes_2006/G_Silva%20_RJ.pdf. Acesso em: setembro 2007.

SILVA, Janaína S. da. *Mulher militar na Marinha do Brasil: percepção da práxis feminina e suas implicações para a gestão de pessoas*. Dissertação de mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2006. Digit.

SILVEIRA, Cláudio de C. *A Formação dos Oficiais da Marinha do Brasil: Educação, Profissão e Pensamento Estratégico (1978-2001)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade de Campinas. Campinas, 2002.

SIQUEIRA, Maria Juracy T. A constituição da identidade masculina: alguns pontos para discussão. *Revista de Psicologia da USP*. São Paulo, v. 8, n. 1, 1997.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo à Tancredo*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

SOARES, Vera et al. *Retrato das desigualdades*. 2 ed. Brasília: IPEA/UNIFEM, 2006.

SOIHET, Rachel. Mulheres em busca de novos espaços: suas implicações nas relações de gênero. *Revista Gênero*. Niterói: EdUFF, v. 1, n. 1, 2000.

_____. Nísia Floresta e mulheres de letras no Rio Grande do Norte: pioneiras na luta pela cidadania. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 13, n. 1, 2005.

_____. Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. In: MURARO, R.M.; PUPPIN, ^a B. (Org.). *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001. p. 99-111.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e

Terra, 1986.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1975.

_____. *Rethinking military politics – Brazil and the Southern Cone*. New Jersey: Princeton University Press, 1988.

STRATHERN, Marilyn. Entre uma melanesista e uma feminista. *Cadernos Pagú*, 8/9, 1997. p. 7-49.

STREY, Marlene N. Mulher e trabalho. In: STREY, M.N. et al (Orgs.). *Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 41-56.

SZTUTMAN, Renato; NASCIMENTO, Silvana. Antropologia de corpos e sexos: entrevista com Françoise Héritier. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 47, n.1, 2004. p. 235-266

TAKAHASHI, Emília. *Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar*. Tese de Doutorado em Educação da Universidade de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2002. Digit.

TEIXEIRA, Marina. *A condição feminina nos países do Merco-sul*. Rio de Janeiro: IBAM, 2002.

VASCONCELOS, Maria D. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. *Revista Educação e Sociedade*. São Paulo: UNICAMP, v. 23, n. 78, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>. Acesso em: junho 2007.

VELHO, Gilberto. Unidade e fragmentação em sociedades complexas. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1994.

VIANA, A.L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1995.

WAJNMAN, Simone. Mulheres na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro: avanços e entraves. In: PORTO, M. (Org.). *Olhares femininos, mulheres brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. X Brasil, 2006. p. 77-107.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001. p. 460-482.

YANNOULAS, Sílvia C. *Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho*. Brasília: CEFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

ZALUAR, Alba. Crime e castigo vistos por uma antropóloga. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004. p. 9-35.

6 APÊNDICE

Roteiro de entrevista

Dados do entrevistado

idade:

sexo:

tempo de serviço na MB:

estado civil:

nº filhos:

posto/graduação:

especialidade/quadro:

função atual:

participação renda familiar (%):

Data:

1- Em termos de capacidade profissional, considera que existiam/existem diferenças entre mulheres e homens no ambiente militar? Comente.

Estimular opinião do entrevistado sobre: mudanças no acesso feminino a determinadas especialidades; aprendizado trazido aos homens militares pelas mulheres militares e vice-versa; ameaça ao domínio masculino; alterações nas formas de tratamento e relações de subordinação (diminutivos, apelidos, piadas); motivações para escolha carreira; significado de ser militar.

2- Desde o início de sua carreira, tem observado mudanças nas opiniões/comportamentos em geral sobre a MB ser um lugar para mulheres? Citar.

Estimular opinião: recepção inicial das mulheres militares; motivo aprovação ingresso feminino; mudanças nos cursos de adaptação à vida militar; observação mudança julgamento de valores tidos como exclusivos de homens e mulheres; conhecimento práticas de discriminação ou exclusão; permanência (ou não) necessidade mulheres provarem algo a mais para aceitação (pressões para desempenho, mais testadas); lacunas para total integração das mulheres; percepção de uma só Marinha (ser a mesma para homens e mulheres); avaliação sobre inclusão do serviço armado feminino; igualdade de soldos entre homens e mulheres.

3- Como avalia as mudanças na política de recursos humanos desde o ingresso das mulheres na Marinha? Houve alterações voltadas para as especificidades do cotidiano das mulheres? Citar.

Estimular opinião: mudança imagem da instituição perante a sociedade; importância do alcance pelas mulheres de maior poder de decisão; criação facilidades institucionais que favoreçam articulação vida doméstica/esfera pública; avaliação impacto desta articulação para os homens e mulheres no trabalho; perda de oportunidades profissionais pelas mulheres devido sobrecarga gerada por tal articulação; impacto horas extras e escala serviço na rotina mulheres; opinião sobre procedimento de levar trabalho para fazer em casa.

7 ANEXO**HINO DO CAFRM - “MULHERES EM ARMAS”**

Letra e música – CMG (R1) Sylvia da Costa Orazem
(Composto em 1981 para a formatura da primeira turma de oficiais)

No céu se esconde o infinito sagrado
No mar surgiram os heróis do passado
Aqui estamos vivendo conquistas
Conquistas sem guerra, conquistas da era

Brasil, tens agora mulheres
A servir também em armas.
A Bandeira como escudo,
A Marinha como espada.
O exemplo, nossa missão.

Ó Marinheiras, honrai a escolha
Com as espias do senso e dever.
Içai com garbo a Bandeira da Glória
E recebei salvas, fiéis recebei.